



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA**

**A IMIGRAÇÃO JAPONESA COMO FATOR DE
INFLUÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA
ZONA RURAL DE BRAZLÂNDIA – DF.**

Lucas Moreira Silva

Brasília
2013

LUCAS MOREIRA SILVA

A IMIGRAÇÃO JAPONESA COMO FATOR DE INFLUÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA ZONA RURAL DE BRAZLÂNDIA – DF.

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como pré-requisito necessário para a obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura em Geografia sob a orientação da Prof. Dra. Marli Sales.

Brasília
2013

LUCAS MOREIRA SILVA

**A IMIGRAÇÃO JAPONESA COMO FATOR DE INFLUÊNCIA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
ESTUDO DE CASO DA ZONA RURAL DE BRAZLÂNDIA – DF.**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marli Sales (presidente)

Profa Dra Claudia Andreoli Galvão

Profa. Dra. Violeta de Faria Pereira

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Lucas Moreira. *A Imigração Japonesa como fator de Influência para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Zona Rural de Brazlândia – DF.*

Distrito Federal, Brasília 12 de abril de 2013. 123 pág. (IH/GEA/UnB, Licenciatura e Bacharelado, 2012).

Monografia, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia.

I- Agricultura Familiar

II- Japoneses

III- Brazlândia

IV- Capital Social

V- Desenvolvimento Territorial

|.IH/GEA/UnB|

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SILVA, Lucas Moreira. A Imigração Japonesa como fator de Influência para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Zona Rural de Brazlândia – DF. Monografia de conclusão de curso Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2013. 123 p.

CESSÃO DE DIREITOS

Autoria: Lucas Moreira Silva

Título: A Imigração Japonesa como fator de Influência para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Zona Rural de Brazlândia – DF.

Grau: Bacharelado/Licenciatura, 2013.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e, ainda, emprestar e/ou vender cópias, desde que sejam destinadas para propósitos acadêmicos ou científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a devida autorização, por escrito, por ele mesmo.

Lucas Moreira Silva

Dedico este trabalho a todos e todas que de alguma forma buscam um desenvolvimento econômico e, sobretudo, social comum a todos e não apenas a alguns.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que nunca mediram esforços para que eu pudesse ter uma vida cheia de felicidades. Seus incentivos são sempre o ponto de início de todas as minhas realizações, a vocês, meus verdadeiros heróis, toda minha gratidão.

Aos meus irmãos, grandes “peças raras”, verdadeiros amigos que, de formas diferentes, torcem igualmente pelo meu sucesso. Estar com vocês é alegria e diversão garantida.

Aos colegas da Geografia em geral, e em especial a Ane Caroline, Fernanda Pereira, Isabela Catarina, Fernando Araujo e a todos os amigos e amigas do 2º/2007 da Geografia da UnB que me acompanharam durante este caminho e que de alguma forma me incentivaram à realizar este trabalho ou mesmo estiveram comigo durante este caminho. Como diriam os antigos, a amizade é maior que tudo.

À minha prima Jéssica por seu inestimável auxílio e seu portunhol perfeito que tanto me ajudou e me fez rir também.

Aos meus entrevistados e colaboradores na pesquisa de campo, no núcleo rural e na Administração Regional de Brazlândia.

A minha orientadora neste trabalho Prof. Dra. Marli Sales por sua paciência, pelo carinho e a maneira carinhosa e delicada de indicar caminhos, instigando-me a reflexão, e por compreender minhas limitações e me ajudar a superá-las. Sem sua contribuição nada disso seria possível. À você meu sincero OBRIGADO.

“O que nós queremos, de fato, é que as ideias voltem a ser perigosas.”
Internacional Situacionista

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o processo de desenvolvimento da agricultura familiar na zona rural de Brazlândia, situada na Região Administrativa IV do Distrito Federal, enfatizando o papel de influencia do capital social dos imigrantes *nikkeis* e da ação do Estado. Neste sentido são apresentados panoramas que nortearam algumas das ações públicas adotadas no Distrito Federal desde sua criação que mais contribuíram ao desenvolvimento da agricultura familiar em seu território, quais sejam; o planejamento e o apoio estatal a este segmento (que rendeu à agricultura familiar proeminência em sua estrutura produtiva), que permitiram políticas para o setor rural no Distrito Federal diferenciadas daquelas adotadas amplamente em contexto nacional em que se privilegiava a grande propriedade monocultora, e que, não obstante, objetivaram, sempre, pelo menos em teoria, dinamizar o espaço rural local; e a atração de colonos de origem japonesa, dos quais se acreditava serem os mais aptos e os responsáveis por iniciar a produção nas terras arredias do cerrado para se aproveitar de seu potencial agrícola, e que, portanto, trariam consigo desenvolvimento tecnológico e socioeconômico à região, fomentando-o de “dentro pra fora” através de certos atributos intrínsecos desta comunidade. À luz disto, para desenvolver esta discussão sobre a importância de ambos os agentes no processo desenvolvimento territorial local, são tomadas abordagens teóricas sobre o capital social e desenvolvimento territorial que servirão de referencial para a análise proposta. Compreende-se, para tanto, o capital social como potencializador da agricultura familiar local e que, se bem dirigido, se articula diretamente ao desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Japoneses; Capital Social; Desenvolvimento Territorial; Brazlândia.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo por objetivo analizar el papel de la influencia del Estado y, en mayor proporción, de los inmigrantes nikkies en el desarrollo de la agricultura familiar en la zona rural de Brazlândia, localizada en la Región Administrativa IV del Distrito Federal. En este sentido son presentados panoramas que norlean algunas de las acciones públicas adoptadas en el Distrito Federal desde su creación que mas contribuirán al desarrollo de la agricultura familiar en su territorio, cuáles sean; el planeamiento y el apoyo estatal sobre este segmento (que rindió a la agricultura familiar prominencia en su estructura productiva), que permitirán políticas para el sector rural en el Distrito Federal diferenciadas de aquellas adoptadas ampliamente en contexto nacional en que se privilegiaba grande propiedad de monocultivo, y que, entretanto, objetivaran, siempre, por lo menos en teoría, dinamizar el espacio rural local; y la atracción de colonos de origen japonesa, de los cuáles se acreditaba que ellos eran los más aptos y los responsables por el inicio de la producción en las tierras alejas del cerrado para aprovecharse de su potencial agrícola, y que, por lo que, traerían consigo desarrollo tecnológico y socioeconómico a la región, fermentando de “dentro para fuera” por medio de ciertos atributos intrínsecos de esta comunidad. A la luz de esto, para desarrollar esta discusión sobre la importancia de ambos los agentes en el proceso desarrollo territorial local, son tomados temas teóricos sobre el capital social y desarrollo territorial que servirán de referencia para la analice propuesta. Se comprende, para lo tanto, el capital social como potencializador de la agricultura familiar local y que, se buen dirigido, se articula directamente al desarrollo territorial.

Palabras-clave: Agricultura Familiar; Japoneses; Capital Social; Desarrollo Territorial; Brazlândia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas/núcleos Rurais do Distrito Federal.....	65
Figura 2 – Localização de Brazlândia no Distrito Federal (DF)	70
Figura 3 – Localização e Planta Propriedades Rurais do Núcleo Rural de Alexandre Gusmão (PICAG).	73
Foto 1 – Topografia da parte sudeste da área do núcleo rural de Alexandre Gusmão. ..	80
Foto 2 – Propriedade de Base Familiar em Alexandre Gusmão (PICAG)	80
Foto 3 – Preparação da terra para Produção Agrícola em Propriedade de Base Familiar em Alexandre Gusmão (PICAG).....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL	7
1.1. Razões da Emigração: O Caso Japonês	7
1.2. Razões da Imigração: O Caso Brasileiro	12
1.3. A Relação Imigrante e Agricultura no Brasil	24
2. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS	28
2.1. Capitalismo e Unidades Agrícolas Familiares: Camponeses ou Agricultores Familiares? ..	28
2.2. Desenvolvimento Rural e Capital Social na Agricultura Familiar	38
2.2.1. O DESENVOLVIMENTO RURAL	38
2.2.2. O CAPITAL SOCIAL	43
3. FORMAÇÃO TERRITORIAL E ECONÔMICA DO ESPAÇO AGRÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	51
3.1. Agricultura e Transformações no Espaço Agrário do Centro-Oeste: breve histórico das transformações socioespaciais	51
3.2. Distrito Federal: do Centro Político à Produção Agrícola	56
3.2.1. O Distrito Federal Agrícola em Números	60
4. OS <i>NIKKEIS</i> E AGRICULTURA FAMILIAR EM BRAZLÂNDIA: Produtividade e Competência	67
4.1. O Pioneirismo Japonês no Distrito Federal	67
4.2. Caracterização da Área de Estudo	69
4.3. Caracterização dos indivíduos e da Agricultura Familiar desenvolvida pelos nipo-brasileiros em Brazlândia	76
4.4. Capital Social e Desenvolvimento Rural: questões que se relacionam?	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	99
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem registrando um aumento de produtividade nas últimas décadas e se configura nos dias de hoje como um segmento muito importante, cuja expressão econômica e social é muito significativa para o Brasil. Concomitantemente, verifica-se que este segmento, atualmente, vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com grande frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico.

Tendo em vista que este segmento, constituído principalmente por pequenos e médios agricultores, representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil e tem como uma de suas maiores importâncias, além do seu papel de garantir boa parte da segurança alimentar do país, fornecendo grande parte dos alimentos consumidos no mercado interno, também, o importante papel mitigador do êxodo rural e da desigualdade social no campo e nas cidades. Por isso este setor deve ser encarado como um setor gerador de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para toda a nação.

Porém, cabe ressaltar que a agricultura familiar – no sentido atual do termo – somente ganha impulso no Brasil a partir de 1808 com a vinda da Corte Real e a abertura dos portos as nações amigas. É a partir deste momento que se criam as condições institucionais para o aparecimento da pequena propriedade – com fortes significados sociais e econômicos, a despeito das pequenas propriedades que já existiam anteriormente – num país que baseava sua rede fundiária no latifúndio. Isto se dá porque estes eventos forçam o Brasil a sair do relativo isolamento em que se encontrava e o coloca em maior contato com o que se passava no mundo, o forçando a passar por transformações para se modernizar, seguindo o modelo dos países centrais.

Desta forma, para se modernizar e para se integrar numa “comunidade global” que se moldava pelo capitalismo industrial, o Brasil passa a sofrer transformações sociais e econômicas. Assim é que passam a ganhar força as ideias sobre a necessidade de se darem condições para a implantação da pequena propriedade que, no pensamento de então, deveria desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser sua subsidiária ao invés de concorrer com esta. Desta forma, a pequena propriedade cumpriria o caráter de

ocupar espaços vazios e promover a valorização fundiária, criando assim, formas econômicas alternativas e, portanto, que sustentassem condições para transformações na vida social e econômica do país (PETRONE, 1982).

“O país dos latifúndios escravocratas devia adequar-se as novas necessidades que o capitalismo industrial imprimia no mundo” e de acordo com as ideias progressistas da época “o binômio imigrante [europeu]–pequena propriedade tornou-se ponto-chave de seus pensamentos e de seus programas” (PETRONE, 1982, p.17). Cabe destacar, entretanto, que a parcela de imigrantes alocados inicialmente em tais atividades representava apenas uma pequena parcela do total de imigrantes que desembarcaram no país nesse período.

Portanto, pretendia-se conseguir, através da pequena propriedade, colonizada pelas mãos do agricultor imigrante e sua família, uma espécie de camada social que desempenhasse de fato um papel relevante na sociedade brasileira. Acreditava-se, desta forma, “que a colonização baseada na pequena propriedade na qual seriam instalados imigrantes era a solução para todos os males sociais e econômicos do país”, pois seria o imigrante um “agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira” (PETRONE, 1982, p.18).

Desta feita, ao longo dos anos o pequeno proprietário imigrante realmente desempenhou um papel significativo perante a sociedade brasileira, mostrando que as pequenas unidades produtivas familiares eram viáveis e a policultura, desenvolvida nessas propriedades, permitia a sua sobrevivência.

A despeito das primeiras colônias serem idealizadas para serem geridas pelas mãos de imigrantes europeus e estes serem considerados os responsáveis por mostrar que essa modalidade de agricultura era viável, os japoneses, sobretudo a partir do início do século XX, também apresentaram destacada relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil ao longo dos últimos anos. Inicialmente apoiados pelo investimento direto de capital nacional japonês revolucionaram alguns métodos de produção, bem como aperfeiçoaram técnicas em que se aproveitava melhor o espaço a ser cultivado. Ganharam notoriedade no campo através da produção, sobretudo, de hortifrutigranjeiros.

A destacada atuação destes imigrantes no campo ao longo do século XX lhes rendeu fama e prestígio nacional frente as classes políticas dirigentes do país, sendo

convidados a colonizarem terras em diferentes localidades do território brasileiro, inclusive no recém criado Distrito Federal.

A atração de migrantes japoneses para o Distrito Federal se ligou ao próprio projeto da nova capital de formar um *cinturão verde* nos arredores da cidade que fosse capaz de abastecer e garantir a segurança alimentar da zona urbana, e foi justificada pelo “entendimento dos japoneses como agricultores competentes” e *modernos*, e que, portanto, trariam a modernidade a este setor na capital através de práticas agrícolas mais qualificadas. Somando-se a isso, Woortmann (1995) aponta que foi também atribuída aos japoneses a capacidade de superar a adversidade dos solos. Então, “para ultrapassar o que era visto como dificuldades impostas pelas terras do Cerrado, incentivou-se a migração *nikkei*, visando à produção de alimentos no centro do País” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 460).

Neste sentido, estes migrantes se configuraram, de acordo com tal projeto, os responsáveis pela produção de hortifrutigranjeiros sob o regime de médios e pequenos proprietários familiares. Esperava-se, certo modo, que estes indivíduos gerassem melhorias não apenas econômicas sob a forma de maiores índices de produtividade, mas também sociais e morais aos agricultores familiares no Distrito Federal através do “entrelaçamento das práticas agrícolas” e do “contato étnico” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 459). Basicamente, os japoneses que colonizaram as terras no Distrito Federal deveriam ser os fomentadores de uma agricultura familiar sob bases modernas.

Portanto, à luz dos pontos acima apresentados acerca da importância dos imigrantes para – em denominações atuais – a agricultura familiar no Brasil, sobretudo a partir da contribuição do imigrante japonês, bem como de ainda recentes comemorações do centenário da imigração japonesa ao Brasil e cinquentenário da imigração japonesa ao Distrito Federal – em que, num certo plano, há certa mistificação da história oficial desta comunidade – esta pesquisa pretende analisar a importância da comunidade nipo-brasileira perante o setor agrícola no Distrito Federal. O presente estudo foca-se no estudo da realidade da zona rural de Brazlândia, com ênfase no Projeto Integrado de Colonização Alexandre de Gusmão (PICAG), situado a Sudeste da Região Administrativa IV do Distrito Federal (Brazlândia), área largamente colonizada por migrantes japoneses e nipo-brasileiros, que além de estar organizada sob o regime de agricultura familiar, se configura como um grande produtor local de hortifrutigranjeiros,

sobretudo de hortaliças, sendo “a produção de morangos o destaque atual, sendo a maior do Centro-Oeste e a sétima do Brasil” (CHAVES, 2011, 15). O foco sobre a comunidade nipo-brasileira local se dá na medida em que a estes, – através das histórias oficiais do local – atualmente, é atribuída grande parcela do atual desenvolvimento alcançado, sobretudo pelas contribuições pioneiras relativas à introdução de novos cultivares, como o morango e a goiaba, e novas técnicas agrícolas.

Neste sentido, o objetivo geral da presente pesquisa será analisar a importância do papel desempenhado pelo colono japonês frente a zona rural de Brazlândia com o atual sucesso alcançado atualmente pela agricultura de tipo familiar nesta região. Busca-se verificar se há, como objetivo específico, a presença de capital social na comunidade dos agricultores familiares nipo-brasileiros da região e, dentro deste contexto, analisar qual o papel deste mesmo capital social no processo de fortalecimento da agricultura familiar em Brazlândia em geral.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos alguns procedimentos metodológicos foram necessários. Neste sentido, cabe destacar que é de extrema importância que o pesquisador adote um método específico num trabalho científico para que tenha em mãos as ferramentas necessárias para melhor apreender a temática proposta a que se dispõe estudar.

A metodologia de pesquisa abrangeu em um primeiro momento o levantamento de material teórico através da busca de referências bibliográficas e seleção de obras pertinentes acerca dos temas capital social, desenvolvimento territorial e agricultura familiar. Nesta etapa também buscou-se pesquisar as características históricas e sociais da área de estudo. A pesquisa bibliográfica teve por finalidade levantar dados relevantes e dados atuais existentes encontrados em livros ou outros documentos, bem como conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre o assunto aqui tratado.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) a utilização do método de maneira correta passa, primeiramente, por uma pesquisa bibliográfica para a verificação de conceitos que se relacionem com o tema abordado. A pesquisa bibliográfica é que vai dar ênfase as mais variadas fontes e permite que o investigador abranja os fenômenos com uma amplitude muito maior do que uma pesquisa direta (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992).

Num segundo momento foi realizada pesquisa de campo. As ferramentas usadas nesta etapa de pesquisa foram: a observação livre, a entrevista semi-estruturada e a entrevista livre. Estas entrevistas visaram observar e coletar dados e relatos pertinentes ao esclarecimento dos objetivos deste estudo.

Cabe destacar que antes, durante e após as observações de campo foram feitas ainda pesquisas bibliográficas e análises textuais críticas, tanto para embasar as idas a campo como para efetuar a produção textual do trabalho.

Os locais destas pesquisas se deram na sede da EMATER/DF (Entrevistado 1 – Gerente da EMATER de Alexandre Gusmão); na própria sede da Administração Regional de Brazlândia (Entrevistado 2 – agricultor e empregado da Administração Regional de Brazlândia); na sede da cooperativa dos agricultores (Entrevistados 3 e 4); e em alguns poucos pontos da zona rural de Brazlândia que não os das propriedades dos entrevistados (Entrevistados 5 a 11). Nenhum dos entrevistados autorizou a divulgação de seus nomes.

Optou-se por privilegiar a entrevista semi-estruturada, porque, “de um lado, esta ferramenta valoriza a presença do pesquisador e, de outro lado, fornece um ambiente no qual o informante pode ganhar liberdade e espontaneidade suficientes para oferecer dados enriquecidos sobre o problema pesquisado” (RUANO, 2008, p. 39).

A escolha da amostra dos entrevistados foi definida de acordo com o universo de agricultores familiares nipo-brasileiros no local, que segundo estimativas da EMATER de Alexandre Gusmão e da própria Administração Regional de Brazlândia giram em torno de 100 famílias. Assim, foi utilizada uma amostra de 10% desse universo, ou seja, 10 chefes de família. A escolha desses agricultores representou “uma amostragem não-probabilística, amostragem por acessibilidade ou por conveniência” (FERREIRA, 2010, p. 22).

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (GIL, 1999, p.104 apud FERREIRA, 2010, p. 22).

Este trabalho foi estruturado, além da introdução e das considerações finais, em quatro capítulos. No primeiro capítulo busca-se apresentar um breve histórico das

razões da imigração tanto por parte do Brasil como do Japão. Para tanto, são apresentados os aspectos econômicos, políticos e sociais que fizeram convergir os interesses de ambas as nações para enviar e receber imigrantes. É explicitado ainda o processo inserção dos imigrantes na agricultura, por conta mesmo disso, de reorientação da imagem sobre estes no imaginário social.

No segundo capítulo são apresentadas as abordagens teórico-conceituais que permitiram analisar o fenômeno da pesquisa em pauta. Foram discutidas algumas noções teóricas sobre agricultura familiar e suas particularidades, sobre desenvolvimento territorial e rural, e sobre o capital social dos territórios e sua relevante interligação com o desenvolvimento territorial.

No terceiro capítulo busca-se descrever os processos de conformação do espaço agrário do Distrito Federal, bem como mostrar sua relevante importância no cenário local. Neste ponto são apresentados dados e informações fundamentais para o entendimento da agricultura praticada no Distrito Federal que servirão para contextualizar o estudo de caso.

O quarto e último capítulo apresenta o processo de construção histórica do território focando-se na chegada dos colonizadores imigrantes, e a descrição da área de estudo, a zona rural de Brazlândia localizada na Região Administrativa IV do Distrito Federal – Brazlândia. Como capítulo final é neste que são aplicados os conceitos do capital social e do desenvolvimento territorial, para análise da realidade da zona rural de Brazlândia e da importância dos imigrantes *nikkeis* ao longo dos anos para a região.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL

A imigração japonesa para o Brasil começou no início do século XX, através de um acordo entre o governo japonês e o brasileiro. Na busca por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida milhares de imigrantes nipônicos desembarcaram em solo brasileiro. Atualmente, o Brasil abriga a maior população japonesa fora do Japão, com cerca de 1,5 milhão de *nikkeis*¹ (NIPPOBRASILIA, 2012).

1.1. Razões da Emigração: O Caso Japonês

Para melhor compreendermos os fatos que antecederam a chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil, é importante frisar que as migrações ocorridas no século XIX tiveram seu dinamismo determinado em grande parte pela expansão do capitalismo a nível mundial. Conforme Souza (2004) “para se ter uma visão geral sobre as questões históricas que envolvem fluxos migratórios internacionais é preciso buscar as relações existentes entre eles e o capitalismo. Buscar análise sobre esses fatos não é tarefa fácil.” (SOUZA, 2004).

Várias foram as correntes interpretativas que existiram para se explicar os fenômenos migratórios, entendidos como a mobilidade espacial da população, porém, de acordo com Becker (1997) estes enfoques muitas vezes levavam a um modelo reduzido da realidade por apresentar o a “decisão de migrar” como decorrente apenas da decisão pessoal e não pressionadas ou produzidas por forças exógenas (BECKER, 1997, p. 323 apud FERREIRA, 2007, p. 21). A partir de meados da década de 1970, sob o enfoque do neomarxismo, a migração passa a ser concebida como mobilidade forçada pelas necessidades do capital, sendo concebidas como:

[...] eventos historicamente determinados pela expansão do modo de produção capitalista, uma situação-relação que se renova constantemente de acordo com as novas exigências do processo de acumulação do capital (SANTOS apud FERREIRA, 2007, p. 24).

De acordo com Handa et al. (2001), no caso japonês, esse fenômeno migratório de êxodo de sua população ocorrido nos séculos XIX e início do XX se dá principalmente

¹ *Nikkei* é uma denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior.

pelos efeitos gerados pela modernização imprimida com a Restauração Meiji (1868-1912). A economia passa de um sistema feudal para um sistema capitalista sob influência das principais potências econômicas da época, sobretudo da Inglaterra.

Ainda segundo o mesmo autor a fase de transição para o início dessa modernização se dá com a substituição do antigo governo, o shogunato Tokugawa, que isolara o Japão ora política ora economicamente do resto do mundo, fazendo com que o país se inscrevesse e se mantivesse numa estrutura social predominantemente feudal e economicamente estagnada num sistema agrário dependente principalmente da produção de arroz, pelo governo de Meiji Tenno.

Esse período marcou o início de uma nova era no Japão. O poder passou a ser centralizado nas mãos do Imperador que implementou uma total reestruturação nacional, denominada posteriormente como a Restauração Meiji (Handa et al. 2001).

Não obstante todo o processo de modernização - por que não, de expansão do capital - por que passaria o país na Era Meiji, com a implantação de reformas políticas e, sobretudo das bases econômicas, é que os movimentos migratórios da população japonesa para todos os cantos do mundo se relacionam diretamente. De acordo com Handa et al. (2001):

o fenômeno emigratório japonês é consequência de momentos de grandes mudanças estruturais na sociedade japonesa. Se durante o período de reclusão, da era Tokugawa, os japoneses tiveram que isolar-se do resto do mundo, mudanças radicais aconteceriam com o advento da era Meiji. [...] A transição do trabalho campesino para o industrial trouxe consequências drásticas. Problemas de modernidade que o Japão foi obrigado a resolver através da emigração (HANDA et al. 2001).

Segundo Romeiro (1991) as reestruturações, principalmente no setor econômico, a fim de desenvolver e modernizar o Japão visaram estar em consonância com os modelos capitalistas mais avançados de economia de mercado, sobretudo os modelos europeus e norte-americano. Desta forma a implementação do plano de modernização interna do governo Meiji se deu pela adoção do modelo de economia de mercado e também a partir da adoção efetiva das técnicas da Revolução Industrial (ROMEIRO, 1991, p. 146-147).

A opção por essa via de desenvolvimento adotada pelo governo Meiji visou fazer com que o país saísse da situação de atraso econômico e industrial em que se encontrava até então frente às nações ocidentais e se industrializasse. Neste período “o

Japão dá início a um processo de modernização de seu sistema produtivo e de inserção no sistema geopolítico mundial. Pode-se afirmar que a *Terra do Sol Nascente* não passa por um mero processo de modernização, mas de ocidentalização econômica e política” (NUNES, 2008. p. 91).

Entre as mudanças postas em prática no Japão nesse período pode-se destacar a criação de universidades, a formação de um gabinete parlamentar (1885), a promulgação da constituição (1889) que instaurou o sistema atual de governo (monarquia constitucional), bem como a criação de uma moeda oficial (o iene), do Banco do Japão, de instituições de educação primária compulsória e o fortalecimento do poder do Estado.

A supressão dos feudos, implementada durante a Era Meiji, culminou com a extinção dos privilégios pessoais, efetivada através de uma reforma agrária moderada e da reformulação da legislação do imposto territorial rural. Estas medidas demonstravam o comprometimento com a proposta de desenvolvimento da nação que se colocava em prática a partir de então.

Esta última reforma de base, sobretudo, que causou uma drástica modificação na estrutura agrária japonesa, pois a antiga aristocracia feudal passou a ter seus direitos senhoriais abolidos, com a conversão destes privilégios impostos, em renda para o Estado. Além do que os servos do antigo regime (Shogunato Tokugawa) passaram a obter títulos de posse de algumas porções de terra. (HANDA et al. 2001).

De acordo com Romeiro (1991) havia uma opção, no caso japonês, pela via de desenvolvimento que passava, além da reestruturação econômica, pelo crivo de um de um setor rural fortalecido, baseado, sobretudo, no abandono das relações feudais e na adoção de sistemas de produção baseados num sistema em que conviveriam juntas grandes e pequenas propriedades, mesmo que com certa preponderância às primeiras. O objetivo era inseri-las nas relações capitalistas de produção, já que este setor abrigava a maior parte da população nipônica à época, e assim, através dos impostos provenientes de suas atividades se subsidiaria o crescimento geral da nação² (ROMEIRO, 1991, p. 146).

² A opção do governo Meiji pelo conceito de economia de mercado baseado nos modelos britânico e norte-americano de capitalismo de livre empreendedorismo, gerou inicialmente um crescimento da economia moderado e baseou-se na agricultura japonesa para financiar uma moderna infraestrutura

Assim a modernização da economia japonesa, que se assentava na ideia de “fazer face à ameaça do Ocidente em expansão [...] passava em primeiro lugar pelo vasto setor agrícola que ocupava a maior parte da população economicamente ativa” (ROMEIRO, 1998. p. 95-96).

De acordo com Romero (1998), este segmento, que comportava parcela significativa da sociedade japonesa, e que, num primeiro momento subsidiou o desenvolvimento da indústria japonesa, como numa via de mão dupla também foi arrebatado pelo movimento modernizante. Assim, como parte do processo de modernização da nação gradativamente houve um movimento de “modernização da agricultura japonesa [...] com a restauração Meiji” (ROMEIRO, 1998. p. 95).

Passou-se a adotar, como sinônimo de modernização do setor agrícola técnicas utilizadas nos países da Europa e EUA baseados, sobretudo a mecanização das lavouras. Porém, não houve uma mera absorção dos sistemas adotados no restante do mundo, com simples incorporação dos meios técnicos. Não havia a intenção de adquirir tudo o que era produzido nos centros exportadores de tecnologias, mas sim buscar um “desenvolvimento interno de máquinas e equipamentos agrícolas adaptados a especificidade da estrutura produtiva japonesa.” (ROMEIRO, 1998 p. 96) Com isso o governo nipônico seguiu um caminho de investimento mais moderado na implantação destas técnicas agrícolas. “A experiência japonesa de modernização agrícola representou um caso exemplar de transferência ‘desincorporada’ (*disembodied*) de progresso técnico, que se traduziu em tecnologias agrícolas compatíveis com as peculiaridades socioeconômicas das sociedades agrárias locais” (ROMEIRO, 1998. p. 95).

A cautela em não exportar a pleno rigor estes modelos para o setor agrícola japonês era justificável, pois, segundo nos aponta Romeiro (1998), se fazia no intuito de que:

sua utilização em larga escala teria um impacto devastador sobre uma estrutura produtiva baseada em pequenas unidades de produção. O resultado seria um processo análogo o que ocorreu no Brasil em outros países latino-americanos: a expulsão em massa de camponeses em direção a um setor urbano-industrial que não oferece ainda suficientes oportunidades de emprego, moradias, infra-estrutura urbana em geral. Desse modo a importação pura e simples do modelo americano de mecanização agrícola foi rejeitada em benefício do desenvolvimento interno de máquinas e

equipamentos que melhor se adaptassem à especificidade da estrutura produtiva japonesa (ROMEIRO, 1998. p. 96).

Porém, apesar da aparente cautela apresentada para com o setor agrícola e com a oferta de moradia e emprego no campo aliados à busca de técnicas que otimizassem sua produção, a constante mecanização da agricultura fez elevar em níveis gradativos, um número cada vez maior de trabalhadores, desempregando e desterritorializando milhares de pessoas do campo ao longo dos “anos de modernização”. Outros pequenos produtores ficaram endividados e/ou perderam suas terras por não poderem pagar os altos impostos, que então passaram a ser cobrados em dinheiro, em contraposição as cobranças dos regimes anteriores, cobrados em espécie (parte da produção agrícola) (HANDA et al. 2001; SAKURAI, 1999, p. 202-203).

Todo este processo de modernização vivido pelo Japão durante a Restauração Meiji acabou por deflagrar um período de constante êxodo rural. As oportunidades de emprego eram cada vez mais raras, e com isso, conseqüentemente, formava-se uma massa ociosa de trabalhadores vivendo em condições cada vez mais precárias. Isto se deu, sobretudo, “em decorrência dessas reformas do governo Meiji [quando] intensificou-se o êxodo das aldeias rurais para as cidades, aumentando o desemprego e o subemprego masculinos.” (WOORTMANN, 1995. p. 2).

Além do êxodo rural passou a existir também, como consequência negativa da rápida modernização e do grande desenvolvimento econômico que ocorria, uma crise demográfica superpopulacional “que acentua-se [ao longo dos anos] em decorrência da elevação da qualidade de vida da população japonesa”, em razão do acentuado processo de urbanização por que passou o Japão nesse período (SAKURAI, 1999. p. 203).

Segundo Woortmann, (1995), essa crise decorrente da modernização econômica da Era Meiji (1868-1912) foi quem gerou os principais fatores responsáveis primeiramente pelos significativos movimentos migratórios internos no Japão e depois pelas altas taxas de emigração para a América. Segundo ela, destacam-se, entre esses fatores:

a) rápido crescimento populacional com o declínio da mortalidade, devido à melhorias nas condições de saúde, bem como a proibição do aborto, gerando um significativo excedente demográfico, incompatível com as suas dimensões territoriais e tecnologia produtiva b) a implantação da indústria pesada, associada a medidas de modernização seletiva, com a substituição da produção artesanal pelas importações, gerando desemprego, falências e a desorganização daquele setor. Além disso, c) a queda dos preços do arroz para os pequenos produtores, assim como os pesados impostos em moeda (anteriormente os impostos eram em produtos) sobre as propriedades

agrícolas dos camponeses, contribuiu para que, cerca de 367 mil camponeses perdessem seu patrimônio, num acelerado processo de concentração fundiária (CARNEIRO LEÃO apud WOORTMANN, 1995. p. 2).

Como exposto, é dentro deste contexto ambíguo de desenvolvimento e crise no Japão da era Meiji que os movimentos migratórios de sua população para fora de seu país ganham impulso. Nessa perspectiva, a emigração é “um resultado da modernização que marcou uma nova etapa da história japonesa: o país se abriu para o mundo ocidental, celebrou tratados comerciais que, dentre outras coisas, viabilizaram a saída dos trabalhadores japoneses” (IBGE, 2000).

O governo japonês, então, a partir da década de 1880 coloca em prática uma política emigratória, até então vedada durante o governo anterior – Shogunato Tokugawa –, “com o principal objetivo aliviar as tensões sociais devido à escassez de terras cultiváveis e endividamento dos trabalhadores rurais, permitindo assim a [continuidade da] implementação de projetos de modernização” (IBGE, 2000). O incentivo veio por meio de contratos assinados com outros governos em fins do século XIX, como Austrália, Havaí, Canadá, Estados Unidos, Peru e Brasil (SAKURAI, 1999, p. 207).

1.2. Razões da Imigração: O Caso Brasileiro

Podemos considerar como período inicial da colonização no Brasil a partir de aproximadamente 1530, pois é a partir deste momento que os portugueses se instalam e começam a ocupar as terras dando início ao processo de ocupação.

Apesar do grande fluxo de portugueses e africanos nos séculos subsequentes de colonização, a imigração direcionada ao Brasil intensifica-se a partir de 1808, com a chegada dos primeiros grupos de imigrantes não-portugueses, que vieram para cá durante a regência de D. João VI.

A vinda da família real pro Brasil aliado a ordem para a Abertura dos Portos às Nações Amigas³ (1808) são os fatos iniciais do intenso processo histórico de migração para ocupação de terras públicas no Brasil. Como afirma Seyferth (2000) “a política imigratória voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando um decreto de D. João viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias” (SEYFERTH, 2000. p. 273).

De acordo com Seyferth (2000) o fluxo migratório direcionado ao Brasil desta época caracterizou-se por ser considerado voluntário⁴ e dirigido, ou seja, realizada a partir de esforços governamentais e com caráter seletivo, destinada a segmentos específicos da sociedade, em grupos de não-lusos e não-africanos (SEYFERTH, 2000).

Cabe destacar que os primeiros grupos que integraram esse processo de colonização dirigida eram compostos de imigrantes europeus. Neste primeiro momento, a intenção para esses primeiros grupos de imigrantes que aqui desembarcaram, durante o governo de D. João VI era basicamente atrair imigrantes para que iniciassem e desenvolvessem uma agricultura em pequenas propriedades. O plano era fazer com que iniciassem um princípio novo de colonização, inexistente até então no país, baseado na “exploração capitalista da agricultura, ainda que na forma do trabalho familiar” (SEYFERTH, 2004. pp. 83-84).

Ao referir-se a este tipo de colonização idealizado pelo governo imperial, Seyferth (2004) afirma que:

[...] era o início do povoamento das terras devolutas ou públicas, patrocinado pelo Estado e imaginado como processo civilizatório no qual imigrantes europeus deveriam implementar uma forma de exploração agrícola, baseada na concessão familiar de pequenas propriedades, contraposta à grande propriedade escravista (SEYFERTH, 2004. p. 136).

A atração de imigrantes europeus era vista como desejável pelo governo brasileiro também por que, como se acreditava, além dos imigrantes serem “mais capazes de

³ O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi uma carta régia promulgada pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, no dia 28 de Janeiro de 1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos, no contexto da Guerra Peninsular. Por esse diploma era autorizada a abertura dos portos do Brasil ao comércio com as nações amigas de Portugal. A carta marcou o fim do Pacto Colonial, o qual na prática obrigava a que todos os produtos das colônias passassem antes pelas alfândegas em Portugal.

⁴ Segundo Seyferth (2004), a imigração voluntária no Brasil é quase um mito: o governo imperial gastou muito com agenciadores contratados por decreto, com subsídios e, principalmente, com a localização dos imigrantes, quase sempre em condições precárias, agravadas pelo distanciamento social e espacial das zonas pioneiras (SEYFERTH, 2004. p. 137).

realizar uma exploração capitalista da agricultura”, estes poderiam ocupar as terras devolutas em regiões despovoadas, proporcionando ao Estado um controle maior sobre estas regiões, rechaçando o risco de invasões das nações vizinhas (SEYFERTH, 2004, 81-82).

De acordo com Seyferth (2004), havia o pressuposto de que os negros escravos não tinham interesse no progresso e no lucro – portanto, a escravidão representada como elemento destruidor da civilização, incompatível com a modernidade – então, começou-se a abrir espaço para a paulatina adoção de medidas visando atrair imigrantes europeus (“braços livres”) considerados os elementos de raças superiores (SEYFERTH, 2004. pp. 91).

Mas apesar de bem vista por parte do Estado esta política não chegou a atrair, em princípio, a atenção dos grandes fazendeiros, que a considerava dispensável, já que durante a primeira metade do século XIX ainda era considerável o contingente de africanos que desembarcavam nos portos brasileiros, provendo grande disponibilidade de mão-de-obra cativa as lavouras brasileiras. Aliás, os grandes proprietários “queriam a pequena propriedade bem longe dos seus domínios, fato que, em parte, explica a realização dos projetos coloniais em terras devolutas no Sul do país” (SEYFERTH, 2004. p. 98).

De certa forma o povoamento, a colonização e a defesa do território se inter-relacionavam, além das ilações óbvias entre imigração européia e civilização explicitadas desde o decreto de D. João VI que autorizou a fundação de Nova Friburgo (SEYFERTH, 2004).

Alemães e Suíços e Austríacos foram os primeiros povos a ingressarem nessa jornada inicial do processo de colonização baseado nesse novo princípio de concessão de terras à pequenos proprietário. De acordo com Nogueira (1964 apud LEVY 1974):

[...] já no início do século passado [XIX] foram feitas as primeiras tentativas de colonização por imigração estrangeira. Essas tentativas foram iniciadas nas então províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro, em 1812 e 1819, respectivamente, quando se estabeleceram as colônias de Santo Agostinho e Nova Friburgo, para acolher grupos vindos da Europa Central, mais especificamente suíços, alemães e austríacos (NOGUEIRA apud LEVY, 1974. p. 50-51).

Outras colônias foram criadas, como nos aponta Seyferth (2004), sendo localizadas na Colônia Leopoldina e na região de São Jorge dos Ilheus, em 1818, ambos na Bahia e destinadas à imigrantes alemães. Houve ainda uma terceira colônia alemã, já em 1821.

Já os suíços foram instalados na colônia de Nova Friburgo, no ano de 1819. Mesmo que nenhuma delas tenha obtido sucesso e se tornando de fato colônias de pequenos proprietários, são elas que marcam o início do “interesse do governo na diversificação da agricultura e na imigração” (SEYFERTH, 2004. p. 71).

Este “era o início do povoamento das terras devolutas ou públicas, patrocinado pelo Estado e imaginado como processo civilizatório no qual imigrantes europeus deviam implementar uma forma de exploração agrícola baseada na concessão familiar de pequenas propriedades contraposta à grande propriedade escravista” (SEYFERTH, 2004. p. 136).

Segundo nos aponta Woortmann (2004), essa modalidade de colonização com imigrantes em pequenas propriedades se justificava, entre outras coisas pelo fato de que as primeiras regiões onde foram implantadas – próximas aos grandes centros urbanos – sofreram “problemas endêmicos de abastecimento alimentar” sendo este o principal motivo da “instalação de colonos nas proximidades do Rio de Janeiro (Petrópolis e Nova Friburgo), de São Paulo (Santo Amaro) e de Florianópolis (São Pedro)” (WOORTMANN, 2004. p. 43).

Visando diversificar a agricultura e atrair imigrantes, esta política também abriu espaço para outra mudança importante no que se referia ao regime de concessão de terras. Passou-se a permitir que estrangeiros obtivessem acesso a posse de terra por meio de sesmarias. A partir daí foram moldados os formatos das políticas imigrantistas que se seguiriam nos anos subseqüentes.

As políticas iniciais previam o subsídio do governo com despesas de viagem e os custos de instalação no novo país para os colonos. Mas mesmo com todos esses incentivos um número pequeno de imigrantes veio para o Brasil antes de 1840 se comparados ao montante que desembarcou nos anos posteriores (SEYFERTH, 2004).

Para Seyferth (2004) os motivos que explicam isso vêm do fato de as políticas imigratórias iniciais mostrarem-se muito falhas e na maioria das vezes por não satisfizerem as expectativas. A situação que os imigrantes encontravam nas colônias era precária e apresentava “altas taxas de mortalidade e a constância de “deserção”, “fuga”, “retorno” [...] de imigrantes insatisfeitos que reclamavam dos “contratos” não cumpridos pelo governo brasileiro – num universo que não chegava a 10 mil indivíduos” (SEYFERTH, 2004. p. 89).

A mesma autora aponta que outro fator limitante a atração de novos imigrantes, e traço característico dessas colônias desde sua origem até durante praticamente todo o período em que esta política vigorou, foi a forma como se alocavam os imigrantes: em terras pouco produtivas ou de difícil acesso e ainda sem propriedade legal da terra. Esses fatores se caracterizaram como limitadores das potencialidades produtivas de praticamente todas as colônias que eram então criadas, fato que contribuiu para o fracasso de várias delas (SEYFERTH, 2004).

Apesar dessa política se manter ao longo dos anos incorrendo sobre as mesmas falhas, após a década de 1840, há um surto imigratório. Este aumento do número de entradas no país nesta década se relacionou com a iminente abolição da escravidão no Brasil e com a atuação mais ampla das companhias particulares colonizadoras. A colonização se mantém sob os mesmos procedimentos anteriores, porém passa-se a se utilizar algumas mudanças nas regras, como a proibição da escravidão nas áreas coloniais. “Neste momento imigração e escravidão passam a ser tratados [pelo governo imperial] como assuntos correlatos e, simultaneamente, incompatíveis” (SEYFERTH, 2004. p. 81).

De acordo com as idéias de Seyferth (2004), a retomada da colonização pelo governo imperial em meados da década de 1840 vai além do simples reinício do processo de ocupação territorial interrompido em 1830, mas é o começo de um processo novo destinado a substituir gradativamente o trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes propriedades cafeeiras.

A adoção dessa estratégia se justificava por que, como citado anteriormente, foi exatamente nessa época que o Brasil, cedendo as mais diversas pressões, começa a abolir gradativamente as práticas escravistas em seus domínios. E como neste período a economia brasileira era agrícola e extremamente dependente da monocultura cafeeira, que, por sua vez, dependia totalmente da mão-de-obra de escravos negros, a abolição do tráfico negreiro traria sérias ameaças de colapso à produção crescente do café do país. A consequência da ameaça de falta de mão-de-obra é compensada através da atração cada vez maior do número de imigrantes, preferencialmente europeus.

Oliveira (2002) resume bem este período da imigração na história brasileira:

Em 1808 foi promulgada a lei que permitia aos estrangeiros a propriedade de terras no Brasil. O governo imperial subvencionava a formação de núcleos coloniais em suas terras devolutas e em sistema de pequena propriedade, como foi o caso dos alemães no Sul e no Sudeste. Porém só em meados do

século [XIX] começaram a chegar imigrantes para suprir a carência de mão-de-obra nos cafezais paulistas, passando então a ser empregados nessa monocultura de exportação. (OLIVEIRA, 2002. p. 13-14)

De acordo com Takenaka (2003) os temores de escassez de trabalhadores no mercado atinge o auge quando em 1888, atendendo a pressões políticas e movimentos humanitários, o governo brasileiro aboli de vez a escravidão no país. Somado a essa ameaça de fuga de braços para o trabalho nas lavouras com a abolição da escravatura, ocorre também um surto do incremento da produção do café em finais do século XIX. A produção do café brasileiro sofre aumento vultoso de sua produção puxado pela alta do preço deste produto no mercado externo, elevando o número de postos de trabalho nas lavouras. Desta forma os imigrantes são tidos como boas alternativas para suprir essa demanda (TAKENAKA, 2003, p. 21-22).

Neste momento passam a se coadunar os antigos interesses do Estado ao dos senhores do café para a atração de imigrantes. Para os grandes fazendeiros, os imigrantes significavam a agregação de mais mão-de-obra, e no imaginário das classes dirigentes do Estado este mesmo imigrante – europeu e branco – serviria não apenas com o propósito de suprir a mão-de-obra necessária ou de colonizar territórios pouco ocupados, mas também para "branquear" a população brasileira⁵ (THEODORO, 2008, 35-36).

Essa foi uma das idéias que sustentou a política de imigração européia massiva. Os novos colonos vieram substituir o contingente crioulo, inicialmente na área rural e, em um segundo momento, nas próprias áreas urbanas, notadamente aquelas mais dinâmicas. (THEODORO, 2008. p. 80).

E é dentro deste contexto de abolição da escravatura no Brasil, e de fortes tensões e debates raciais que agitaram a sociedade brasileira durante fins do século XIX e início do século XX, que a vinda de imigrantes (com preferência aos europeus) ao país com vistas à colonização ganha o seu grande impulso.

⁵ De acordo com as idéias de Ennes (2006), no final do século XIX e início do século XX, as idéias de darwinismo social e eugenia racial tiveram grande prestígio no pensamento científico mundial. Na medida em estas idéias eram aceitas e divulgadas pela comunidade científica nacional, o imaginário social e político brasileiro passou a considerar que os brasileiros eram incapazes de desenvolver o país por serem, em sua grande maioria, negros e mestiços. ENNES, M. A. Imigração e direitos na região noroeste paulista. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

Durante esta nova fase de imigração, remodelada, para que os imigrantes viessem com contratos de trabalho e não mais para desenvolverem qualquer tipo de projeto, ou de serem donos de alguns pedaços de terra, os agentes do governo, aliados às companhias particulares conseguiram atrair grande contingente de imigrantes, e um número grande de europeus aportou no Brasil. Contudo, as mal sucedidas experiências a que eram submetidos os trabalhadores imigrantes – sujeitados a péssimas condições de trabalho e de vida dadas pelos patrões cafeicultores, acostumados a tratar de forma sub-humana sua mão-de-obra – além de desmotivar a vinda de outros imigrantes fez com que alguns países impedissem durante alguns anos que seus cidadãos emigrassem para o Brasil (SEYFERTH, 2004).

A queda do número de imigrantes europeus forçou o Brasil a avaliar novas hipóteses para ocuparem a lacuna deixada pela carência de imigrantes europeus. Isso fez com que o governo brasileiro passasse a cogitar trazer imigrantes da Ásia (SATO, 2008).

Contudo, em suma, esses imigrantes não eram desejados no Brasil. Era “forte a pressão racial contra a entrada de amarelos no país” (SAKURAI, 1999. p. 206), vistos naquele momento depreciativamente como “raças inferiores” ou como “negros amarelos”.

Em 1880, Oliveira Martins, escritor e político português, chegou a publicar argumentos contra a imigração asiática afirmando que “a perigosa tentação de ir buscar braços a outro viveiro de raças inferiores prolíficas embriaga muitos espíritos”, e concluía com “um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colônia, eis aí o seguro porvir da Antiga América portuguesa”. Entre julho e agosto de 1892, o jornal Correio Paulistano publicou artigos de Francisco Cepeda que se referia aos asiáticos com expressões como “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão”, e que “o chim é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora” (SATO, 2008).

Porém o fato é que havia a necessidade muito grande de trabalhadores para ocuparem os crescentes postos de trabalho das prósperas lavouras de café, isso fez com que, então, governo e grandes produtores do café fossem mais receptivos a aceitar estes e quaisquer tipos de imigrantes e menos exigentes com quaisquer outras questões que os envolvessem. Fez-se imperar a vontade do capital (TAKENAKA, 2003, p. 26-27-36).

O Brasil precisava de mão-de-obra estrangeira para as lavouras de café, e o Japão, como exposto, passava por um período de crise e grande crescimento populacional.

Além do mais o Brasil também passava a interessar ao governo japonês “já que a imigração para os Estados Unidos, Canadá, México, Peru estava sendo feita com problemas” (SAKURAI, 1999. p. 206). A situação era cada vez mais dramática para os imigrantes japoneses nestes países. Eram constantes o cerceamento dos direitos desses cidadãos e em muitos casos as condições de vida nesses países eram péssimas o que por vezes forçou o Japão a cessar o envio de seus cidadãos a esses lugares. O quadro para saídas da população do Japão ao exterior era cada vez mais desfavorável. Tudo isso favoreceu a escolha do Brasil como uma opção viável para o envio de seus cidadãos.

Assim, impulsionado pelo incentivo do próprio governo japonês e pela demanda brasileira por mão-de-obra para a cafeicultura em expansão, a aproximação entre Brasil e Japão inicia-se no governo de Floriano Peixoto com a promulgação da Lei n. 97, em outubro de 1892, permitindo a imigração asiática (TAKENAKA, 2003, p. 27). Mas embora as conversações entre Brasil e Japão tenham se iniciado em finais do século XIX, quando começam também as relações diplomáticas entre ambos, nenhuma ação concreta relacionada à imigração foi tomada. Os laços começaram a se estreitar somente em 5 de novembro de 1895, quando os dois países assinam o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação⁶ marcando o início oficial das negociações para a vinda de imigrantes japoneses.

Em 1907 foi publicada a Lei de Imigração e Colonização que regularizava a entrada de imigrantes, estabelecendo as condições seletivas do ponto de vista físico, bem como as condições de aptidão e os caracteres de fixação. [...] No mesmo ano foi firmado um acordo migratório entre o Brasil e o Japão (MELLO, 2010. p. 2).

Comissões são enviadas tanto ao Brasil como ao Japão a fim de acertar os detalhes sobre as condições de transporte, local de destino, salários, tipos de acomodação para as famílias. Acertados esses detalhes e todos os acordos diplomáticos ulteriores, o governo japonês através de suas agências oficiais e de seus funcionários bem como de recrutadores particulares começa a veicular informações sobre a emigração através de “palestras e publicações, além de cartazes fixados em várias partes do país convidando os japoneses a emigrarem para a América do Sul” (TAKENAKA, 2003. p. 35-36). Escolhidos e recrutados os emigrantes, estes passavam a ser encaminhados pelas

⁶ Segundo Ennes (2001) esse tratado baseava-se nos princípios de paz perpétua entre Brasil e Japão, instalação de representação diplomática, liberdade econômica e comercial, isenção de tributos sobre importação e liberdade de consciência, entre outros. ENNES, M. A. A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 49.

companhias de emigração com contratos de trabalho agrícola definido e eram enviados ao Brasil. “O destino das famílias japonesas já está estabelecido antes da saída do Japão: é a agricultura no interior do Estado de São Paulo” (SAKURAI, 1999, p. 208).

O mesmo autor relata que os primeiros contratos são acertados, sendo o governo brasileiro o responsável por todos os custos, que posteriormente seriam repassados aos fazendeiros que depois deduziriam dos salários dos trabalhadores.

Ante o exposto até aqui pode-se notar mais uma diferença daqueles primeiros imigrantes que para cá vieram no início da abertura à imigração “voluntária” para esses, que é o fato de que os japoneses se concentraram inicialmente no estado de São Paulo enquanto que aqueles foram direcionados para “zonas pioneiras”. (SAKURAI, 1999, p. 208).

Os primeiros imigrantes japoneses chegam ao Brasil no ano de 1908, mais precisamente no dia 18 de junho de 1908, quando chega ao porto de Santos-SP o vapor japonês Kasato-Marú, trazendo consigo 165 famílias, num total de 781 pessoas. O contrato de emigração já havia sido firmado pouco antes, no dia 6 de novembro de 1907, sendo assinado em São Paulo por Ryu Mizuno, Diretor Presidente da Cia. Japonesa de Imigração Kokoku e Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. O contrato objetivava a vinda, na época, de cerca de 3.000 emigrantes na condição de colonos, num prazo de três anos, ou seja, algo em torno de 1.000 imigrantes por ano (PAULON, 2008).

Estes imigrantes marcaram o início de uma corrente imigratória do Japão em direção ao Brasil que se estendeu até a metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Do ano de 1908 em diante, mais ou menos 234.000 imigrantes se fixaram no Brasil, expandindo-se posteriormente para todas as partes do país (SAKURAI, 1999).

O início da vivência no Brasil mostrou uma realidade diferente daquela prometida nas propagandas aos imigrantes no Japão e muito menos daquela sonhada pelos japoneses. Não bastasse as acomodações precárias e a jornada dura de trabalho pesado, ainda havia a questão dos baixos salários, que mal eram suficientes para arcar com as despesas básicas da família. Os inúmeros percalços iniciais acabavam motivando a ideia de fuga nos trabalhadores. Takenaka (2003) destaca que “ocorreram vários casos de fugas das fazendas durante a noite de famílias inteiras ou de agregados que, sentindo-se

enganados pelas propagandas divulgadas e pela Companhia de Colonização, não se sentiam na obrigação de cumprir o contrato assinado” (TAKENAKA, 2003. p. 47).

O que podemos denominar de um primeiro período que vai de 1908 a 1923, baseado na análise de Sakurai (1999), registra um fluxo sem padrão regular de japoneses que desembarcam no Brasil.

Os números não são tão expressivos, se comparados ao período posterior, mas esta fase inicial é de grande importância para a compreensão da maneira como os japoneses se comportam numa sociedade estranha à sua, e de como se utilizam das lições aprendidas para se organizarem no futuro (SAKURAI, 1999. p. 210).

De acordo esta mesma autora, “as oscilações nas entradas ocorrem tanto porque emigrantes japoneses continuam indo para os Estados Unidos, como também imigrantes europeus retomam as entradas em São Paulo. Entre 1908 e 1925, entram no Brasil 32.267 imigrantes japoneses, ou cerca de 6.200 famílias” (SAKURAI, 1999. p. 210). Esse número também vai oscilar devido a primeira Guerra Mundial no ano de 1914. Nessa data ocorre a interrupção no processo imigratório que passa a ser retomado novamente em 1916.

Soma-se a estes fatos a suspensão dos subsídios paulistas à viagem dos imigrantes japoneses em 1923. “O corte nos subsídios à viagem de imigrantes japoneses por parte do governo de São Paulo poderia marcar também o fim desse fluxo para o Brasil. No entanto, é a partir desse momento que crescem as entradas e se inicia a imigração japonesa propriamente dita” (SAKURAI, 1999. p. 215).

O gráfico abaixo mostra bem a quantidade de imigrantes que entraram no Brasil distribuído por períodos:

Tabela 1. IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO
%

Total de imigrantes	234 63	100%
1908-1923	31 414	13,4%
1924-1941	137 572	67,1%
1952-1963	45 650	19,5%

Fonte: Suzuki, 1996 apud Sakurai, 1999. p. 215

A tabela 1 evidencia que o período posterior a 1923 é o que concentra o maior fluxo migratório. “O período que vai de 1924 a 1941 é aquele que concentra os

elementos mais significativos da imigração japonesa. Nessa época, chegam mais da metade de todos os japoneses que vieram ao Brasil ao longo de quase 90 anos” (SAKURAI, 1999. p. 219). A partir destes anos o governo japonês é quem passa a oferecer subsídios para incentivar a emigração ao Brasil em face a desistência brasileira de subsidiar as imigrações. A estratégia japonesa de subsidiar as viagens acabando sendo bem sucedida, pois é a partir deste período que se registram os maiores fluxos.

Esse período é caracterizado pela entrada de imigrantes que não eram contratados das fazendas de café, mas de imigrantes que vinham para trabalhar nas terras adquiridas pelas companhias colonizadoras no Brasil. Os colonos japoneses já chegam ao Brasil na condição de proprietários de terra (SAKURAI, 1999. p. 226).

O panorama crescente do número de japoneses que vem ao Brasil começa a decrescer somente em meados da década de 1930, quando as baixas nos preços do café no mercado mundial, ocasionados a partir da crise de 1929, criam momentos de dificuldade para a economia brasileira. Pouco tempo depois a Segunda Grande Guerra Mundial faz cessar de vez o fluxo. De acordo com Sakurai (1999), o desarranjo das relações diplomáticas entre Brasil e Japão durante a Segunda Guerra, além de arruinar o processo de imigração tutelada organizado pelo governo japonês e que garantiu certo sucesso aos seus agricultores ocasionou o rompimento de “um sistema que estava permitindo aos japoneses, com a ajuda de seu governo, a superação das marcas da desconfiança inicial dos brasileiros, apresentando-se perante a sociedade como grupo que estava contribuindo para o desenvolvimento do país de recepção” (SAKURAI, 1999. p. 237).

De acordo com as ideias de Mota (2008), é justamente nesse período de crise que vivia o Brasil, que, em busca de oportunidades vantajosas em outros lugares que várias famílias japonesas já instaladas no Brasil começam mais um processo de migração, dessa vez interna, onde houve o deslocamento dos primeiros grupos de imigrantes japoneses para o Estado de Goiás. Muitos desses, posteriormente seriam atraídos ao Distrito Federal a convite de seus dirigentes. Estes movimentos migratórios internos refletem nada menos que a busca por mobilidade social (MOTA, 2008, p. 32).

De acordo com as ideias de Greiner (2008) e Mello (2010), a partir de 1953 com o reinício das relações diplomáticas com o Japão ocorre a retomada da vinda de imigrantes ao Brasil. As leis contrárias à imigração japonesas são canceladas e o fluxo de imigrantes para o Brasil volta a crescer. Neste período, além das lavouras, muitos

japoneses buscavam as grandes cidades para trabalharem na indústria, no comércio ou no setor de serviços. Porém, durante a década de 1970 o Japão começa a se recuperar da devastação da Segunda Guerra Mundial, apresentando um grande desenvolvimento econômico, fator que fez diminuir gradativamente o número de imigrantes para o Brasil (GREINER, 2008, p. 150-151; MELLO, 2010, p. 6-7).

Neste contexto histórico que incentivou o processo de imigração e colonização para o Brasil de vários povos, assim como o processo que incentivou a vinda de imigrantes japoneses é possível verificar que é nesse período que se inicia no Brasil um processo direcionado e dirigido, portanto, desejável pelo Estado, de ocupação do território sob a forma de propriedades familiares, ou na conceituação mais recente, baseado na agricultura familiar, mesmo que em muitos desses casos o resultado tenha sido fracassado.

Em resumo, o que se pode afirmar é que a imigração japonesa com destino ao Brasil se deu por uma série de motivos de ambos os países. Uma vez em terras brasileiras (um país radicalmente diferente do Japão sob os mais variados aspectos) muitos obstáculos e preconceitos tiveram de ser superados para que, de fato, os japoneses se adaptassem ao Brasil.

Se num caráter mais geral, é possível verificar, a partir da colonização pelos imigrantes, como a agricultura de caráter familiar se desenvolveu no Brasil a partir dos núcleos coloniais e como esse sistema se manteve predominante na forma de agricultura em pequenas propriedades, a partir dessa breve contextualização, também é possível verificar a que se deve a possível sobrevivência desse sistema em muitas regiões com descendentes de comunidades estrangeiras que se instalaram no país; – a saber, principalmente o interesse estatal sobre elas e também a flexibilidade dessas comunidades em se adaptarem, quando possível, a novas realidades mesmo que não tão favoráveis, a partir de novas estratégias de reprodução social.

Já no caso específico dos nipo-brasileiros, além do interesse estatal, havia também o interesse do próprio governo japonês em enviar parte de sua população excedente, destinados no Brasil principalmente para áreas agrícolas, sob constante investimento de capital nacional japonês. Como será exposto mais detalhadamente no sub-item seguinte, isto resultou, ao longo dos anos, num processo de desenvolvimento pessoal dos indivíduos e famílias japonesas e, também, de valorização dessa comunidade perante o imaginário social dos brasileiros.

1.3. A Relação Imigrante e Agricultura no Brasil

Como apresentado, os primeiros imigrantes japoneses que desembarcaram no Brasil, em 1908, tiveram algumas dificuldades iniciais em se adaptar ao país. Idioma, hábitos alimentares, modo de vida e diferenças climáticas acarretaram um forte choque cultural. Com eles vieram novos costumes, novas técnicas agrícolas e uma filosofia de vida muito peculiar, baseada nos valores da cortesia, do esforço e da disciplina, além da construção de uma imagem atrelada a um agricultor com uma reconhecida habilidade na agricultura (VIANA e STOLF, 2010, p. 113).

Saito (1973) explica como o imigrante japonês se inseriu na atividade hortigranjeira dizendo que:

O imigrante japonês surge (...) como figura principal de atuação na produção de produtos perecíveis. (...) podem ser citadas alguns fatores: em primeiro lugar, era ele portador de uma tradição, na terra de origem, das técnicas de cultivo intensivas que caracterizam a horticultura. Em segundo – e o principal – as circunstâncias históricas reservaram-lhe o setor de produção hortigranjeira dentro do fenômeno extraordinário da expansão industrial e urbana de São Paulo, quando já, nessa altura, outras correntes imigratórias haviam firmado os pés em setores diferentes como, por exemplo, os alemães e italianos na indústria e os sírio-libaneses no comércio (SAITO, 1973, p.190).

Já Brasil (2004) explica que era inegável a capacidade agrícola dos colonos japoneses, porém o progresso alcançado – que lhes favoreceram também a criação da imagem em torno deste agricultor tido como “mais capaz” – foi favorecido pelas “subvenções a mais” que estes recebiam em relação ao agricultor nacional relativas a recursos disponibilizados pelo governo japonês – portanto, inacessível aos agricultores brasileiros –, que lhes permitiram através da aplicação em “ações sociais, [...] obtidas na forma de assistência técnico-agrícola, atendimento médico, rede de ajuda para os filhos em idade escolar, [...] e também ajuda financeira” alcançar maiores “avanços qualitativos e quantitativos na produção” e na qualificação para o trabalho agrícola (BRASIL, 2004, p. 36-37).

Todos esses fatores ajudaram na superação de alguns preconceitos e na criação da imagem e na valorização dos imigrantes japoneses como “portadores de uma agricultura moderna” sendo vistos, portanto, como “sinônimos de auxílio na construção de uma agricultura e de um mundo rural entendidos como modernos” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 457).

Neste contexto particular foram emergindo, paralelamente à especialização que alcançavam na agricultura, “formas de representar os migrantes japoneses como superiores aos agricultores brasileiros por parte dos governos” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 455) de forma que os discursos oficiais foram sendo impregnados por tais premissas construídas ao longo do tempo, e passaram a estimular “junto à opinião pública, o preconceito e a desvalorização da imagem do trabalhador agrícola brasileiro, fomentando-se a idéia de que são preguiçosos, enquanto um alto valor é [ou era] atribuído ao trabalhador estrangeiro” (BRASIL, 2004, p. 59). Assim, com base nesse discurso efetivou-se a absorção de mão-de-obra estrangeira na esperança de obter deles, uma transferência de experiência e tecnologia agrícola para o Brasil (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 456; BRASIL, 2004, p. 60).

Nesta perspectiva a escolha pelos colonos japoneses, em específico, para ocupar os espaços rurais e assumir a dianteira do processo produtivo no campo brasileiro em determinados locais seguiu essa visão, propagada no discurso oficial que esteve em voga no Brasil, sobretudo em finais da década de 1950 e início da década de 1960. Outro fator relevante a assinalar neste sentido é o de que o agricultor nipônico, por ser “sinônimo do moderno”, se encaixava dentro do projeto agrícola nacional da denominada “*Revolução Verde*”, iniciado também na década de 1960, que visava a modernização dos espaços rurais brasileiros, uma vez que os japoneses eram mais valorizados por serem considerados “aqueles que efetivamente sabiam produzir no campo, dentro de dado padrão que se queria moderno” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 455).

O objetivo do governo, assim, dentro desta ótica, e tendo em vista atingir as metas dessa nascente política de modernização da agricultura onde basicamente se propunha a implantação “de ‘*pacotes tecnológicos*’, seguindo o modelo agrícola da *Revolução Verde*, criado a partir da realidade dos países ditos desenvolvidos e de clima temperado e aplicado, com graves impactos socioambientais, nos ditos países em desenvolvimento”, era “*entrelaçar as práticas agrícolas realizadas pelos nikkeis com as*

práticas agrícolas dos *colonos nacionais*” seguindo uma “estratégia comumente utilizada na extensão rural de então que desejava contaminar por meio da *pedagogia do exemplo* todos os agricultores com os pacotes tecnológicos modernos” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 459) [grifos do autor].

Assim, na busca da construção de uma agricultura e um mundo rural entendidos como modernos gradativamente aumentaram os estímulos à criação de núcleos coloniais japoneses

nas regiões consideradas próximas aos espaços que tenderiam a necessitar de um melhor abastecimento alimentar, bordas urbanas e periurbanas [...]. [Dessa forma] O rural mais do que nunca se tornava aquele que iria contribuir para a modernização e dinamização das cidades e deveria abastecê-las: produzir alimentos, produtos agrícolas e matéria-prima para a indústria (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 456).

Portanto, é basicamente nesse contexto de auxiliador da modernização, – também considerando o “exemplo” que representavam ao colono nacional através do contato étnico – e da busca por certa eficiência na produtividade agrícola, dentro de um dado contexto de política de desenvolvimento agrícola, que se situam as políticas de atração e fixação de japoneses no espaço rural brasileiro (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 457).

Cabe ressaltar que apesar dessa visão “romântica” acerca dos japoneses, essa não se caracterizou como hegemônica dentro do território nacional, mas se apresentava, dentro da ótica modernizante criada em torno da imagem do agricultor japonês “nas mais diferentes configurações e combinações” durante as diferentes fases da imigração japonesa, numa ambivalência de representações sobre os mesmos, ou seja, numa “construção conflituosa a respeito dos benefícios ou prejuízos da entrada desses imigrantes no Brasil”, o que fazia com que estes, em certas configurações e locais, fossem considerados os indivíduos desejáveis para tocar os planos traçados para a agricultura, e em outras não (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 457).

Como afirma Lesser (2001, p. 212): “Os japoneses, no Brasil, como também em outros países do hemisfério, eram vistos simultaneamente como uma ‘minorias modelo’ e como um ‘perigo amarelo’.” Os japoneses poderiam ser os imigrantes disciplinados e industriais, o elemento-braço que salvaria a cafeicultura paulista a partir do decréscimo da imigração européia no início do século XX. Ou o estrangeiro que traria perigo para a ordem nacional e degeneraria a já periclitante raça brasileira; um elemento inassimilável; um fanático e suicida que provocou uma guerra sangüinária para vender produtos baratos. Tais imagens aparecem desde os debates sobre a possibilidade da imigração japonesa para o Brasil no século XIX, passando pela sua

efetivação no início do século XX, até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a consequente perseguição dos imigrantes japoneses e descendentes suspeitos de atuar como quinta-colunistas (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 457).

Portanto, como defendido, devido a algumas circunstâncias históricas, foi na agricultura que os japoneses encontraram seu espaço na sociedade brasileira. O apoio e capital estatal japonês, além do brasileiro, foi importante nesse sentido, pois permitiu que essa comunidade se desenvolvesse neste setor econômico através de técnicas modernas que só seriam possíveis de serem viabilizadas através do investimento de um grande volume de capital. O que fez com que se configurasse uma vantagem sobre o agricultor nacional. A associação da imagem do agricultor japonês com a de “agricultores modernos” propiciou (entenda-se, num período de forte apelo à modernização da agricultura nacional – *Revolução Verde*), a criação de várias colônias de nipo-brasileiros pelo país, para que levassem a cabo tal proposta “modernizante”.

Como detalharemos mais adiante, no caso do Distrito Federal a atração de migrantes japoneses também representou a efetivação de boa parte do discurso e das imagens que se tinham em torno destes imigrantes e esteve ligada, como ocorria por várias partes do país, ao abastecimento urbano e à produção de hortifrutigranjeiros, em bases modernas de produção e sob a batuta de um agricultor com uma reconhecida habilidade na agricultura.

Adiante buscaremos explicar algumas abordagens teórico-conceituais que tentem a dar conta das causas do sucesso nipo-brasileiro, com ênfase no que se refere ao mundo rural, que ultrapassem as explicações mais simplistas propagados pela historiografia oficial e que tenham o propósito de nos levar a explicações mais completas da realidade.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS

2.1. Capitalismo e Unidades Agrícolas Familiares: Camponeses ou Agricultores Familiares?

A luz da discussão sobre qual categoria se faz mais pertinente para o presente estudo - camponeses ou agricultores familiares, pretende-se aqui apresentar algumas noções que demonstrem o significado de ambas e sua inserção na produção do espaço brasileiro, a fim de levantar alguns pontos acerca do debate existente sobre sua definição e sobre suas características permitindo um diálogo entre a realidade descrita neste trabalho com as abordagens teórico-conceituais.

As pesquisas sobre diferentes formas de inserção da agricultura de base familiar no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura “desafiam os estudiosos a superarem as abordagens teóricas reducionistas, que associam esta forma social à idéia de pequena produção de subsistência, com baixo grau de absorção tecnológica ou de noção de produtores de baixa renda e pobreza rural” (COLE, 2003. p. 13).

A história dos pequenos agricultores no Brasil “está ligada à diferentes trajetórias de certos grupos (índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus). Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do Brasil desde sua origem” (DEMINICIS e DEMINICIS, 2009. p. 3).

Conforme observa Teixeira (2005) o avanço do capitalismo agrário no Brasil acentuou o caráter seletivo da modernização agrícola por que passou o país. As políticas agrícolas agiram na mesma direção, concentrando-se em determinados produtos e regiões e nos grandes centros produtores. Em consequência, esses atores desfrutaram de privilégios para acessar ao crédito, à tecnologia e ao mercado, provocando “intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais” (DELGADO, 1985 apud TEIXEIRA, 2005. p. 37).

À margem dessa dinâmica, ficou durante muito tempo um importante segmento da população rural que garante sua subsistência mediante a produção de caráter familiar.

Este grupo social localizado fora do foco de investimento sofre e sofreu, em muitos casos, da pobreza e marginalização.

Contribuiu ainda para este quadro, de acordo com Oliveira e Duarte (2008), as inovações tecnológicas trazidas pela revolução verde que fragilizaram a independência de que dispunham os camponeses, “na medida em que os itinerários técnicos dependiam cada vez mais do uso de insumos produzidos e adquiridos fora das unidades de produção, descaracterizando-as como unidades auto suficientes ou camponesas” (OLIVEIRA e DUARTE, 2008. p. 4).

Porém mesmo diante dessa questão, “não podemos negar que o processo de modernização do campo contribuiu grandemente para a expansão e aumento da produtividade no país, integrando novas regiões à economia nacional e aumentando a exportação de produtos agrícolas” (TEIXEIRA, 2005. p. 41). Portanto, de acordo com as idéias de Teixeira (2005), mesmo com todos os efeitos indesejados sobre uma vasta parcela das explorações agrícolas – resultado do desenvolvimento seletivo da modernização agrícola –, baseadas em pequenas unidades de produção, algumas delas prosperaram por se subordinarem ao capital industrial.

Com a intensificação e consolidação do processo de modernização da agropecuária brasileira, na década de 1970 e, com esgotamento do “milagre brasileiro”, é enfatizada a subordinação desta pequena produção ao capital (SILVA, 1981; BESKOV, 1980; apud PORTO e SIQUEIRA, 1994, p.82) e seu papel como fornecedora de mão-de-obra, matérias-primas e alimentos a preços mais baixos, barateando o custo de reprodução da mão-de-obra para o capital (PORTO e SIQUEIRA, 1994, p.81 apud OLIVEIRA e DUARTE, 2008. p. 4).

Não obstante esse quadro, de acordo com Altafin (2007), todo esse processo engendrou uma transformação no campo brasileiro que acabou por extrapolar o poder explicativo do conceito de unidade produtiva camponesa. E em resposta às novas conjunturas históricas emerge o termo agricultura familiar em substituição ao termo camponês (ALTAFIN, 2007. p. 13).

De acordo com Bombardi (2003) “o termo agricultura familiar tem sido introduzido – principalmente a partir da década de 90 – em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado” (BOMBARDI, 2003. p. 107). Para Wanderley (1996) este conceito,

não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o

significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 1996, p. 2).

A utilização do termo campesinato, assim como o de agricultor familiar “aparece durante a história carregado de significados políticos e econômicos [...] [e respondem a mudanças na sociedade] à crise dos paradigmas clássicos, e à substituição de um enfoque unilinear e determinista” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 7).

No passado, muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social, mas é resultado também de novas percepções sobre a mesma categoria social. A utilização dessas terminologias aparece, com frequência, carregada de profundo significado político-ideológico (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 3).

De acordo ainda com as ideias apresentadas por Olalde e Portugal (2004), de meados dos anos 1950 até o final da década de 1960, os debates dos especialistas da questão agrária concentravam suas análises em torno da “natureza das relações de produção no campo, reproduzindo, em grande parte, os argumentos do debate que no marxismo ficou conhecido como “a questão agrária” e predominava a utilização do termo camponês.” Assim agrupava-se sob a mesma noção de campesinato “os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros, os posseiros e outras categorias sociais” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 3).

O conceito de camponês “adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional.” (MARQUES, 2008, p. 60).

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho, etc (MARQUES, 2008, p. 60).

Para Olalde e Portugal (2004), “os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, uma categoria que expressava a oposição aos latifúndios e que podia ser encontrada na estrutura agrária brasileira” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 3). Já durante a década de 70, “em plena ‘modernização conservadora’, houve um deslocamento nos termos e os proprietários de pequenos lotes

de terra deixaram de ser identificados como minifundiários ou camponeses para tornarem-se pequenos produtores” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 4).

Esta denominação foi sendo ressaltada “à medida que crescia a capacidade do Estado, naqueles anos, de propor e executar políticas de crédito e assistência técnica, para estas categorias, então também chamadas de produtores de baixa renda” (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 4).

Ressalte-se que a idéia de pequeno não tem ainda um conteúdo conceitual próprio e que se procurava com essa terminologia desideologizar a questão, correspondendo ao período político que se estava vivendo. Nesse contexto, o conceito de pequena produção tinha um caráter operacional, normalmente vinculado à caracterização empírica dos grupos estudados, deixando de lado a discussão sobre o camponês, categoria carregada de significado ideológico e político (OLALDE e PORTUGAL, 2004, p. 4).

Seguindo esta mesma linha de pensamento Wanderley (2004) coloca que é a partir da modernização da agricultura, sobretudo a partir dos anos 1970, patrocinada pelo Estado brasileiro, que se engendra “uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’” (WANDERLEY, 2004, p. 47).

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. Como afirma Mendras, o agricultor “não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo (MENDRAS, 1984, p. 164 apud WANDERLEY, 2004, p. 46).

A substituição do termo camponês pelo de agricultor familiar de acordo com Altafin (2007), se dá, de forma mais acentuada, na década de 1990, num contexto de reinserção da reforma agrária na pauta da agenda política, que acabou por resultar na criação de múltiplos projetos de assentamentos rurais, além da criação do PRONAF, que representou a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar, onde “o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade” (ALTAFIN, 2007, p. 13).

Ele [termo agricultura familiar] é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas, ganhando legitimidade e passando a ser utilizado com mais frequência. É nesse contexto que o termo agricultura

familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade (ALTAFIN, 2007. p. 13).

Aliado à esta “nova conceituação”, a volta à tona, nos anos 1990, da relevância da “agricultura familiar que alguns analistas acreditavam superadas pelo próprio decorrer da modernização da agricultura e pela urbanização da sociedade brasileira”, fizeram com que se valorizasse a importância deste tipo de empreendimento rural, que “se materializou em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária” (OLALDE e PORTUGAL, 2004. p. 1).

[...] o termo agricultura familiar foi assumido por pesquisadores e pela representação política dos trabalhadores rurais para que se fizesse reconhecer, no campo político, a legitimidade de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares em busca de melhores condições de reprodução socioeconômica, enquadramento profissional e acesso a crédito e assistência técnica. Desta forma, a visibilidade e a importância do termo agricultura familiar corresponde à convergência de esforços de intelectuais, políticos e sindicalistas articulados indiretamente por ações coletivas coordenadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), mediante apoio de instituições internacionais como a FAO e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento [BIRD] (MARQUES, 2009. p. 8).

Altafin (2007) adverte que no Brasil, “a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)” foi “decisiva para a formação do conceito de agricultura familiar” (ALTAFIN, 2007. p. 13).

O estudo [FAO/INCRA] define agricultura familiar “[...] a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996:4 apud ALTAFIN, 2007. p. 13).

Neste sentido, de acordo com as ideias apresentadas por Bombardi (2003) e Marques (2008), estes novos paradigmas também foram perpetrados, em escala nacional e também internacional, principalmente pelos trabalhos de R. Abramovay (1992) e H. Lamarche (1993), referências obrigatórias para aqueles que defendem o uso do termo

agricultor familiar em oposição ao de camponês. São estes autores os grandes responsáveis por constituir um novo modelo teórico para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, tendo na agricultura familiar um de seus mais importantes fundamentos.

No estudo organizado por Lamarche, da mesma forma que em Abramovay, parte-se do entendimento de que as mudanças verificadas na agricultura exigem um estudo cuidadoso para decifrar a realidade da produção familiar que não mais se restringe à produção camponesa. Mas, para Lamarche (1993, p. 10 apud MARQUES, 2008), a relevância deste tipo de estudo também se deve ao fato de o modelo produtivista de agricultura estar em crise, causando sérios problemas de desenvolvimento em praticamente todos os países do mundo, como, por exemplo, em países de passado socialista em transição para a economia capitalista ou em países onde a agricultura se organiza numa base produtivista (MARQUES, 2008. p. 63).

Apesar de ambos os estudos conceberem a “agricultura familiar como uma forma de produção baseada no trabalho familiar, a análise de Abramovay (1992) privilegia a dimensão econômica, enquanto o estudo coordenado por Lamarche (1993) aborda a produção familiar como um objeto sociológico” (MARQUES, 2008. p. 63). No entendimento tanto de Abramovay (1992) como de Lamarche (1993) “o ‘moderno’, o ‘civilizado’, supera inexoravelmente o que é tido como arcaico, como portador do ‘atraso’[no caso, o produtor *camponês*]”, desta forma, cria-se “um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado” (BOMBARDI, 2003. p. 107).

Mesmo dispondo de uma conceituação imprecisa o termo agricultor familiar, principalmente a partir da década de 1990, passou a representar mais do que “apenas um novo nome para situações já conhecidas e caracterizadas em expressões como ‘pequeno produtor’, ‘agricultor de baixa renda’ ou até ‘unidades de subsistência’” (ABRAMOVAY, 1998. p. 145). Para Wanderley (1996) o agricultor familiar é “como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Conforme Abramovay (1992), ele corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida (ABRAMOVAY, 1992, p. 127).

Ainda conforme as ideias deste autor, enquanto o camponês apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o agricultor familiar representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem

apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127).

Para Schneider (2003), a importância da “categoria agricultura familiar” é que esta agrupou diversos segmentos sociais que antes eram denominados “pequenos produtores rurais” e que ganharam – a partir de meados da década de 1980 e início dos anos 1990 – relevância para a ação das políticas públicas graças à militância do sindicalismo rural (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p. 99-100).

Diante da importância do termo e de sua amplitude, este ganha “legitimidade acadêmica [...] designando um amplo e diverso campo de tipos e formas de organização socioeconômica da produção agrícola de base familiar e suas interfaces com ambientes urbanos” (MARQUES, 2009, p. 9).

Hugues Lamarche (1992, p. 15) vai conceber a agricultura de cunho familiar, ou a exploração familiar, como ele mesmo escreve, como sendo “*correspondente a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*” (LAMARCHE, 1993, p. 15) [grifos do autor].

Essas reflexões de Lamarche (1993) e, em certo sentido, de Abramovay (1992) “*acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado [...] [sendo esta integração entendida] em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico, quanto no plano sócio-cultural*” (LAMARCHE, 1993, p. 15-19 apud BOMBARDI, 2003, p. 109) [grifos do autor].

Neves (2006 apud Marques, 2009, p. 9) define agricultura familiar “como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas” (MARQUES, 2009, p. 9).

Na literatura é possível encontrar diferentes tipologias para categorizar a agricultura familiar. Baiardi (1999 apud ALTAFIN, 2007) estabelece cinco categorias:

Tipo A: tecnificado, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos;

Tipo B: integrado verticalmente em Complexos Agro-Industriais – aves e suínos, por exemplo – e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas;

Tipo C: agricultura familiar tipicamente colonial – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligados à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;

Tipo D: agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste;

Tipo E: de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes (BAIARDI, 1999 apud ALTAFIN, 2007. p. 13-14).

Como pode ser observado, nessa tipificação o fator preponderante para definir cada tipo é a forma de acesso (ou de não acesso) ao mercado.

Ao lado das classificações acadêmicas, surge a delimitação formal do conceito de agricultor familiar, prevista na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006 e que recentemente teve o conceito de agricultor familiar levemente alterado. Esta lei considera como,

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo reportagem do jornal online Valor Econômico⁷ o subsecretário de política econômica do Ministério da Fazenda à época, Gilson Bittencourt, a alteração no conceito teve a intenção de simplificar as normas e de ampliar os benefícios à

⁷ Segundo reportagem do jornalista Mauro Zanatta publica no site do Jornal Valor Econômico, publicada dia 10/06/2011, “o governo decidiu alterar o conceito de agricultura familiar para ampliar os benefícios oficiais ao segmento. O Ministério da Fazenda permitirá o enquadramento de famílias ‘com um ou dois membros’ cujas atividades ‘não-agrícolas’ sejam exercidas fora do estabelecimento rural. O governo também resolveu alterar as regras do MCR para eliminar as ‘diversas limitações’ que impedem hoje um agricultor familiar enquadrado em determinado grupo de acessar recursos destinados a outro conjunto de produtores. As alterações no MCR também limitarão o endividamento de produtores familiares em operações de custeio e investimento.” Fonte: ZANATTA, M. Fazenda muda conceito de agricultura familiar. Valor econômico (versão online). Folha Brasil. Brasília, 10 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/892619/fazenda-muda-conceito-de-agricultura-familiar>> Acessado em: 27 mar. 2012.

propriedade familiar. Assim o Ministério da Fazenda permitirá o enquadramento de famílias com um ou dois membros que possuam atividades "não agrícolas" exercidas fora da própria família. A mudança se enquadra no conceito da pluriatividade. De acordo ainda com a reportagem online do Valor Econômico, o Manual de Crédito Rural (MCR) teve suas regras alteradas para eliminar as limitações que impedem que um agricultor familiar, enquadrado em determinado grupo, acesse recursos destinados para outro grupo de produtores.

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país (ALTAFIN, 2007. p. 15).

Tal afirmação, com as mudanças recentes, parece ganhar ainda mais força. Ainda conforme a autora, constata-se, considerando “as tipificações acadêmicas ou a delimitação legal do conceito”, que “o uso do termo ‘agricultura familiar’ no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território” (ALTAFIN, 2007. p. 15).

Conhecer e compreender as especificidades de uma dada situação concreta torna-se imprescindível para todos os envolvidos em processos de desenvolvimento sustentável. Além de bases teóricas sobre características comuns, estratégias globais e princípios gerais ao conjunto da produção familiar, é fundamental a valorização do conhecimento dos agricultores e a reflexão sobre as particularidades de cada local (ALTAFIN, 2007. p. 15).

Dito isto, “a Agricultura Familiar Nacional pode ser considerada como um amplo conceito, englobando tecnologias e novos conceitos em diversos campos” (DEMINICIS e DEMINICIS, 2009. p. 1).

Observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do PRONAF. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento (WANDERLEY, 2004, p. 43-44).

Porém apesar das dificuldades de delimitação do conceito há certa unanimidade sobre “a ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2004, p. 44). “No Brasil, atualmente, o surgimento de diversos movimentos sociais ligados a Agricultura Familiar colocam em cheque a visão de que a Agricultura Familiar parece coisa do passado, atrasada, sem importância” (DEMINICIS e DEMINICIS, 2009. p. 1).

Conclui-se então, ante tudo que se abordou a respeito do termo agricultura familiar e seus amplos significados, que, apesar da adoção deste termo em detrimento do de camponês, nos últimos anos, fato é que na literatura brasileira existem “diferentes definições e caracterizações a respeito do que venha a ser agricultura familiar” (PIETRAFESA, 2000, p. 190). “O que se compreende geralmente como agricultura familiar não chega a se constituir em uma conceituação muito precisa” (DEMINICIS e DEMINICIS, 2009. p. 4). Apesar de, nas ciências humanas “o debate sobre agricultura familiar” ser “constante, principalmente quando se trata do seu peso na explicação da estrutura social da agricultura e principalmente na estruturação do próprio desenvolvimento capitalista” (GALANTE e LIMA, 2008, p. 3). A discussão em torno da adoção de um ou outro termo, ainda nos dias de hoje, não é assunto encerrado, suscitando ainda alguns debates nos meios acadêmicos⁸.

De um modo geral, a luz da discussão realizada pode-se conceber de acordo com o caráter das atividades agrícolas desenvolvidas e a forma de seu sistema produtivo a região rural de Brazlândia (DF) como inserido dentro desse sistema denominado de agricultura familiar. Isso devido ao elevado grau de integração ao mercado, tanto em nível local como nacional, sobretudo nas situações que envolvem uma grande comercialização, como aponta Chaves (2011, p. 15), de hortifrutigranjeiros.

Assim, com base nesse breve panorama acerca do que se entende por agricultura familiar, nota-se que na literatura especializada pesquisada o que há em comum quando se busca explicar a produção familiar no Brasil é, em linhas gerais, a predominância do trabalho e gestão da família na produção agrícola, podendo também utilizar mão-de-

⁸ Ver trabalhos de Marques (2008), A atualidade do uso do conceito de camponês, e Bombardi (2003), O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. Disponível respectivamente em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf> <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Bombardi.htm>. Acessado em 02 abr. 2012.

obra de trabalhadores permanentes ou temporários e sua inserção aos mercados. A partir disso, é que se buscou suporte para analisar a agricultura existente em Brazlândia (DF), sobretudo a executada pela comunidade nipo-brasileira, como agricultura familiar, uma vez que ela atende às características levantadas e se diferencia do modelo camponês por objetivar uma renda a mais, através da sua ampla inserção nos circuitos mercantis.

2.2. Desenvolvimento Rural e Capital Social na Agricultura Familiar.

2.2.1. O DESENVOLVIMENTO RURAL

Vários aspectos apontam para uma forte relação entre agricultura familiar e desenvolvimento rural.

A agricultura familiar vem registrando um aumento de produtividade nas últimas décadas e se configura nos dias de hoje como um segmento muito importante, cuja expressão econômica e social é muito significativa para o Brasil. Segundo Toscano (2003, p. 2) “na década de 90, foi o segmento que mais cresceu. Entre 1989 e 1999, a produção agrícola familiar aumentou em 3,8% ao ano, o bom desempenho ocorreu mesmo em condições adversas para o setor.” Esses números continuaram a ser expressivos também neste início do século XXI, como mostrou o senso agropecuário do IBGE de 2006, onde a agricultura familiar foi considerada responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Sua importância social se revela no papel mitigador do êxodo rural e da desigualdade social no campo e nas cidades (GUILHOTO et al, p. 14). Este setor deve ser encarado como um setor gerador de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para toda a nação. Neste sentido, Ferreira (2010) destaca que:

É estratégico o papel desempenhado pela agricultura familiar para a segurança alimentar. Tanto pelo lado da produção de alimentos quanto pelo efeito distribuidor de renda desse setor da agricultura, criando condições para o acesso ao alimento. Ao se elaborar e executar políticas públicas, inclusive a política comercial, deve-se levar em conta esta função (FERREIRA, 2010, p. 79).

Além do importante papel da segurança alimentar deve-se também reconhecer a multifuncionalidade da agricultura familiar. O que significa que o “seu tratamento não deve ser unicamente comercial ou de mercado”. O reconhecimento do aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável reforçou “o papel da agricultura diante dos grandes desafios do mundo rural: preservação da população, do ambiente e das paisagens rurais, geração de renda e emprego, ligação com os consumidores e acolhimento das populações urbanas” (FERREIRA, 2010, p. 80).

Ao conceito de multifuncionalidade da agricultura opõe-se a ideia de que a agricultura é apenas uma atividade exclusivamente produtora de bens alimentares, o que leva a considerar também outras funções, sendo apresentadas cinco novas funções estratégicas do espaço rural para eventuais políticas de desenvolvimento rural:

Função alimentar e econômica, função social, função ambiental e de manutenção da biodiversidade, função estética e função recreativa e pedagógica (FERREIRA, 2010, p. 80).

É importante frisar que o desenvolvimento rural nesta nova abordagem tomada nos últimos anos é completamente diferente da de desenvolvimento agrícola, norteadora das políticas de modernização do mundo rural brasileiro durante a revolução verde. De acordo com Navarro (2001) o desenvolvimento agrícola (ou agropecuário) se refere, exclusivamente, às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um dado período de tempo. Já o desenvolvimento rural diferencia-se desta por uma característica específica: trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. “Em consequência, o Estado nacional - ou seus níveis subnacionais - sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal” (NAVARRO, 2001).

Como aponta Ferreira (2010), nesta perspectiva mais ampla o meio “rural deixa de ter apenas a função de produção de alimentos e matérias-primas (abordagem setorial) e passa a ter também a função de construção da cidadania moderna.” Se este fosse considerado apenas como uma

expansão, sempre minguada, do que vai restando das ocupações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, essas áreas tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a

noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural (FERREIRA, 2010, p. 80).

O que se verifica é atualmente é que cada vez mais passa-se a reconhecer a importância no cenário produtivo nacional, dos agricultores familiares não mais como um contingente populacional excedente, atrasado, mas como peça fundamental da produção agrícola e da segurança alimentar do país.

De acordo com van der Ploeg et al. (2000 apud KAGEYAMA, 2004, p. 384), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

Depois de alguns anos de “esquecimento” (durante a década de 1980), os debates sobre o desenvolvimento ressurgiram a partir de meados da década de 1990. Até então o cunho dos programas de desenvolvimento estavam basicamente atrelados a aspectos econômicos, com um viés fortemente relacionado à questão produtiva. A partir da última década os programas de desenvolvimento passaram a dar relativa importância para aspectos sociais, apresentando aparente preocupação com a qualidade de vida, orientação inspirada nas diretrizes elaboradas pelas instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento. Neste processo as consequências do êxodo rural para o meio urbano despertou a preocupação em relação aos problemas da agricultura familiar quanto aos modelos de desenvolvimento até então apresentados (NAVARRO, 2001).

Ao se falar em uma “nova abordagem” do desenvolvimento rural, a primeira questão a esclarecer é o fato dele não se resumir ao crescimento agrícola. O desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial, e a agricultura faz parte dele, assim, tem-se uma visão multifuncional do meio rural. Não há a ilusão de que este modelo de desenvolvimento irá resolver todos os problemas do campo brasileiro, até porque traduzir esta nova idealização de desenvolvimento em “crescimento” e “geração de riqueza” leva a inferir que de novo há vários elementos, mas que os objetivos talvez ainda sejam os mesmos ou que os caminhos para a conquista sejam outros, mas os parâmetros para identificar uma sociedade como desenvolvida sejam os mesmos que eram (ou são) criticados em outras concepções de desenvolvimento. No entanto há pelo menos a perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares, ou de colocá-los em plano de análise (FERREIRA, 2010, p. 83-84).

De acordo com o documento “Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cabe à agricultura familiar exercer um papel central no novo projeto de desenvolvimento do país por meio da geração de trabalho e renda, assegurando dinamismo para as economias locais e, conseqüentemente, garantir um desenvolvimento equilibrado entre municípios e regiões (MDA/CONDRAF, 2006 apud FERREIRA, 2010, p. 84).

A agricultura familiar, ao fixar as famílias rurais no campo, evitando que estas migrem para as cidades, pode servir como vetor de ocupação do território contra os vazios demográficos deixados pela modernização agrícola. Nesse contexto é possível imaginar o apoio à agricultura familiar como estratégia para pensar novas configurações espaciais rurais-urbanas, através de um novo modelo de desenvolvimento que articule, ao invés de separar, os espaços rural e urbano (KAGEYAMA, 2004, 388-389).

Conforme as “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil,”

O desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados (MDA/SDT, 2005, p. 4 apud FERREIRA, 2010, p. 87).

Esta concepção de desenvolvimento vem atrelada à noção de território, objetivando valorizar outros aspectos além do econômico, já que a sobrevivência num sistema econômico competitivo pode acarretar um processo seletivo de conseqüências maiores e mais drásticas para aqueles que não trazem intrinsecamente a racionalidade capitalista (FERREIRA, 2010, p. 87).

De acordo com Kageyama (2004) as regiões com redes urbanas bem distribuídas, com recursos territoriais adequados, mercados locais que favoreçam a pluriatividade devem apresentar um alto grau de desenvolvimento rural, em contraste com áreas isoladas, sem privilégios naturais e sem instituições locais adequadas (KAGEYAMA, 2004, p. 389).

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e

nesse sentido trata-se de um desenvolvimento “multissetorial”. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional (KAGEYAMA, 2004, p. 389).

No entanto, algumas dificuldades ainda são enfrentadas por essas iniciativas baseadas na “nova” abordagem do desenvolvimento rural, como a própria coordenação nacional e a implementação de uma abordagem territorial que integre os vários setores. Outro desafio é a heterogeneidade de situações, o que dificulta o estabelecimento de um programa de desenvolvimento rural nacional, fazendo-se necessária uma atuação de caráter mais local (FERREIRA, 2010, p. 88).

Ferreira (2010) complementa ainda como dificuldades da utilização dessa “nova” noção no Brasil o fato de que ela “esbarra em outro entrave, que se refere a uma premissa sobre a qual se sustenta”. Por tal premissa “argumenta-se que os ‘atores locais’ já estão devidamente preparados para o desempenho de ações locais (ou, quando muito, podem organizar-se rapidamente, se estimulados nesta direção).” E questiona se “essa visão de um desenvolvimento puramente endógeno se concretiza?” E se “estaria realmente o povo brasileiro, ou mais especificamente os produtores rurais, dotados de todas as prerrogativas para alavancarem sozinhos o desenvolvimento?” (FERREIRA, 2010, p. 88).

Baseado nas ideias dessa autora, talvez um dos caminhos para dotar a população das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento seja a capacitação e qualificação dos segmentos menos inseridos, conseqüentemente os maiores interessados, no debate sobre os caminhos ou direcionamento que as políticas de desenvolvimento rural tomarão.

A nova proposta de desenvolvimento rural, que busca uma maior inserção dos agricultores familiares, ou ao menos a melhoria da qualidade de vida destes, sempre remete a um desenvolvimento territorial e à participação, comprometimento, articulação da comunidade como promotora deste. Neste contexto acreditamos que o capital social é um importante elemento de concretização dessa nova proposta de desenvolvimento.

2.2.2. O CAPITAL SOCIAL

A noção de capital social apresentou-se como valiosa para a presente análise.

Segundo o professor Ricardo Abramovay (2000), baseado nas idéias de Putnam (1993), Coleman (1990) e Bourdieu (1979),

A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e nem sempre são estritamente egoístas. [...] [ou seja], aparece então como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva.

[...] O capital social é um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa comunidade. Um conjunto de recursos e de poderes efetivamente utilizáveis, cuja distribuição social é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre habitantes de uma determinada região [...] O território, mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicação. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000. p. 385-387).

Creemos que essa ideia de capital social é especialmente importante para entender a reprodução e o desenvolvimento rural da agricultura familiar em Brazlândia (DF). Assim como no trabalho de Cole (2003) “essa ideia é especialmente pertinente para abordar a participação de outros atores sociais nesse processo, como a extensão rural, sindicatos, prefeituras, igreja e outras lideranças locais” (COLE, 2003. p. 39).

Isso se deve ao fato de que “o capital social⁹ é um conceito atualmente em voga nas ciências sociais e na economia” (FRAGA e LEMOS, 2006. p. 1). Segundo a mesma

⁹Para saber mais sobre as idéias dos primeiros pensadores que discorreram sobre o termo ‘capital social’, bem como sobre os pontos correlatos e divergentes entre seus escritos e contribuições para o

autora citando Becker (2003) “o capital social é a moda que está, entre muitas outras, se tornando hegemônica nesse início do século XXI, como se fosse um re-encantamento do mundo, ou da modernidade, como preferem alguns” (FRAGA e LEMOS, 2006. p. 1).

De acordo com Ferreira (2010) “para o termo capital social não se tem ainda um conceito pronto e concreto, tendo-se, sim, várias abordagens a seu respeito, quanto à sua formação, utilidade, mensuração e possível fomento” (FERREIRA, 2010. p. 90).

Uma das características primeiras do conceito de capital social é a sua multidisciplinaridade, que reflete uma grande abrangência da utilização do termo por diferentes ramos do conhecimento acadêmico. Neste contexto, pode-se identificar contribuições para a evolução do conceito de capital social advindas tanto da economia ou da sociologia quanto da ciência política e, mais recentemente, da própria geografia (CASTRO, 2003 apud FRAGA e LEMOS, 2006. p. 2).

Ferreira (2010) considera que “apesar das diferenças nas diversas formulações acerca do capital social, elas convergem na idéia de que as relações sociais constituem um patrimônio ‘não visível’, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, individuais ou coletivos” (FERREIRA, 2010. p. 90). Neste sentido, “se as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação” (HIGGINS, 2005 apud FERREIRA, 2010. p. 90).

O mesmo autor afirma que;

Como principais e primeiros autores a tratarem o tema estão: James Coleman (1988), com —Social capital in the criation of human capitall; Robert Putnam, com —Bowling alonel (1995) e —Comunidade e Democracial (1996); Pierre Bourdieu com Les trois états Du capital culturel (1979) e Le capital social: notes provisoires (1980); e Francis Fukuyama, com —Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade (1996) e —Social Capitall (2000). Tais autores, mesmo que na maioria das vezes tenham trabalho isoladamente, sem conversarem entre si, formaram uma base teórica que é revisitada até os dias atuais quando se fala em capital social. No Brasil, apesar das pesquisas ainda estarem iniciando, pode-se citar Higgins (2005), com —Fundamentos teóricos do capital social, como referências no tema (FERREIRA, 2010. p. 90).

entendimento do conceito de capital social atualmente, ver SANTOS (2003). SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. Capital Social: Vários conceitos, um só problema. 2003. 84 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2403/59888.pdf?sequence=2>> Acessado em: 29 abril 2012.

Não é nossa intenção aqui revisar a teoria detalhada de cada um desses autores para o tema, mas sim apresentar os traços gerais deste amplo conceito e em que perspectiva está sendo pensado. Essa tarefa, sim, é de grande importância para compreender com que significado esse termo será utilizado para analisar a realidade dos agricultores familiares de Brazlândia (DF), em especial a comunidade japonesa ali residente, objeto central de estudo desta pesquisa.

Baseada nas várias interpretações dos principais autores citados acima, Fraga e Lemos, (2006) precisam o conceito de capital social, com conteúdo semelhante ao afirmado por Abramovay (2000) – apresentado anteriormente – onde o capital social é entendido “como a capacidade de associativismo e de geração de laços de confiança interpessoal que constroem relações de mútua reciprocidade, essenciais para o alcance de fins comuns com os menores custos possíveis” (FRAGA e LEMOS, 2006. p. 8).

Neste mesmo sentido, Passador e Berdu (2004) afirmam que “o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade.” De acordo com esses autores “o capital social é compreendido, basicamente, por sua função, sendo encontrado em organizações sociais que potencializem a produção do ser humano” (PASSADOR e BERDU, 2004, p. 1).

O capital social [...] aposta justamente na capacitação social (em termos políticos, civis e educacionais) da população de uma determinada região para o seu desenvolvimento, uma vez que o capital social promove a cooperação entre atores com objetivos comuns, tornando possível a esses obterem recursos, por meio da troca de informações e conhecimento, da participação política, do associativismo, que como agentes individuais não poderiam alcançar (FERREIRA, 2010. p. 12).

Ferreira (2010) afirma ainda que o conceito de capital social se torna pertinente “em razão de que é considerado como manancial de onde brotam as interações cooperativas que se expressam nas diferentes formas de associação da comunidade cívica”, já que, “uma trajetória histórica com altos indicadores de civilidade não poderia brotar do nada” (FERREIRA, 2010. p. 94).

O fomento ao capital social em comunidades rurais, principalmente na agricultura familiar, pode ser de grande importância não só para a diminuição da pobreza no meio rural, mas também para o seu desenvolvimento, impulsionando o desenvolvimento de toda uma região e integrando o meio rural ao urbano. Além de contribuir para a permanência dos pequenos

agricultores no campo, evitando sua migração para os centros urbanos e sua desterritorialização (FERREIRA, 2010. p. 121).

Assim, a partir dessas afirmações, é possível visualizar uma associação entre o arcabouço teórico voltado ao capital social com o desenvolvimento territorial e sua relação com a possível construção do capital social. Por conseguinte é possível, também, relacionar a existência destes ao processo de fortalecimento da agricultura familiar em níveis locais.

Conforme Passador e Berdu (2004) “uma das novidades de estudos recentes sobre o desenvolvimento regional está na inserção da contemporânea concepção de ‘capital social’” (PASSADOR e BERDU, 2004. p. 4). Esses autores vão nos dizer que capital social e desenvolvimento territorial são praticamente indissociáveis na medida em que;

o conceito de desenvolvimento endógeno [territorial] moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando as condições sociais e econômicas para a geração e a atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta. A moderna teoria regional endógena também considera a importância da sociedade civil e das relações sociais no processo de desenvolvimento de uma região (PASSADOR e BERDU, 2004. p. 3).

Nesta mesma linha, para Ferreira (2010) o capital social se configura nas teorias modernas de desenvolvimento territorial como um potencializador da agricultura familiar e que articula-se com o próprio desenvolvimento, sendo que

tal desenvolvimento não é dependente exclusivamente de fatores externos, mas ao contrário, tem suas bases dentro do próprio território e em suas potencialidades, que vão além dos seus atributos físicos, valorizando também o seu potencial social, a capacidade de sua população conduzir o desenvolvimento regional (FERREIRA, 2010. p. 12).

Para tanto, conforme a mesma autora, é preciso ir além da visão ainda dominante baseada em um desenvolvimento setorial, com foco em uma única atividade econômica, e passar a pensá-lo como desenvolvimento das várias potencialidades do lugar, “que articula as várias capacidades locais para o crescimento do todo, articulando assim o meio rural ao urbano, e não dicotomizando-os, mantendo o rural como atrasado [...], enquanto o urbano representa o moderno e desenvolvido.” Ou mesmo, crendo que alguns fatores sejam a fortaleza e a fonte de “toda a expectativa do desenvolvimento

rural” centrado apenas “na sua mecanização, [ou] nas grandes propriedades de monoculturas” (FERREIRA, 2010. p. 12).

Não obstante, essa se configurou como uma das políticas dominantes para o meio rural no Brasil, nutrida “durante toda a história brasileira e incrementada quando da modernização agrícola”, sendo a fonte responsável por “grande desigualdade no meio rural” brasileiro atual (FERREIRA, 2010. p. 12-13).

Uma forma de amenizar essa desigualdade é incentivar e apoiar a agricultura familiar, permitindo que esses agricultores permaneçam no campo, não como um excedente social, mas sim como vetores do desenvolvimento rural e territorial, com base em suas potencialidades como a pluriatividade e multifuncionalidade do meio rural (FERREIRA, 2010. p. 13).

Nesse sentido, Ferreira (2010) afirma que a modernização agrícola apresentou objetivos que levaram, ao desenvolvimento agrícola¹⁰ e não necessariamente ao desenvolvimento rural, “entendido como aquele que eleva a qualidade de vida de seus moradores”. Nesse sentido, “a modernização” é entendida como “a capacidade que um sistema social tem de produzir a modernidade, e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar a sua sociedade” (ALMEIDA, 1997 apud FERREIRA, 2010. p. 67).

Retomando as ideias de Passador e Berdu (2004), um fator importante para a abordagem do desenvolvimento territorial de uma determinada região, dentro da perspectiva do capital social, é “a cultura regional [...] [que] insere-se como um elemento-chave nesta abordagem do desenvolvimento. Os valores construídos a partir da evolução social de cada espaço regional delimitam a trajetória de crescimento de cada região no longo prazo” (PASSADOR e BERDU, 2004. p. 3).

Para esses autores, citando Kliksberg (1999 apud PASSADOR e BERDU, 2004), “valores que têm suas raízes na cultura e são fortalecidos ou dificultados por esta, como o grau de solidariedade, altruísmo, respeito e tolerância, são essenciais para

¹⁰ Ferreira (2010) define o desenvolvimento agrícola (ou agropecuário) como se referindo, exclusivamente, às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um dado período de tempo. Já o desenvolvimento rural diferencia-se desta por uma característica específica: trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional, ou seus níveis sub-nacionais (estados, municípios), presume-se à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001 apud FERREIRA, 2010. p. 63).

um desenvolvimento sustentado” (KLIKSBURG, 1999, p. 19 apud PASSADOR e BERDU, 2004, p. 3). Passador e Berdu (2004) afirmam ainda que;

As sociedades que historicamente propagam valores como, por exemplo, a igualdade entre os indivíduos, a necessidade da educação, o valor do trabalho e o sentido de identidade têm no presente, e certamente terão no futuro, uma estrutura social com maior capacidade de perseguir e superar desafios e melhores condições para promover o seu progresso sócio- econômico. A cultura é o principal meio de transmissão desses valores.

Já o desenvolvimento regional cívico baseia-se na compreensão de que o desenvolvimento regional é determinado pela capacidade das sociedades regionais em superar a tendência à estagnação de sua estrutura interna e de responder aos desafios impostos pela dinâmica externa. Em outros termos, como o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características estruturais das sociedades encontradas em cada região, a concepção cívica focaliza os determinantes da organização social que operam como agentes transformadores.

A transformação da sociedade nesse direcionamento advém dos valores e das virtudes cívicas inertes em sua estrutura. São esses fatores que têm a capacidade de modificar as estruturas regionais e, através do processo cultural, transmitir para as gerações futuras as características sociais que sustentarão a evolução sócio-econômica no longo prazo. O objetivo principal é combinar positivamente o civismo com a busca constante pela liberdade e pelas oportunidades (HELLER e FEHÉR, 1998 apud PASSADOR e BERDU, 2004, p. 3-4).

Não obstante a já citada importância para o desenvolvimento territorial local do chamado capital social, Galvão et. al. (2009) nos dizem que “na perspectiva da promoção do capital social, o estímulo deve ser dado à formação de instituições que promovam a participação ativa da comunidade na economia, através de associações” (GALVÃO et al, 2009, p. 1).

Deve ser enfatizado o poder de associação e da formação de redes porque estas se relacionam com o sucesso econômico. É através das associações que os diferentes agentes econômicos conseguem interagir e formar redes. A ação conjunta das instituições públicas e privadas, apoiadas na participação da comunidade, na formulação e na implementação de ações governamentais pode ter como resultado a consolidação de relações de confiança entre os vários atores sociais, públicos e privados. Essa ação conjunta contribui para a acumulação de capital social e uma maior efetividade econômica do sistema produtivo local, o que redundará em maior desenvolvimento econômico e social e uma governança mais efetiva (GALVÃO et al, 2009, p. 1).

Galvão et. al. (2009) citando outros autores (BRUSCO, 1990, IGLIORI, 2001), destacam que “as instituições [públicas] desempenham um papel importante na busca de consensos entre os integrantes de um distrito, interagindo com o funcionamento dos mercados e melhorando o desempenho econômico.” Destaca ainda “o papel das

instituições nos distritos no sentido de prover suporte tecnológico e informações” (BRUSCO, 1990, IGLIORI, 2001 apud Galvão et al, 2006. p. 8).

Analisando o novo institucionalismo, dois pontos fundamentais são consensuais: 1) As instituições moldam a política - as normas e procedimentos estruturam o comportamento político; as instituições moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores, 2) As instituições são moldadas pela história – suas formas são resultantes das trajetórias históricas e momentos decisivos; as instituições têm inércia e rigidez (GALVÃO et al, 2009. p. 8).

Todo esse esquema por trás do capital social envolve o estímulo ao associativismo e uma consequente geração de laços de confiança interpessoal que constroem relações de mútua reciprocidade. Eles são importantes, pois, conforme as idéias de Passador e Berdu (2004), baseadas nos escritos de Putnam (1993),

[...] a complementação entre as ações institucionais públicas e as ações coletivas fortalece o engajamento cívico. Ou melhor, as experiências de mobilização e atuação coletiva acumulam um capital social derivado dos laços de confiança mútua entre os cidadãos, aumentando o engajamento público (PASSADOR e BERDU, 2004. p. 14).

Ou seja, o capital social é uma espécie de subproduto das relações sociais, “sendo a confiança um componente essencial.” Ele também é capaz de fomentar uma maior participação popular nos processos políticos; promover “relações horizontais de reciprocidade e cooperação, ao invés de relações verticais de autoridade e dependência; redes de solidariedade, confiança e tolerância; e elevados níveis de participação nas associações”, fundamentais para a consecução de fins comuns à todos. (GALVÃO et al, 2006. p. 4).

O fomento de instituições que promovam a participação ativa da comunidade nos mais variados aspectos da vida social são capazes de criar em longo prazo um “desenvolvimento regional que amplie as oportunidades dos indivíduos, diminua as desigualdades sociais, melhore os indicadores de qualidade de vida, acentue os laços democráticos e que tenha uma auto-sustentação no longo prazo” (PASSADOR e BERDU, 2004. p. 8).

Galvão et. al. (2006) expõem a importância do capital social ao afirmar que este “tem a capacidade de inserir as relações sociais na agenda do desenvolvimento, criando novos espaços para analisar as ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos” e que pode auxiliar os grupos excluídos, em especial, os das nações mais

desfavorecidas, “a terem um lugar no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões por meio das organizações não governamentais, do setor privado, dos grupos comunitários, das cooperativas, dos grupos religiosos e outros” (GALVÃO et al, 2006. p. 3).

Como nos aponta Ferreira (2010) “a região dotada destes fatores [tais como capital humano, capital social, conhecimento, pesquisa/desenvolvimento, informação e instituições] ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um crescimento acelerado e equilibrado” (FERREIRA, 2010. p. 114). Em suma,

atualmente, o conceito de capital social mostra-se de extrema relevância para as possibilidades de se alcançar o desenvolvimento regional em seus amplos aspectos. Desta forma, tanto os governos nacionais quanto os locais, assim como as organizações não-governamentais, consideram que a existência ou o estímulo ao desenvolvimento de um forte capital social pode representar um importante fator facilitador do processo de desenvolvimento (FRAGA e LEMOS, 2006. p. 2).

É importante destacar que “apenas a educação não garante o progresso econômico para uma região, mas torna as sociedades aptas a enfrentarem os desafios que as permanentes transformações mundiais impõem” (PASSADOR e BERDU, 2004. p. 8-9). Porém conforme os mesmos autores:

Valores positivos conduzem a direções diferentes. Assim, por exemplo, sociedades que tenham estimulado e cultivado os valores favoráveis à equidade e os tenham refletido em múltiplas expressões, desde seus sistemas fiscais até a universalização dos serviços de saúde e educação de boa qualidade, têm atualmente bons níveis nestes campos, que, por sua vez, facilitam seu progresso econômico e tecnológico e sua competitividade (KLIKSBURG, 1999, p. 40 apud PASSADOR e BERDU, 2004. p. 9) [grifos do autor].

Tendo por base esse arcabouço teórico voltado ao capital social e ao desenvolvimento territorial rural é que se buscará aqui compreender a realidade do município de Brazlândia (DF), analisando a relação do sucesso agrícola dessa região com o capital social presente, bem como relacionar a existência deste ao processo de fortalecimento da agricultura familiar local.

Para isso tentará se evidenciar o papel do capital social vinculado ao desenvolvimento territorial como instrumento viável ao desenvolvimento rural, desenvolvimento esse que conta com a participação ativa da agricultura familiar da região.

3. FORMAÇÃO TERRITORIAL E ECONÔMICA DO ESPAÇO AGRÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Para entender a realidade da nossa região de estudo, a zona rural da RA de Brazlândia (DF), sua agricultura familiar e transformações socioespaciais, bem como o processo que levou milhares de nipo-brasileiros a esta região, faz-se necessária antes uma contextualização, mesmo que breve, acerca das origens e estruturas encontradas em tal local. Para tanto é fundamental remeter-se aos processos ocorridos no Distrito Federal desde sua criação, bem como no Centro-Oeste como um todo, que culminaram num tipo de agricultura dentro do território do Distrito Federal diferente do contexto regional. É tendo em vista este objetivo que serão dedicados os parágrafos seguintes.

3.1. Agricultura e Transformações no Espaço Agrário do Centro-Oeste: breve histórico das transformações socioespaciais

Entender o território como um conjunto de laços construídos mediante a interação social implica em reconhecer os atores locais como protagonistas no processo de construção territorial (ABRAMOVAY, 2007, p. 12 apud RUANO, 2008, p. 43). Nesse propósito, o conhecimento do passado oferece importantes pautas para compreender a dinâmica social atual. “Assim, se aceita como eficaz a hipótese de que conhecer a origem e o desenvolvimento de um processo é um bom fundamento para explicar uma situação final” (JARAMILLO, 2002, p. 209 apud RUANO, 2008, p. 43). As informações apresentadas aqui carregam consigo a intenção de revelarem aspectos que contribuíram com a conformação social, política e econômica de nossa região de estudo, o núcleo rural de Brazlândia, localizada na Região Administrativa IV do Distrito Federal, bem como respondam aos questionamentos inicialmente propostos.

Procura-se neste seção do trabalho identificar, principalmente, elementos explicativos para o fenômeno da ocupação dessa região do Distrito Federal por imigrantes japoneses e engendrar análises sobre a relação desta comunidade com o sucesso agrícola da região, apresentados com as recorrentes expansões da produção

agrícola entre os agricultores familiares de Brazlândia (DF). Com isso, busca-se investigar, sob a perspectiva de uma certa influência histórica exercida pela comunidade *nikkei*, como esses produtores rurais de Brazlândia têm conseguido manter sua área de atuação, apesar das pressões externas, passando ao largo dos processos de exclusão social que assolam o meio rural brasileiro. Por isso, procura-se abordar questões que dizem respeito ao acesso aos fatores de produção, sobre as particularidades do sistema social e produtivo e a articulação dos atores no território entre si e com as instâncias de poder, em particular com as que impactam diretamente sobre a vida rural local.

Um rápido percurso pelos efeitos que as diferentes etapas de povoamento e colonização por que passou o Centro-Oeste (e dentro deste, o próprio Distrito Federal) e produziu na dinâmica, sobretudo, do núcleo rural de Brazlândia, pode ser capaz de evidenciar algumas influências do legado histórico na atual inserção econômica e social dos atores locais atuais.

Como já referido, no Distrito Federal, os japoneses vieram para iniciar um tipo de agricultura moderna. Esta deveria se assentar sob bases diferentes daquelas que marcaram o processo de ocupação/povoamento do Centro-Oeste, onde sempre predominou a concentração fundiária de terras nas mãos de poucos. Cabe antes destacar o histórico de povoamento e colonização que caracterizaram o Centro-Oeste brasileiro para entender as especificidades da agricultura no Distrito Federal frente ao contexto geral.

Segundo Giralдин (2001), o processo de ocupação demográfico e econômico do Centro-Oeste remete ao século XVIII e pode ser observado a partir da ocupação destinada ao exercício de atividades mineradoras, com mais relevância num primeiro instante, e agropecuárias, num segundo momento. Este povoamento/ocupação desta região se deu, principalmente, a partir da busca por ouro no centro do país marcado pelas expedições empreendidas à época do Brasil Colônia – sob a denominação das famosas Entradas e Bandeiras¹¹ (GIRALDIN, 2001, 56).

A busca incessante dos pioneiros pelas riquezas naturais no interior do país ocasionou um processo migratório direcionado para o centro-oeste da nação. Giralдин (2001, p. 56) explica que a ocupação e povoamento “por parte da sociedade colonial

¹¹ A expressão “Entradas, bandeiras e Monções” é utilizada para designar, genericamente, os diversos tipos de expedições empreendidas à época do Brasil Colônia, com fins tão diversos como os de simples exploração do território, busca de riquezas minerais, captura ou extermínio de escravos indígenas ou mesmo africanos.

europizada” do centro-oeste foi um fenômeno que tem sido explicado pelo processo de acumulação primitiva apoiado na mineração.

Conforme o mesmo autor, a ocupação ia se processando a medida que se buscavam incessantemente novos garimpos ou quando se dava o esgotamento natural das jazidas e eram requeridas áreas novas de mineração, o que fazia com que os aventureiros fossem se espalhando por várias partes da região (GIRALDIN, 2001, p. 56-57).

O que se seguiu dessa busca por riquezas foi um processo de “migração acelerada para a região”, que possibilitou certa ocupação do centro-oeste brasileiro e estabeleceu a colonização do território. (GIRALDIN, 2001, p. 56) Porém essa atividade não foi a única responsável pelo povoamento e colonização dessa porção do território brasileiro. À medida que a mineração passou a perder força em diversas áreas, essas atividades acabaram sendo substituídas pela agricultura, que ainda assim continuou a atrair migrantes à região Centro-Oeste. Nas palavras de Giraldin (2001):

Com o declínio da mineração, seja pelo esgotamento das minas, seja pelo crescente fiscalismo intervencionista imposto pela metrópole, verificado tanto em Goiás quanto em Minas Gerais, cresceram as atividades ligadas ao campo, principalmente a agricultura e a pecuária. Adveio, então, uma nova frente de expansão: o processo de ruralização das atividades econômicas, com os antigos mineradores passando a dedicar-se às atividades de agropecuária. Esta onda migratória no Triângulo Mineiro e no Sudoeste de Goiás teve lugar principalmente a partir do terceiro quartel do século XVIII, crescendo muito em princípio do século XIX (GIRALDIN, 2001, p. 58).

Pode-se dizer que esse período marca o primeiro grande momento de ocupação do centro-oeste brasileiro, se é que assim podemos dizer. Nesse primeiro momento essa ocupação do interior do país atrai um grande contingente de pessoas alicerçado na mineração, e, posteriormente, na grande propriedade rural agropecuária¹² (FERREIRA e MENDES, 2009, p. 3).

E é justamente dentro deste contexto de exploração e ocupação do centro-oeste brasileiro que se deu a ocupação do município de Santa Luzia (GO), dentro do território goiano, onde hoje se encontra o Distrito Federal. A organização inicial do espaço nesse

¹² Segundo nos aponta Mendes (2009, p. 3), a ocupação e o povoamento das regiões interioranas do país (o caso das terras de Goiás) a época do Brasil colonial, assentou-se na posse conforme a necessidade dos desbravadores. Assim, em função da distância da área litorânea, muitas terras não interessavam aos senhores sesmeiros, ficando à margem do domínio do Governo Imperial e a mercê dos posseiros, que passaram a formar grandes propriedades rurais durante a vigência do regime sesmarial.

município goiano seguiu a mesma lógica de praticamente todo o restante do centro-oeste brasileiro; primeiro a mineração, que fez com que chegassem à região vários sertanistas para o desbravamento das terras, e posteriormente as atividades baseadas na agropecuária extensiva. Sobre a história do município, IBGE (2012) afirma;

Satisfeitos com os vales férteis e auríferos do Planalto, ali acamparam, construíram as primeiras residências e erigiram a cruz, em nome de Santa Luzia, marco da povoação que nascia sob a proteção da Santa.¹³ A notícia da descoberta das minas de Santa Luzia atraiu contingentes de pessoas livres e escravas das mais longínquas regiões. Em fins do século XVIII, a mineração começou a declinar e muitas famílias transferiram-se para a zona rural, dedicando-se à lavoura e à criação de gado (IBGE, 2012).

Verifica-se que o modelo de organização agrário era definido predominantemente pela existência de grandes propriedades. “A singularidade dessa realidade socioespacial é resultado das características do seu processo de povoamento e colonização” (FERREIRA e MENDES, 2009, p. 2). De acordo com o mesmo autor, esse processo de interiorização do povoamento e de grande concentração fundiária e de capitais que definem a história de Goiás

é marcado pelo desinteresse do Governo Imperial pelas áreas interioranas, pela dificuldade de realização das demarcações legais das sesmarias, pela dispersão e isolamento da população goiana, pela precariedade dos meios de transporte e comunicação e pela expansão da pecuária extensiva, enquanto principal atividade econômica (FERREIRA e MENDES, 2009, p. 8).

Diante do exposto sobre a gênese da ocupação da porção Centro-Oeste do Brasil, e mais especificamente de Goiás, verifica-se que as grandes propriedades rurais sempre tiveram grande presença, até mesmo como motor econômico da região, modelando seu espaço agrário, e que a agricultura do tipo familiar não dispunha de grande peso na organização desse mesmo espaço, constituindo-se, a bem das vezes, uma atividade de caráter meramente complementar à subsistência familiar (FERREIRA e MENDES, 2009, p. 8).

A precariedade das unidades familiares neste período se revela ainda mais acentuada nesse contexto ao verificar que mesmo a atividade agropecuária sendo a principal atividade econômica depois do declínio da mineração, essa atividade ainda era tida como – apesar do desenvolvimento antigo das atividades agropecuárias praticadas

¹³ Elevado à categoria de vila com a denominação de Santa Luzia, por Resolução do Conselho do Governo, de 01-04-1834. Instalado em 07-04-1834. É elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Santa Luzia, pela lei provincial nº 393, de 05-10-1867 (IBGE s/d).

em Goiás –, “até 1910, [...] pouco expressivas economicamente e eram mais voltadas às necessidades do autoconsumo local”. Ou seja, é “somente a partir da construção de Goiânia e Brasília, que ocorreu a expansão da fronteira agrícola de Goiás” (FERREIRA e MENDES, 2009, p. 6-9). Isso mostra que a transferência da capital,

em uma região de grande vazio demográfico, com traços de economia de subsistência, ensejava que seria a Capital, um fator de propulsão do desenvolvimento, não apenas das áreas mais próximas, como também sinalizaria o avanço em direção a novas fronteiras de recursos do País (CHAVES, 2011, p. 67).

A criação de Brasília representou, portanto, o início de uma nova fase de crescimento econômico e de expansão agropecuária para a região central do país. Porém, como veremos detalhadamente adiante, em nível local o Distrito Federal “por ser limitado territorialmente para desenvolver de forma extensiva as atividades do setor primário” (CHAVES, 2011, p. 68) e por apostar no “desenvolvimento de uma nova mentalidade rural que, estaria baseada nas experiências do sul do País”, seguiu caminhos diferenciados do contexto regional no tocante a sua base estrutural de organização agrária. (LYRA, 1997, p. 25).

Neste, a estrutura fundiária passou a ser formada por pequenas e médias propriedades, preponderantemente de caráter familiar e que se desejava integradas ao mercado, em substituição a antiga estrutura, tradicionalmente com formação social que concentrava a posse e a propriedade da terra – no caso do Distrito Federal o monopólio das terras passou para as mãos do Estado¹⁴.

A capital moderna se preparava, dessa forma, para produzir alimentos para sua população de forma moderna. Nesse ponto os agricultores japoneses se confundiam como parte mesma da concepção do planejamento da nova capital – a modernidade. “Era como se [...] os resultados [da modernização da agricultura] fossem de fato atingidos com maior rapidez se os assentados na terra fossem japoneses (MARTINELLO, 2008 apud MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 456).

¹⁴ No Distrito Federal, o Estado tem o monopólio de grande parte das terras rurais. Essa situação atípica se deve à proibição da alienação das terras públicas rurais, sendo seu aproveitamento econômico deve ser feito pela NOVACAP ou através de arrendamento. Não há de fato uma concentração, uma vez que o Estado faz uma tentativa de evitar a especulação imobiliária, não tendo como objetivo a manutenção do poder econômico (LYRA, 1997, p. 24).

3.2. Distrito Federal: do Centro Político à Produção Agrícola

A instalação de Brasília trouxe como demanda a criação de uma forte área agrícola para seu abastecimento. Deste modo, toda ação estatal na Nova Capital “se deu em sentido de produzir um cinturão verde ao redor da zona urbana, para garantir a auto-suficiência alimentar de Brasília, para tanto era importante garantir uma estrutura que privilegiasse a produção, principalmente de hortifrutigranjeiros” (MIZIARA, 1990, p. 11 apud CROVETTO, 2005, p. 15). Nesse contexto, que se insere a vinda de migrantes japoneses ao Distrito Federal. Entretanto, destacamos que o ideal de uma nova capital é bem mais antigo.

Tendo como principais motivações para a transferência da capital, em primeiro lugar, a segurança nacional (argumento militar-estratégico), pois acreditava-se que, com a capital no litoral, esta estaria vulnerável a ataques estrangeiros, e, em segundo lugar, uma interiorização do povoamento e do desenvolvimento e integração nacional, já que, devido a fatores econômicos e históricos, a população brasileira concentrou-se na faixa litorânea, ficando o interior do país pouco povoado. Assim, a transferência da capital para o interior forçaria o deslocamento de um contingente populacional e a abertura de rodovias, ligando a capital às diversas regiões do país, o que levaria a uma maior integração econômica (DISTRITO FEDERAL, 2012c).

Desde o século XVIII, sonhos e projetos já povoavam o imaginário político ao vislumbrar a possibilidade de a capital do Brasil ser transferida para o interior. Conforme Paviani (2007, p. 3):

[...] a história de Brasília, possui registros que remontam ao tempo do Império, quando os Inconfidentes Mineiros pensaram em transferir a Capital para o interior. Em 1891, a primeira constituição republicana estipulava a transferência e assim o assunto permaneceu até maio de 1892, quando foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil pelo presidente Floriano Peixoto e chefiada por Luiz Cruls. Essa comissão foi responsável pelos primeiros estudos sobre o futuro território do Distrito Federal (DF). Os diversos cientistas elaboraram relatórios sobre aspectos geológicos, pedológicos, astronômicos, botânicos, etc. e demarcaram, em 1896, a área denominada de “Quadrilátero Cruls” com área de 14.400 km (Mourão, 2003, p. 60). Esses relatórios serviram de base para todos os estudos subsequentes (PAVIANI, 2007, p. 3).

Desde a composição desse estudo, chefiado por Luiz Cruls, a fins do século XIX, até os anos de 1940 não houve nada de concreto para a mudança da capital.

Todavia, conforme Paviani (2004) é nessa década que Vargas, involuntariamente, ao lançar as ações para ocupação do interior do país, com a chamada “Marcha para o Oeste”, que visava povoar o Planalto Central, pode ter sido o responsável por estimular “os ‘mudancistas’ a retomar o projeto de transferência” (PAVIANI, 2007, p. 3-4).

Assim, os estudos foram reativados em 1946, após a saída de Vargas, quando o então presidente Gaspar Dutra nomeou Djalma Poli Coelho como o chefe da Comissão Técnica de Estudos de Localização da Nova Capital. Mas, mesmo assim, o projeto seguiu sem nenhuma medida prática e pouco evoluiu. Somente em 1952 o Congresso Nacional aprovou a lei que determinava estudos conclusivos para a edificação da nova capital brasileira no Planalto Central. Novas pesquisas foram realizadas, desta vez pela firma americana Donald J. Belcher, que mapeou uma área de 52.000 km² no centro do país. Esses estudos foram concluídos em 1955 (PAVIANI, 2007, p.4).

Neste ano, o presidente Café Filho aprovou a área, mas foi somente em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, que a construção passou a ser materializada. O presidente definiu inclusive a data prevista de inauguração — 21 de abril de 1960. Depois de uma aventura extraordinária da engenharia e da arquitetura, na data exata estabelecida por JK, a Brasília sonhada por dois séculos, cuja área fora demarcada há mais ou menos 70 anos, foi finalmente inaugurada e reconhecida como a capital do país (FONSECA, 2003, p. 12).

Inaugurada em abril de 1960, “as primeiras atividades que se desenvolveram [na nova capital] estavam ligadas à construção dos edifícios e demais obras necessárias à instalação do Governo Federal” (CHAVES, 2011, p. 67-68), além da ainda incipiente agricultura que se iniciava nos arredores da cidade, nos denominados cinturões verdes agrícolas recém instaurados sob as citadas estruturas fundiárias “novas” (TAVARES, 1995).

Cabe destacar, antes de tudo, que apesar do Distrito Federal ser a capital do país e ter sido criado para desempenhar, por excelência, “preponderantemente funções institucionais e administrativas” (CHAVES, 2011, p. 68), como é comumente associada, ele foi criado “também para a produção rural e hoje, além de produzir alimentos para seus habitantes, chega a exportar para outras regiões do Brasil” (TAVARES, 1995, p. 13).

Ainda segundo Tavares (1995), concomitantemente ao início da ocupação do Distrito Federal no final da década de 1950, motivado pela construção da capital, se deu

o processo de ocupação das áreas rurais do Distrito Federal. Seu marco se dá quando da demarcação de 30.000 hectares de terras pelo extinto Departamento de Terras e Agricultura (DTA), vinculado à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), para alocar, por arrendamento, os agricultores que chegavam à nova capital. Essa área foi dividida em Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas, situados nas proximidades de cursos d'água perenes, subdivididos em lotes de 35 a 50 hectares, para a agricultura, e podendo atingir até 100 hectares, desde que para a pecuária (TAVARES, 1995, p. 19).

De acordo com Tavares (1995), nessa fase inicial o povoamento da zona rural do Distrito Federal e o uso dessas áreas visando o abastecimento da população da Capital da República sempre suscitaram algumas preocupações que deveriam constituir objeto de constante apreensão dos poderes públicos, devendo o governo buscar sempre proteger a organização inicialmente estabelecida, mediante o arrendamento de terras em pequenos lotes ao trabalhador agrícola e dispor assistência técnica a estes (TAVARES, 1995, 15-19).

Desta maneira esperava-se que isso asseguraria às áreas rurais do Distrito Federal o cumprimento de uma dupla função: o uso da terra para fins agrícolas; e, além disso, a contenção de um possível processo descontrolado de expansão urbana, recorrente nas cidades brasileiras. Isto faria com que as terras rurais no Distrito Federal, desde os seus primórdios, servissem além da produção agrícola, “como suporte ao controle do uso e ocupação do solo urbano, pelo instrumento da propriedade pública da terra no Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2012a, p. 71).

Expressava-se, assim, já nesta época, um cuidado em evitar o desvirtuamento das áreas rurais pelo processo desenfreado de urbanização que poderia assolar o Distrito Federal em vista do acelerado aumento populacional e da demanda por novos espaços de moradia, evitando o parcelamento das áreas rurais (TAVARES, 1995, 26-27).

Assim, segundo Tavares (1995), já em meio às obras de construção da Nova Capital leis foram aprovadas no intuito de evitar um desvirtuamento das áreas rurais do Distrito Federal, e em paralelo a isso, começou-se a ser idealizado o sonho desafiador de implantar na nova capital uma agricultura moderna e dinâmica que tornasse as terras da região produtivas, a fim de abastecer toda a sua população, livre da ameaça de desvirtuamento do destino agrícola das áreas rurais pelos loteamentos urbanos. Tavares (1995) aponta como favorável à realização de tal sonho a preocupação do presidente

Juscelino com a segurança alimentar do Distrito Federal, já que, em tempos passados esse fora um grande problema para a antiga capital, o Rio de Janeiro (TAVARES, 1995, 15-19). Quanto à questão do abastecimento documento da Emater/DF (2008) cita que:

O próprio Presidente Juscelino, mesmo com todo otimismo que lhe era peculiar, temia pelas dificuldades que certamente seriam encontradas, para o desenvolvimento da agricultura em uma região considerada imprópria e difícil de ser cultivada, como externou em seu livro “Porque construí Brasília”. Mas, não havia tempo a perder. [...] Preocupado com o abastecimento da futura Capital, o Presidente Juscelino recomendou que a Novacap tratasse dessa questão com absoluta prioridade (EMATER/DF, 2008, p. 23).

Nos anos subsequentes ao início do projeto para a instalação de um complexo agrícola na futura capital “os incentivos continuaram e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), responsável então pelo aproveitamento econômico da área rural de Brasília, deu prosseguimento à política de desapropriação de terras rurais.” As terras foram divididas em pequenos lotes, sendo “destinados a futuros produtores, que poderiam arrendá-los por 30 anos” (EMATER/DF, 2008, p. 24).

Assim, basicamente, se iniciou no Distrito Federal a produção agrícola visando criar um sistema de abastecimento para a capital, baseado, sobretudo, em pequenas e médias propriedades das quais a maioria seria de caráter familiar e integradas ao mercado. Estas se reproduziram sob um regime específico de “colonização” (uma “nova” mentalidade rural), que tinha na figura do colono imigrante japonês, a esperança de alcançar altos padrões de desenvolvimento no meio rural local, estando, portanto, sob a regência de comunidades concebidas como bem sucedidas e dinâmicas (não só os japoneses mas outros imigrantes de zonas de agricultura mais avançada), portanto, “mais capazes”. O que se observou nas décadas seguintes é um grande empenho de sucesso em implantar na região uma “nova mentalidade: produzir economicamente” (TAVARES, 1995, p. 22).

Conclui-se até aqui que, neste novo território – o Distrito Federal –, então recém-criado, as preocupações e os temores em torno do abastecimento alimentar de sua população, e o desejo latente da classe dirigente de implantar na capital do país uma agricultura sob bases modernas, que lhe permitisse um abastecimento local satisfatório e eficaz segurança alimentar, baseadas, sobretudo nos padrões de colonização em pequenas propriedades implantados na região sul do país, “os japoneses eram aqueles que, instalados em comunidades rurais e colônias segundo o padrão já existente,

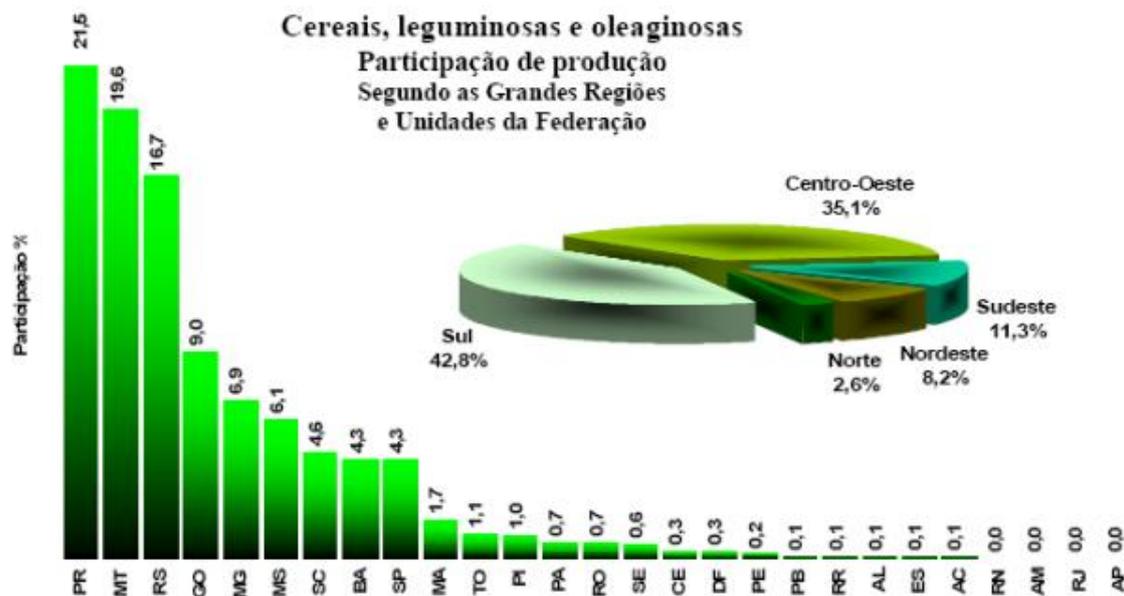
repetiriam a história da supostamente bem-sucedida (Seyferth, 2004) formação social de algumas regiões” (MARTINELLO E CARVALHO, 2011, p. 455) [grifos do autor]. Isso fez com que desembarcassem no Distrito Federal, para que se implantasse tal tipo de agricultura e desenvolvesse a região rural em seus variados aspectos, várias famílias japonesas e descendentes destes. Algumas a convite, e outras tantas por vontade própria por enxergar aqui, como verificado na fala do Entrevistado 9, a “possibilidade de crescimento pessoal”.

3.2.1. O Distrito Federal Agrícola em Números

A agricultura no Distrito Federal pode ser identificada como pouco expressiva do ponto de vista quantitativo. De acordo com dados do Anuário Estatístico do Distrito Federal (2010 apud CHAVES, 2011, p. 68), em 2007, o PIB do Distrito Federal foi consolidado com a participação de 93,16% do setor de serviços; 6,55% do setor industrial e apenas 0,29% do setor agropecuário. Este último setor, inclusive, respondeu no DF por aproximadamente 0,19% da População Economicamente Ativa (PEA-DF) e 0,09% da população absoluta do DF (DISTRITO FEDERAL, 2010 apud CHAVES, 2011, p. 68). Ainda em 2007, existiam em todo o DF 189 empresas de produção agropecuária, envolvendo agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, que absorviam um total de 2.321 pessoas, no emprego formal (CHAVES, 2011, p. 68).

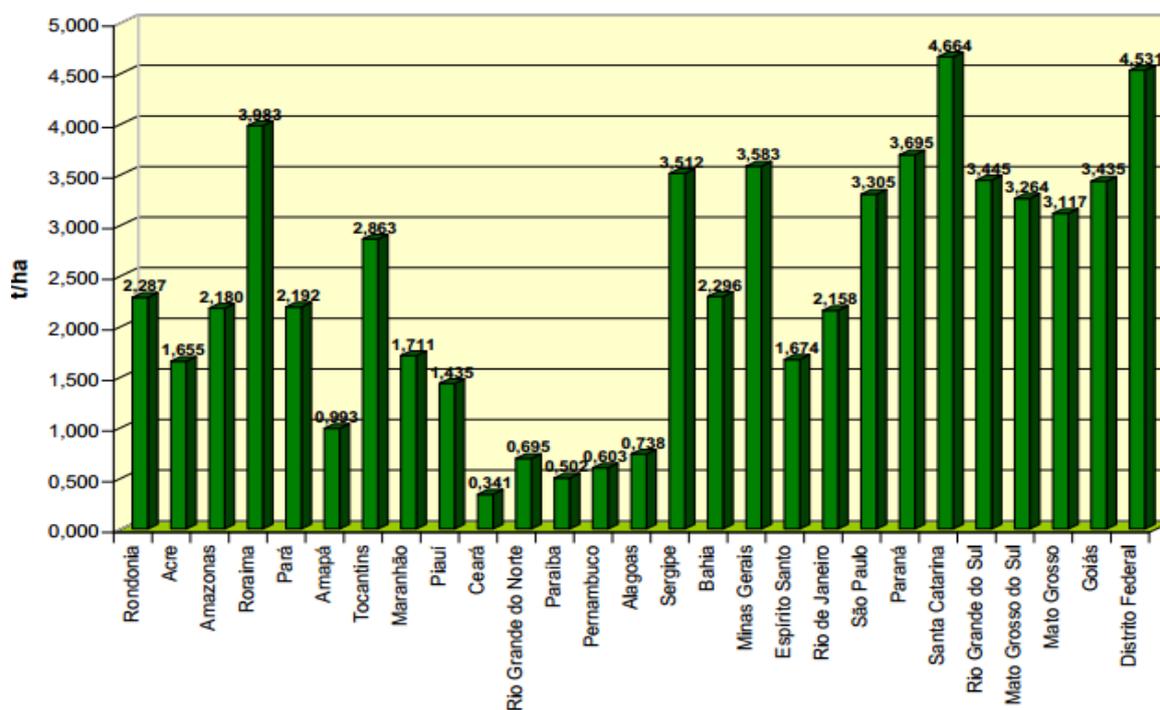
Como pode ser visto nos dois gráficos seguintes, apesar de ter uma participação pequena no montante total da produção nacional, o DF apresenta um dos maiores índices de produtividade entre todos os estados brasileiros.

Gráfico 1 – Participação dos estados brasileiros na produção agrícola nacional (2010) – Considerada a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas.



Fonte: IBGE, Indicadores da Produção Agrícola – jun. 2010 apud DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 98.

Gráfico 2 – Produtividade agrícola média nos Estados da Federação em Julho de 2010



Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 100

Uma das explicações pode estar no que Tavares (2010) aponta com relação ao desenvolvimento da agricultura familiar no DF. Segundo ele, o que se pode observar é que “a produção da agricultura familiar no DF vem atingindo índices cada vez mais

altos decorrentes, em grande parte, da difusão de inovação tecnológica, implantação de novos cultivares, assistência técnica eficiente e constante” (TAVARES, 2010, p. 11).

De acordo com análises feitas pela EMATER/DF, a presença de uma boa instituição de ensino - Universidade de Brasília - órgãos de pesquisas oficiais como, por exemplo, a EMBRAPA e entre outros o crédito rural, fornecidos por bancos oficiais e privados são outros fatores que auxiliam na evolução da agricultura familiar da região. Com isso, é possível a inserção de novas tecnologias agrícolas, alcançadas por meio de pesquisas acadêmicas e de órgãos de pesquisa e de mecanismos de aplicação dessas novas tecnologias alcançados pela aquisição de implementos tecnológicos que auxiliam na produção (EMATER, 2007, IPAGRICOLA apud TAVARES, 2010, p. 11-12).

Além dos diversos projetos de implantação de programas na área rural do DF, ressalte-se que o grande mercado interno, e o apoio técnico do Governo viabilizaram a utilização intensiva da terra em varias áreas do DF propiciando “o estabelecimento de empreendimentos agrícolas e agro-industriais, especialmente os de estrutura familiar, gerando impacto direto sobre o emprego e a renda do Distrito Federal” (PEREIRA et al., 2006). Segundo dados da SEAPA/DF (2004):

cada hectare plantado gera em média quatro empregos diretos e um número expressivo de empregos indiretos na comercialização. A horticultura representa um segmento do agronegócio de alto valor social, pois são cultivos de uso intensivo em mão-de-obra. O principal desafio enfrentado por esse agronegócio que apresenta taxas de crescimentos de cerca de 4,5% ao ano é colocar-se no mercado de forma lucrativa (PEREIRA et al., 2006).

Outro aspecto a ser ressaltado é a baixa concentração fundiária, o que se evidencia na tabela 2. Ela aponta que, conforme dados do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (2012) foram registrados um total de 17.915 estabelecimentos rurais no Distrito Federal, ocupando cerca de 250 mil hectares. Aproximadamente metade das propriedades rurais possuem “área variando entre 2 a 5 hectares e aproximadamente 81% das propriedades rurais possuem área variando entre 2 a 25 hectares, ou seja, apresentando um perfil predominantemente formado por pequenas e médias propriedades.” (DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 97). Observe-se que, em Brazlândia, mais de 50% das propriedades encontram-se na classe de área entre 2 e 5 ha.

Tabela 2 – Distribuição do número de propriedades rurais por classes de área (ha) no DF

Localidade	Estratificação								Totais
	Até 2 ha	2 a 5 ha	5 a 20 ha	20 a 75 ha	75 a 100 ha	100 a 300 ha	300 a 500 ha	>500 ha	
Alex. Gusmão	158	473	209	44	3	0	0	0	887
Brasília	400	1908	91	8	3	3	0	0	2413
Brazlândia	28	763	362	138	40	5	1	5	1342
Ceilândia	206	503	370	79	12	16	1	1	1188
Gama	0	1343	277	280	34	14	4	1	1953
Jardim	13	68	46	37	7	32	8	7	218
Pad-Df	0	248	58	6	0	8	5	3	328
Paranoá	343	1.145	275	80	28	19	6	5	1901
Pipiripau	0	108	18	56	8	15	4	5	214
Planaltina	15	800	283	176	48	18	9	5	1354
Rio Preto	3	32	53	61	101	96	6	8	360
São Sebastião	380	2.115	117	48	5	15	6	11	2697
Sobradinho	533	727	371	267	80	32	5	5	2020
Tabatinga	1	4	61	183	3	8	5	6	271
Taquara	9	18	144	83	26	21	12	5	318
Vargem Bonita	198	89	162	2	0	0	0	0	451
Total	2287	10344	2897	1548	398	302	72	67	17915

Fonte: EMATER/DF – Gerência de Programação e Orçamento – GEPRO apud DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 98.

Conforme ainda este mesmo documento (DISTRITO FEDERAL, 2012b), foram registrados o quantitativo de 5.505 estabelecimentos agropecuários no DF de natureza familiar. (DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 101). A tabela a seguir aponta o número de empreendedores da área rural do DF por tipo de atividade, ou seja, de natureza familiar ou patronal. O estudo não apresenta a metodologia utilizada ou os conceitos de agricultura familiar e patronal adotados, sendo possível que parte desses empreendedores considerados patronais, possam ser incluídos também na categoria de agricultura familiar, tendo em vista o tamanho médio das unidades de produção.

Tabela 3 - Número de empreendedores da área rural do DF por tipo de atividade

Localidade	Número de Empreendedores	
	Atividade predominantemente agropecuária	
	Familiar	Patronal
Alex. Gusmão	486	410
Brasília	235	435
Brazlândia	771	358
Ceilândia	356	447
Gama	348	757
Jardim	174	57
PAD-DF	232	152
Paranoá	181	518
Pipiripau	216	62
Planaltina	578	381
Rio Preto	307	112
São Sebastião	484	324
Sobradinho	427	343
Tabatinga	136	106
Taquara	402	62
Vargem Bonita	172	243
Total	5505	4767

Fonte: EMATER/DF - Gerência de Programação e Orçamento – GEPRO apud DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 101.

O documento aponta também a presença da pluriatividade entre os agricultores pesquisados:

A região rural do Distrito Federal se divide em 15 núcleos rurais, que rodeiam a área urbana da capital federal. Essa disposição geográfica possibilita uma alta pluriatividade. Devido à proximidade com as áreas urbanas, muitas pessoas incrementam a renda com atividades não-agrícolas, ou até mesmo possuem somente a renda da atividade não-agrícola, usando a área rural somente como local de residência (DEL GROSSI, 2006 apud TAVARES, 2010, p.10).

Figura 1 – Áreas/núcleos rurais do Distrito Federal



Fonte: EMATER/DF

*A área de Brasília não é considerada como núcleo rural.

**Nos pontos em vermelho estão demarcadas as sedes dos escritórios da Emater/DF.

A produção agrícola é bastante significativa, quando comparada com a área cultivada.

A despeito da sua reduzida dimensão territorial, o Distrito Federal cultiva¹⁵ 125.313 ha, destacando-se a soja com 52.606 ha, milho com 41.357 ha, feijão 18.541 ha, sorgo 6.665 ha e trigo 2.762 ha. Em termos de culturas irrigadas, planta mais de 10,0 mil ha em 152 equipamentos de pivô central instalados (IBGE, 2011b apud CHAVES, 2011, p. 72).

Dentre esses números alguns demonstram a força da agricultura familiar no Distrito Federal: no ano de 2007 dos 7.145 ha de hortaliças produzidas no DF cerca de 4.500 ha foram produzidos por estabelecimentos familiares. Dos 1.432 ha de frutíferas, cerca de 850 ha foram de responsabilidade de agricultores familiares. Podemos também destacar a produção de tomate na área de hortaliças e de limão tahiti nas frutíferas (EMATER, 2007, IPAGRICOLA apud TAVARES, 2010, p. 10).

Apesar da agricultura local não constituir grande peso para o PIB do DF e nem possuir basicamente as mesmas características da agricultura de outras unidades da federação¹⁶ a produção para o abastecimento local, atualmente, já pode ser considerado um sucesso, a ponto de tornar o Distrito Federal exportador de alguns produtos como frango e soja¹⁷, e auto-suficiente na produção de certos alimentos, em especial naquelas explorações que não exijam grandes extensões de terras, haja vista o reduzido território desta Unidade da Federação (CODEPLAN, 2010b, 49).

Diante deste quadro, não obstante suas dimensões territoriais limitadas, o quadro de altas taxas de produtividade apresentados ano a ano fez a agricultura do Distrito Federal se consolidar no cenário nacional como possuidor de uma agricultura moderna e altamente produtiva.

De forma geral, os números mostram que a atividade agropecuária de caráter familiar deve, como está sendo feito, ser reconhecida como uma importante alternativa para o desenvolvimento econômico e por que não social de todo o Distrito Federal. “O PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal –, na sua esfera

¹⁵ Dados do IBGE referentes à produção agrícola municipal do ano de 2007 (In CHAVES, 2011, p. 72).

¹⁶ Dentre as diferenças Orsi (2001, p. 138) destaca, entre elas, a presença peculiar da agricultura patronal em pequenas propriedades; uma zona rural muito recente, aonde o Estado controla parte do uso da terra; uma dependência muito grande dos produtores rurais para com o Estado; e o alto nível de politização dos técnicos e produtores.

¹⁷ Notícia exibida no site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/01/df-tem-recorde-de-exportacoes-em-2011-diz-entidade-empresarial.html>. Acessado em: 25 abr. 2012.

de competência, deverá apontar diretrizes para a racionalização do uso do solo rural, considerando as suas potencialidades e as interrelações existentes com o meio urbano” (DISTRITO FEDERAL, 2011b apud CHAVES, 2011, p. 73-74).

4. OS NIKKEIS E AGRICULTURA FAMILIAR EM BRAZLÂNDIA: Produtividade e Competência.

4.1. O Pioneirismo Japonês no Distrito Federal

No Distrito Federal a história dos japoneses e de seus descendentes inicia-se em 1957, 4 anos antes da inauguração de Brasília, com a vinda de 60 famílias para trabalharem na produção de hortifrutigranjeiros (EMATER, 2008, p. 24).

A percepção dos solos da região como pobres e a necessidade de tecnologia para cultivá-los provocou a atração de famílias de agricultores de origem japonesa. Por sua “vocação agrícola”, e por serem vistos como um grupo para o qual a terra   efetivamente objeto de trabalho – e mesmo o resultado do trabalho – e não objeto de especula o, aquelas famílias foram chamadas para construir o denominado “cinturão verde”, destinado a assegurar o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros   futura capital (WOORTMANN, 1995, p. 7).

As primeiras famílias assentadas eram provenientes majoritariamente de São Paulo, havendo também certos casos de imigra o direta¹⁸ (CROVETTO, 2005, p. 15). Neste ano, a NOVACAP, na expectativa de suprir as necessidades de hortigranjeiros no Distrito Federal, instalou 60 famílias de japoneses e descendentes, para trabalharem na produ o desses g neros agrícolas, às margens do Riacho Fundo e na área que se constitui o Núcleo Rural Vargem Bonita (LYRA, 1997, p. 26; EMATER/DF, 2008, p. 24). A partir destes núcleos essa comunidade foi se espalhando posteriormente por outras áreas do Distrito Federal. Observa-se que as primeiras famílias assentadas tiveram o papel de atrair outros familiares e amigos. Esta prática contribuiu para que houvesse uma certa concentra o de pessoas relacionadas entre si nas localidades de destino, facilitando aos recém-chegados o acesso ao trabalho e   terra. (WOORTMANN, 1995).

Havia, em todo caso, atua o estatal para atrair migrantes japoneses. A atua o estatal fica bem ilustrada, nesse sentido, nas palavras do representante do governo Israel Pinheiro, que, a pedido de Juscelino Kubitschek, convidou, inicialmente, algumas

¹⁸ Queiroz Norte comenta a chegada direta de famílias de Okinawa (1994, p. 9).

famílias japonesas para cultivar as terras que até então pareciam indomáveis a fim de garantir a produção agrícola na capital:

Assim que chegaram a Brasília os japoneses deram logo o parecer: “A terra é muito ruim”. Israel Pinheiro retrucou: “Uai, se a terra fosse boa, não precisava de japonês” (GIESTEIRA, 2010). E assim começaram a produzir, mesmo que com resultados iniciais insatisfatórios aos esperados (TAVARES, 1995, p. 21). Neste caso percebe-se o desejo em contar com o colono de origem japonesa no Distrito Federal e também que estava presente o argumento com relação este colono de que seriam os mais aptos e os responsáveis por iniciar a produção nas terras arredias do cerrado, de forma que esta agricultura fosse capaz de abastecer de alimentos a futura Capital Federal, ou seja, uma produção voltada ao mercado. Crovetto (2005) é categórico neste sentido ao afirmar que:

A nova cidade de Brasília ia demandar para seu estabelecimento uma forte área agrícola. Deste modo, toda *ação estatal na Nova Capital se deu em sentido de produzir um cinturão verde ao redor da zona urbana, para garantir a auto-suficiência alimentar de Brasília, para tanto, era importante garantir uma estrutura que privilegiasse a produção, principalmente de hortifrutigranjeiros* (MIZIARA, 1990, p. 11 apud Crovetto, 2005). Para o qual foram chamadas famílias japonesas e nipo-brasileiras, ante a boa fama que estas adquiriram em São Paulo, devido a seu trabalho na produção agrícola (CROVETTO, 2005, p. 15) [grifos do autor].

Esta reconhecida capacidade de trabalho agrícola era centrada nos valores de hierarquia familiar, conhecimento das técnicas agrícolas e trabalho duro (WOORTMANN, 1995, p. 7).

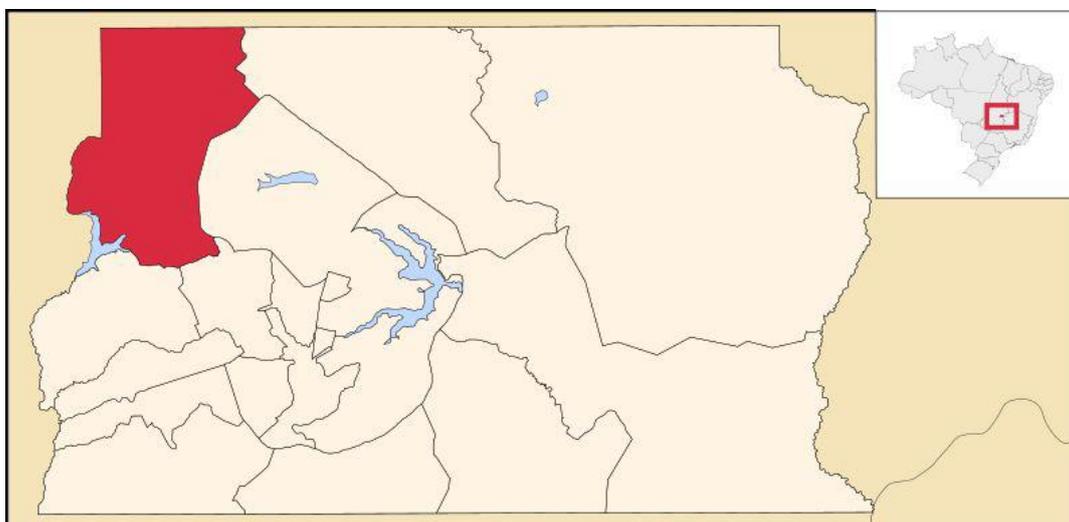
Analisando essa situação geral que se apresentava em âmbito nacional sobre as perspectivas e as imagens que se tinham dos japoneses, provavelmente reforçados no imaginário social pelos “hábitos alimentares que traziam do Japão” e que “facilitaram a associação [...] a respeito dos *nikkeis* como produtores de alimentos”, não é estranho a presença e o desejo por parte dos dirigentes políticos de se formar no Distrito Federal, desde sua criação, colônias de japoneses, para se aproveitar de seu potencial agrícola, uma vez que a atração desses imigrantes referia-se a sua importância “para o desenvolvimento tecnológico no esforço de transformar a *natureza* em riquezas” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 458-460).

Como citado anteriormente, esperava-se que iniciassem e desenvolvessem um tipo de agricultura sob bases diferentes daquelas que marcaram historicamente a região

– concentração de terras –, baseadas em pequenas e médias propriedades de caráter familiar e circunscritas aos circuitos mercantis locais. Neste primeiro núcleo colonial de *nikkeis* no Distrito Federal criado pelo governo, esperava-se que estes “dinamizassem as zonas agrícolas locais” (ENTREVISTADO 1) recém instituídas.

4.2. Caracterização da Área de Estudo

Figura 2 – Localização de Brazlândia no Distrito Federal (DF)



Fonte: BRAZLÂNDIA, 2012.

Brazlândia é a Região Administrativa IV do Distrito Federal. Esta RA tem como sede administrativa a própria cidade de Brazlândia que foi “criada em 1989, pela lei nº 49/89 e o decreto nº 11.921/85¹⁹. Compreende uma superfície equivalente 474,80 Km², sendo a área urbana estimada em 5,24 Km² e a área rural, em 496,59 Km²” (SOUZA, 2003, p. 29). Trata-se de uma área fortemente diversificada, tanto ao que se refere aos aspectos naturais quanto ao uso da terra, às relações de trabalho e ao potencial econômico.

A RA está localizada na região noroeste do Distrito Federal, na divisa com Goiás, no pediplano Contagem/Roedor, com variações de mil a 1.300 metros de altitude acima do nível do mar e relevo formado por chapadas, chapadões e interflúvios. Situa-

¹⁹ Criado pela Lei 4.545 de 10/12/1964 e ratificado pela Lei 049 de 25/10/1989.

se entre, ao Sul, Ceilândia e Taguatinga, e a Leste Brasília e Sobradinho – esses, dentro do próprio Distrito Federal – e a oeste e a norte faz divisa com os municípios de Águas Lindas e Padre Bernardo – Goiás – segundo as coordenadas 15° 30'S Latitude Norte e 48° 12'WGr Longitude Oeste, sendo limitado a oeste pelo Rio Descoberto, a sul pelo Ribeirão das Pedras e a leste pela DF – 170; DF – 001 (SOUZA, 2003, p. 29; DISTRITO FEDERAL, 2007, p. 7).

A história de Brazlândia é mais antiga que a do próprio Distrito Federal e está relacionada ao já citado movimento mais amplo de desenvolvimento da atividade mineradora e agropecuária do centro-oeste. Estas atividades, como anteriormente colocadas, promoveram a ocupação e colonização das terras que atualmente fazem parte de Brazlândia.

Porém, apesar de antiga a ocupação, a região experimentou um grande desenvolvimento somente após o início das obras para a construção de Brasília. É nesta época que Brazlândia deixa de pertencer ao estado de Goiás e é incorporada ao Distrito Federal. Esta mudança fez com que a região perdesse os seus traços tradicionais baseados na grande propriedade rural e sofresse, dessa maneira, grandes mudanças em sua dinâmica territorial, além de passar por um crescimento populacional bastante intenso (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2011b).

De acordo com Chaves (2011), esse período em que a RA foi anexada ao DF e a inauguração de Brasília, marcam o início de uma “alta corrente migratória, uma grande modificação fundiária, um grande crescimento urbano e um surpreendente crescimento populacional” que contribuíram para as transformações socioespaciais do lugar (CHAVES 2011, p. 15).

O crescimento da população nas décadas seguintes à inauguração de Brasília também pode ser atribuído ao fato de Brazlândia ter sido uma das RA's destinada a abrigar pessoas transferidas de invasões diversas no DF na sua zona urbana. Estes eram imigrantes atraídos pela construção de Brasília, mas que não faziam parte do projeto da cidade – o Plano Piloto – e eram alocados em outras regiões (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2011b; CHAVES, 2011, p. 77; COSTA, 2011, p. 26).

O rápido crescimento populacional na RA pode ser verificado ao notar que ao final dos anos 60 a população de Brazlândia já se aproximava a 11 mil habitantes (CHAVES, 2011, p. 77). E “em meados da década de 80, quando foi criada a Vila São

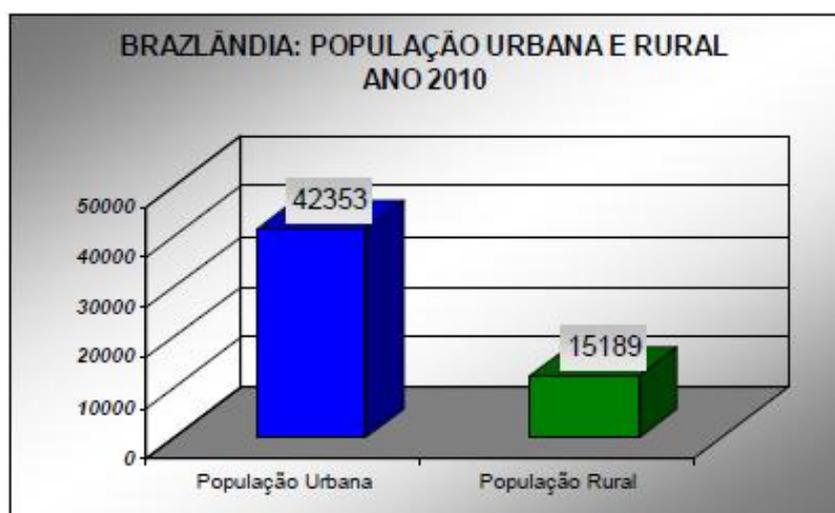
José, a população de Brazlândia era de 25 mil habitantes” (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2011b). Atualmente a RA conta com aproximadamente 57,5 mil habitantes²⁰ e a maioria de sua população vive na zona urbana, como evidenciam a tabela 4 e o gráfico 3.

Tabela 4 – População absoluta em Brazlândia no ano de 2010

	População	Área (Km ²)	Densidade Demográfica (hab/Km ²)
Urbano	42.353	5,24	8.082,63
Rural	15.189	469,58	32,34
<i>Total</i>	57.542	474,8	121,19

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011a) In: CHAVES, 2011, p. 80

Gráfico 3 – Brazlândia - população urbana e rural 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011a) In: CHAVES, 2011, p. 80

Conforme dados do IBGE (2010 apud CHAVES, 2011):

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 73,6% dos habitantes vivem concentrados em apenas 1,104% da área total da RA, ou seja, 5,24 Km², numa alta densidade demográfica de 8.082,63 habitantes/Km². Os restantes 26,4% residem na zona rural, que responde por 98,896% da área total, 469,59 Km², numa densidade bastante rarefeita de 32,34 habitantes/Km². Estes números correspondem a 42.353 habitantes na área urbana e 15.189 habitantes na zona rural. A densidade demográfica da área urbana de Brazlândia é maior que a de Brasília, 443,6 hab/km², e superior a do município de São Paulo, cidade mais populosa da América do Sul, que é de 6.915 hab/ Km² (CHAVES, 2011, p. 80).

²⁰ Dados extraídos de IBGE (2011a In: CHAVES, 2011, p. 81).

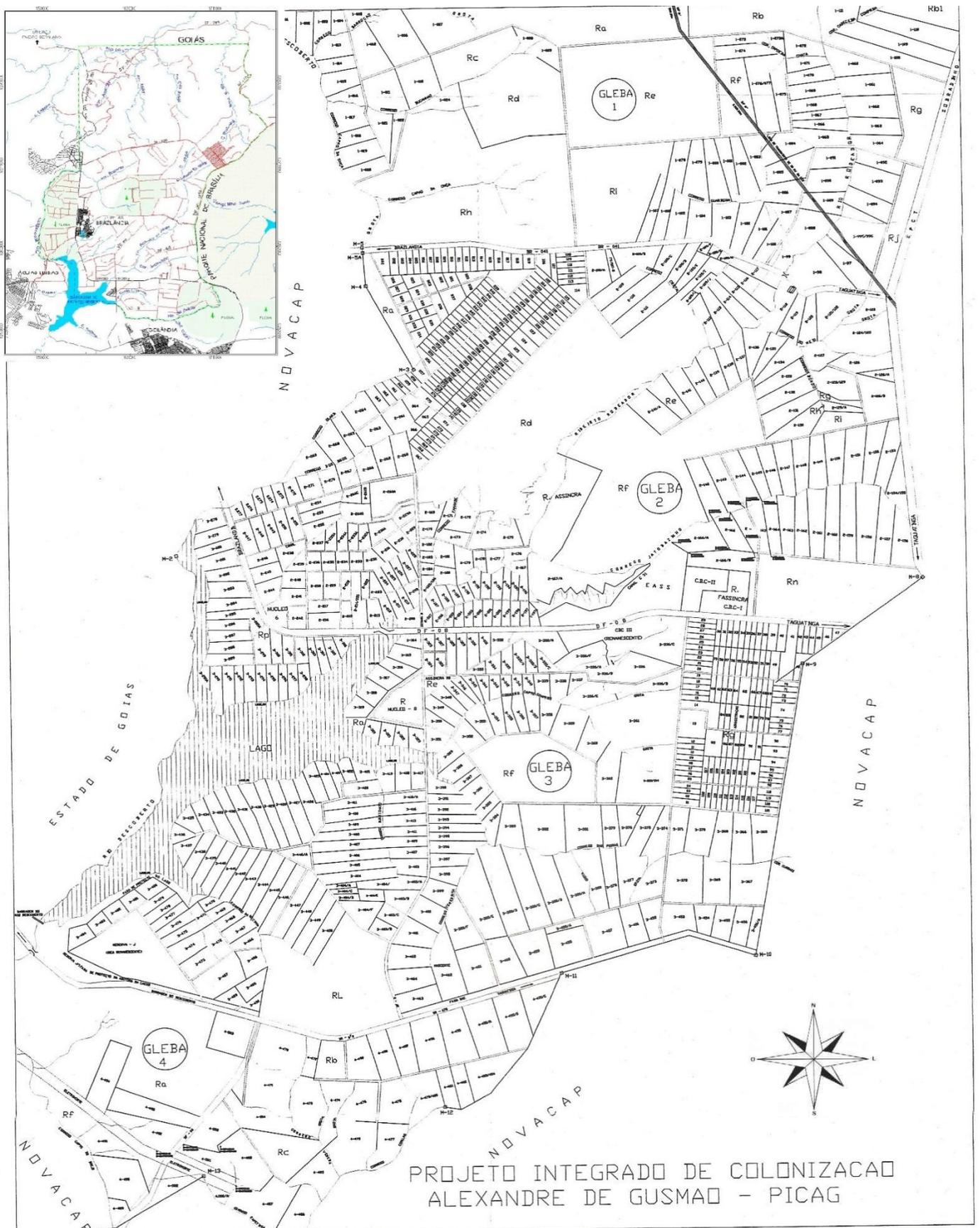
No meio rural as referidas mudanças estruturais começaram ainda em 1958 quando, em virtude das desapropriações e do “represamento do Rio Descoberto e a formação do lago que leva seu nome, destinado ao abastecimento de Brasília.”, são extintas muitas das grandes fazendas que existiam na região dando lugar à pequenas propriedades. Atualmente o que se vê em sua maioria são propriedades bem menores, com até 5 hectares conforme demonstrado pela tabela 2. (CHAVES 2011, p. 76-77; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2011b).

Além da fragmentação das grandes propriedades em glebas bem menores, a partir de 1960, data da inauguração de Brasília, Brazlândia, já anexada ao DF e com suas terras plenamente incorporadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), passa a apresentar sucessivos índices de crescimento populacional também em virtude da instalação em sua zona rural de centenas de agricultores procedentes de outros cantos do país (COSTA, 2011, p. 88). É nessa época que chegam à Brazlândia, assentados, sobretudo nas glebas do Núcleo Rural Alexandre Gusmão, centenas de agricultores japoneses oriundos do Estado de São Paulo e que já tinham tradição no cultivo de hortaliças para dar início à produção local (COSTA, 2011, p. 88).

Dentro do contexto agrícola do Distrito Federal, o Núcleo Rural de Brazlândia destaca-se por ser atualmente um dos mais importantes cinturões agrícolas regionais, produtor de morango, leite, hortaliças. Nesta região “a produção agrícola e exploração turística decolaram” (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2011a).

Em Brazlândia a ocupação de terras, pelos japoneses é um pouco mais tardia, em meados da década de 1960 e no começo de 1970. Nesta região, a ocupação das terras por estes imigrantes se deu inicialmente a partir do assentamento de algumas famílias japonesas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, abrigado posteriormente à estrutura do INCRA) nas glebas rurais de sua propriedade no Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão [PICAG]. (ADMINISTRAÇÃO DE BRAZLÂNDIA, 2012b, BAHOUTH JUNIOR, 1978, p.328-331). A figura 3 apresenta a planta esquemática das propriedades do referido projeto.

Figura 3 – Planta esquemática das propriedades rurais do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (PICAG) em Brazlândia (DF).



Fonte: Administração Regional de Brazlândia, 2012.

Segundo Tavares (1995) foi o núcleo rural de Alexandre Gusmão, em Brazlândia, “o primeiro produtor de hortifrutigranjeiros no Distrito Federal” (TAVARES, 1995, p. 21). Além de receber centenas de “agricultores japoneses que já tinham a tradição do cultivo de hortaliças”, que vieram oriundos do estado de São Paulo (COSTA, 2011, p. 88) o Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (PICAG), de acordo com Falcomer (1994) tinha, também, dentre os seus objetivos, “a fixação de colonos não absorvidos pela mão-de-obra na construção civil e a instalação de um cinturão verde nas proximidades das cidades satélites” com propriedades de 20 hectares em média (REATTO et al., 1994, p. 6).

Conforme as ideias de Chaves (2011), Costa (2011) e Lyra (1997), o sucesso obtido posteriormente na produção de hortifrutigranjeiros nesta região não ocorreu por acaso, mas deveu-se a atuação dos competentes agricultores das zonas mais avançadas de agricultura que vieram à capital (dentre estes, os japoneses) e, principalmente, ao planejamento, desde a construção de Brasília, que se tinha para Brazlândia, que fora anexada e planejada para ser um dos cinturões agrícolas do DF capaz de abastecê-lo com frutas, legumes, verduras e outros, sendo explorada com agricultura e pecuária em pequenas propriedades. Para isto, influenciou a proximidade com centros urbanos como Brasília e Taguatinga o que dava garantias, desde o princípio, ao pronto consumo da produção e o lucro da atividade (CHAVES, 2011, p. 78; COSTA, 2011, p. 86; LYRA, 1997, p. 25).

Além disso, ainda como ponto favorável ao sucesso agrícola da região, nota-se a “quase constante atuação estatal no auxílio aos agricultores locais nos últimos anos”, sobretudo a partir de determinado período, quando passou a haver a intervenção da EMBRAPA e da EMATER-DF, através da “oferta de vários cursos e palestras” (Entrevistado 5). Também por que essas empresas

a partir da década de 90, [...] têm trabalhado para melhorar geneticamente a adaptabilidade dos cultivos ao cerrado brasileiro, o que proporcionou um aumento de produtividade nas culturas desenvolvidas em Brazlândia, e um pequeno aumento do número de produtores familiares no cultivo de hortifrutos (CHAVES, 2011, p. 78).

Brazlândia é caracterizada “por usos e coberturas predominantemente agrícolas, devido à forte presença de culturas anuais [...], pastagens e silvicultura que totalizam uma área de 321,2 Km².” Na RA de Brazlândia o cultivo dominante é o de hortaliças,

realizados em pequenas propriedades rurais, “caracterizadas por adoção de manejos de médio nível tecnológico” (CARVALHO e LACERDA, 2007, p. 112-113).

Atualmente “a produção agrícola de Brazlândia merece destaque. Com apenas 3,68% de toda a área cultivada no Distrito Federal, é responsável por mais de 23% da produção total” (COSTA, 2011, p. 86). Os números da produção agrícola total dessa RA impressionam;

No cultivo de hortaliças Brazlândia é a líder disparada, com 38,73% da produção anual ou 64.249 mil toneladas ao ano. No plantio de frutas, a cidade é responsável por quase um terço do total do DF. [...] A produção da RA, dividida principalmente nos Núcleos Rurais de Brazlândia e Alexandre Gusmão, foi responsável em 2004 por 71,7% das beterrabas do DF, 78,3% das cenouras, 87,3% das goiabas 29,5% dos limões, 26,8% do milho verde, 22,9% dos tomates e 17,6% dos pimentões. [...] Os dados são da safra de 2004, de acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF) (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2011b).

Porém o destaque local fica por conta da produção de morangos “sendo a maior do Centro-Oeste e a sétima do Brasil. Foram 2.427 toneladas na safra de 2004, o que representa mais de 99% do produto produzido no DF” (COSTA, 2011, p. 86).

Além da produção altamente significativa ao quadro produtivo agrícola geral do Distrito Federal a agricultura de Brazlândia se mostra relevante também pela quantidade de empregos diretos gerados. Segundo Falcão (2012), dados da Emater/DF apontam que a população rural de Brazlândia é composta por algo em torno de 1.300 famílias, sendo somente a atividade agropecuária responsável por gerar 3.800 empregos diretos na região (FALCÃO, 2012, p. 3).

Não obstante a grande produtividade e os benefícios diretos gerados pela atividade agropecuária do núcleo rural de Brazlândia para o Distrito Federal, Carvalho e Lacerda (2007) apontam que ainda há espaço para crescimento dessas atividades nessa região (como pode ser observado na tabela *) que atualmente “é o agroecossistema oléricola mais importante do DF e vem apresentando grande crescimento agrícola”, porém “por vezes sem planejamentos adequados de uso e ocupação das terras” (CARVALHO e LACERDA, 2007, p. 111).

Tabela 5 – Classes de adequação do uso das terras do Núcleo Rural Brazlândia

Classes de adequação de uso das terras	%	Km ²
Uso adequado	34.4	131.2
Uso abaixo do potencial agrícola	42.2	160.8
Uso acima do potencial agrícola	21.7	82.7
Área urbana	1.7	6.4
Total	100.0	381.0

Fonte: CARVALHO E LACERDA, 2007, p. 115

Nota-se que ainda há espaço para o aumento da produtividade núcleo rural de Brazlândia através da assistência técnica e extensão rural, pesquisas, capacitação e profissionalização dos produtores rurais, podendo tornar ainda maiores os índices de produtividade das terras do núcleo rural de Brazlândia, sem esquecer, lógico, da preservação dos recursos naturais existentes na região (CARVALHO e LACERDA, 2007).

É pertinente ressaltar neste ponto que a posição de destaque alcançada atualmente pela zona rural de Brazlândia por sua produção agrícola é fruto, também, dos grandes esforços e da persistência dos primeiros imigrantes japoneses que, com grande fé por parte do governo – e também muito incentivo de formas variadas –, transformaram um lugar com condições iniciais precárias de exercício das atividades agrícolas em um lugar de grande potencial, e que atualmente se mostra de relevante importância em vários sentidos (que não só econômicos) para o Distrito Federal. E é sobre este aspecto que os próximos sub-itens serão dedicados.

4.3. Caracterização dos indivíduos e da Agricultura Familiar desenvolvida pelos nipo-brasileiros em Brazlândia.

Como já exposto, todas as propriedades de Brazlândia, seja de qualquer natureza (familiar ou patronal), são oriundas do parcelamento estatal, que no Distrito Federal se configura como o agente que detém o monopólio das terras rurais. Com base em documentos do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal e mostrado na

tabela 3, as unidades familiares totalizariam 1.257 estabelecimentos, correspondendo a 62,07 % das propriedades locais. Esses dados revelam a importante presença da pequena unidade produtiva na conformação da estrutura fundiária do Distrito Federal e, também, da existência de uma distribuição de terras pautada na organização agrária em pequenas e médias propriedades geridas, sobretudo, por grupos de agricultores familiares, como exposto anteriormente.

Dessa forma, apresentamos aqui uma breve caracterização dos produtores familiares nipo-brasileiros de caráter familiar da zona rural de Brazlândia, de acordo com as características internas das unidades familiares, visando vislumbrar certo reconhecimento da realidade empírica do local.

Quanto à origem dos entrevistados, verificou-se que todos eles vieram de São Paulo. Em sua quase totalidade, foram atraídos *“pela oportunidade que representava a recém instituída zona rural de Brazlândia de crescimento pessoal”* (Entrevistado 9). Verificou-se também a influência que os primeiros colonos – aqueles que foram assentados até mesmo em outras partes do Distrito Federal – tiveram na atração de mais famílias nipo-brasileiras para a capital. Observou-se que estes primeiros grupos serviram como referência e estímulo para a atração de familiares e amigos. Isto foi importante na medida em que contribuiu para que houvesse certa concentração de pessoas relacionadas entre si nas localidades de destino, facilitando aos recém-chegados o acesso ao trabalho e à terra.

Verificou-se que a faixa etária dos agricultores entrevistados variava entre 35 a 60 anos. Isto demonstra que os produtores nipo-brasileiros não se compõem de uma população tão jovem. Isto se justifica, em certa medida, pelo fato dos nipo-brasileiros locais estarem se dirigindo as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida. A fala do entrevistado 8 é categórica neste ponto:

“Eu tenho 3 filhos [...] o mais velho tem 18 anos. Este aí não quer saber de plantar não. Está fazendo faculdade e pelo jeito não levará adiante a minha profissão. Não leva jeito pra coisa [...] Os outros dois apesar de jovens parecem seguir o mesmo caminho, pois também não se interessam muito com os negócios do campo, lá o trabalho é muito pesado. [...] Eles gostam mais de fazer coisas que tem mais a ver com cidade, que não é pesado, pq o serviço na roça exige muita força, é pesado mesmo” (Entrevistado 8).

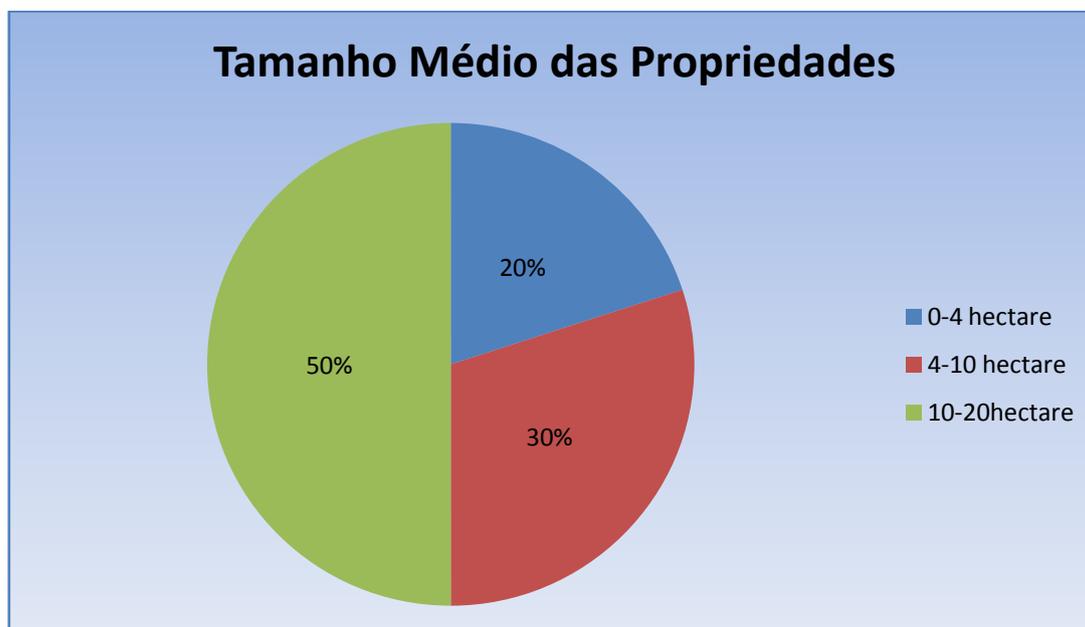
A composição das famílias apresentou pouca variação, sendo em média composta por 5 (cinco) membros, dos quais, em todos os casos, nem todos se

dedicavam exclusivamente a agricultura, sendo esta tarefa responsabilidade dos homens, os pais do grupo familiar. Os filhos se dedicam as tarefas mais esporádicas dentro da propriedade, uma vez que todos os entrevistados apontaram a importância, antes de tudo, da educação dos jovens para que no futuro “possam desempenhar tarefas menos pesadas” (Entrevistado 5), e para que com isso mantenham “a tradição, cultura e o respeito com o local” (Entrevistado 2).

Quanto a escolaridade dos produtores entrevistados 30% possuía ensino superior e os outros 70% mencionaram ao menos o ensino médio completo. Isto evidencia que para esta comunidade a educação é uma preocupação constante entre essa comunidade e que esses fatores podem ter influência direta no processo decisório de adoção de novas tecnologias, práticas e processos agrícolas, por isso estarem sempre se modernizando e mantendo altos padrões de produção.

Verifica-se, como pode ser visto no gráfico 4, que dentro do grupo analisado as propriedades possuem entre 4 e 20 hectares, não sendo encontrado nenhum caso em que as propriedades fossem menores ou mesmo ultrapassassem esse limite. Dessas, 80% tinham entre 10 e 20 hectares.

Gráfico 4 - Tamanho das propriedades do grupo entrevistado.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Observa-se que essa característica, aliada ao fato de que “os japoneses tem se dedicado mais a fruticultura, que é onde são mais competentes” (ENTREVISTADO 1) e produzindo sob bases familiares, reveste-se de importância, pois esta característica não é um fator limitante para o tipo de produção a que se destina essas propriedades, permitindo que a produção destes gêneros se apresente como uma “cultura de alto valor produtivo para a agricultura familiar, justamente por que não demandam grandes áreas para serem cultivadas, [...] apresentando rendimentos financeiros satisfatórios se comparados com o total de área cultivada” (ENTREVISTADO 1).

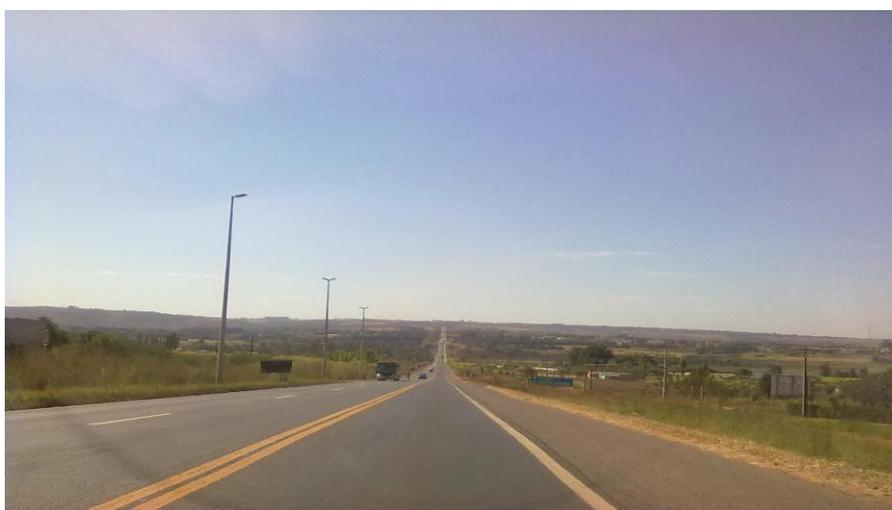


Foto 1 – Brazlândia (DF): Topografia de parte da porção sudeste da área do núcleo rural de Alexandre Gusmão. Fonte: Pesquisa de campo, Agosto/2012.



Foto 2 – Brazlândia (DF): pequena unidade de produção de base familiar no núcleo rural Alexandre Gusmão. Fonte: Pesquisa de campo, Agosto/2012.

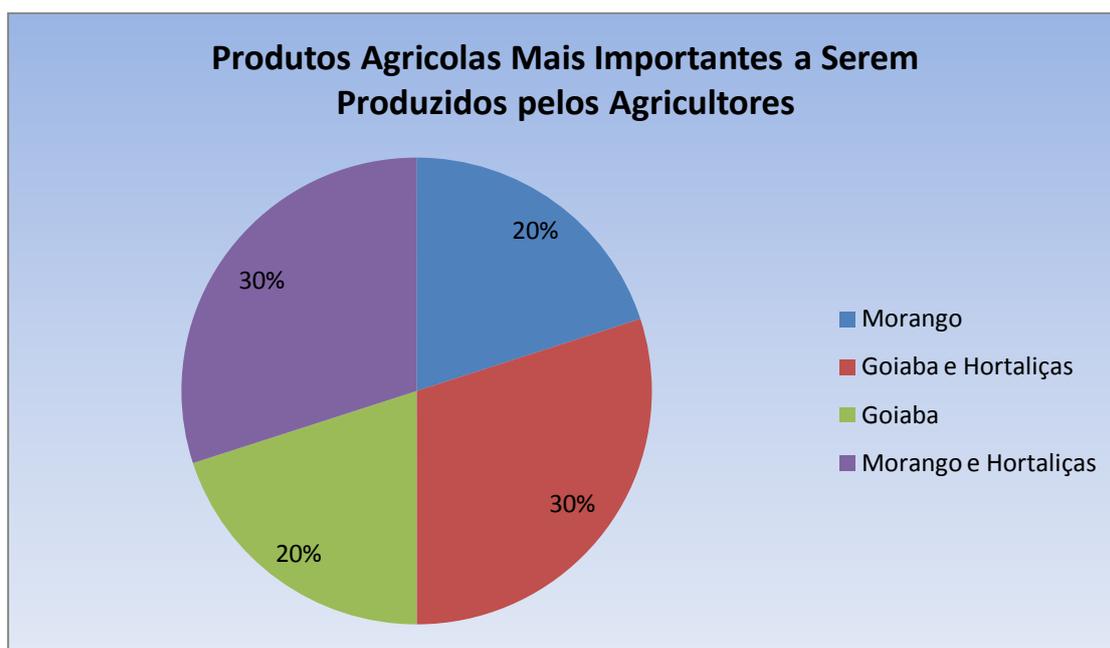


Foto 3 – Brazlândia (DF): Preparação da terra para a produção agrícola em propriedade de base familiar. Fonte: Pesquisa de campo, Agosto/2012.

Entre os japoneses e nipo-brasileiros locais consta-se que nenhum deles é mono-produtor “por excelência”. As famílias estudadas têm uma produção diversificada e 100% delas afirmou manter uma rotação dos cultivos, o que permite o descanso da terra. Todos os agricultores apresentam uma estratégia de produção variada, o que ajuda a consolidar e a gerar renda durante diferentes tempos do ciclo produtivo.

As principais atividades desenvolvidas por esses agricultores está relacionado a produção de hortifrutigranjeiros. Dentro desse escopo, os produtos agrícolas produzidos variam, como pode ser observado no gráfico 5, adiante, entre os cultivos de goiaba ou de morango, somente, ou um desses produtos combinado com a produção de hortaliças.

Gráfico 5 - Produtos Agrícolas mais produzidos pelos Agricultores



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A partir da análise do gráfico acima, nota-se que a atividade produtiva de 50% dos entrevistados, ou seja, metade do grupo em análise, gira em torno da produção do morango. Apesar desse número, esses dados parecem confirmar a tendência apresentada pelo entrevistado 2 de que a “*colônia japonesa [local] não tem mais tanto peso na produção do morango*” sendo a responsabilidade pela grande produção atual deste dos produtores brasileiros da região. Segundo o mesmo entrevistado, “*das cerca de 100 famílias [nipo-brasileiras em Brazlândia] menos da metade ainda cultiva o morango [...] o que em tempos atrás era mais difícil de se ver, todos queriam plantar [morango]*” (ENTREVISTADO 2).

Quanto a essa referida organização da produção e do trabalho nas unidades produtivas em Brazlândia, observou-se que cerca de 30% dos entrevistados ainda criam galinha e bovinos (tanto para o corte como para a produção de leite, mas em geral, são para a própria subsistência).

Verifica-se que a produção local dos agricultores nipo-brasileiros como o morango, a goiaba e as hortaliças é realizada sendo voltada basicamente para o mercado do Distrito Federal. No caso do morango, em específico, parte do produto, em alguns casos, chega a ser exportado até para outras regiões do Brasil. Segundo os entrevistados

a comercialização das mercadorias se dá através de vendas diretas nos CEASA's ou são repassadas para atravessadores que levam os produtos para as feiras do Distrito Federal.

A pesquisa de campo permitiu identificar também a existência de uma incipiente pluriatividade²¹ entre os entrevistados. Dos chefes de família pesquisados, apenas 20% deles trabalham fora da propriedade para agregar outro tipo de renda, sendo que essas atividades são exercidas durante todo o ano. É interessante ressaltar, no entanto, que esses serviços realizados fora da propriedade está ligada à serviços na administração publica, se configurando como de *“caráter temporário, por que estamos a serviço de um governo que sabe-se lá ate quando estará no poder”* (ENTREVISTADO 2).

Ainda no tocante a organização do trabalho dentro das unidades analisadas a força de trabalho é dividida entre familiar e assalariada. Em 100% das famílias analisadas os entrevistados afirmaram contar com trabalhadores assalariados pelo menos uma vez por ano. Destes, em duas propriedades, verificou-se que mora outra família em caráter permanente, na qual o pai desse respectivo grupo familiar trabalha na propriedade e é assalariado.

Verifica-se que as atividades assalariadas são mais intensas na época da colheita da safra do morango, período em que o número de trabalhadores temporários contratados nas propriedades aumenta. *“Nesta época são necessários de 8 a 10 pessoas por hectare para dar conta de todo o serviço”* (ENTREVISTADO 1). Em todos os casos pelo menos os chefes das famílias participam de quase todo o processo de produção, atuando desde a limpeza do terreno até a colheita.

Embora a atividade principal seja rural, verifica-se que os filhos dos agricultores quase não se dedicam as atividades do campo. Às esposas são destinadas atividades como o cuidado com a horta e animais, e naquelas propriedades onde se encontram pequenas agroindústrias, de processamento dos produtos para posterior comercialização.

Quanto à posse da terra, o que se observou é que, apesar do recente programa do Governo do Distrito Federal em alienar, de fato, as terras rurais do Distrito Federal em favor dos seus atuais ocupantes nenhum dos entrevistados possuía ainda o título

²¹ A pluriatividade, de acordo com Schneider (2001) e Baumel e Basso (2004), se refere à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores, ou seja, se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (SCHNEIDER, 2001, p. 105; BAUMEL e BASSO, 2004, P. 139).

definitivo de propriedade da terra. Os agricultores possuíam apenas os títulos de concessão de uso, resultado das já citadas anteriormente, políticas voltadas ao meio rural do Distrito Federal desde sua criação.

De acordo com os entrevistados, as motivações dos agricultores locais em permanecer no local e produzir giraram em torno da resposta “amor e/ou orgulho da profissão e do lugar”. Neste ponto, em especial, houveram várias referências a uma certa “*preocupação com a função social perante a comunidade*” (ENTREVISTADO 10). Quando questionados sobre as dificuldades e limitações aos agricultores locais, as respostas se relacionaram, em geral, à falta de infra-estrutura básica, que impõe certas limitações quanto ao escoamento da produção daquelas propriedades localizadas longe das estradas pavimentadas, o que gera muitas perdas da safra e, também, ao fato das dificuldades em torno da aprovação de financiamentos da produção junto aos bancos devido a falta do título de propriedade da terra.

Mas segundo os entrevistados o grande auxílio ao produtor local se dá pelas linhas de crédito fornecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo o entrevistado 10, “*o Pronaf é muito utilizado entre os produtores da colônia.*”. No caso de Brazlândia a própria EMATER local funciona como um “*atravessador no financiamento agrícola*”, assegurando algumas vezes aos agricultores a garantia do sucesso do empréstimo pleiteado junto tanto ao PRONAF como outros financiamentos, atuando de certa forma “*como um avalista dos produtores*” (ENTREVISTADO 10). Neste ponto não foi possível verificar a frequência ou mesmo estimar quantos agricultores utilizavam as linhas de crédito do PRONAF.

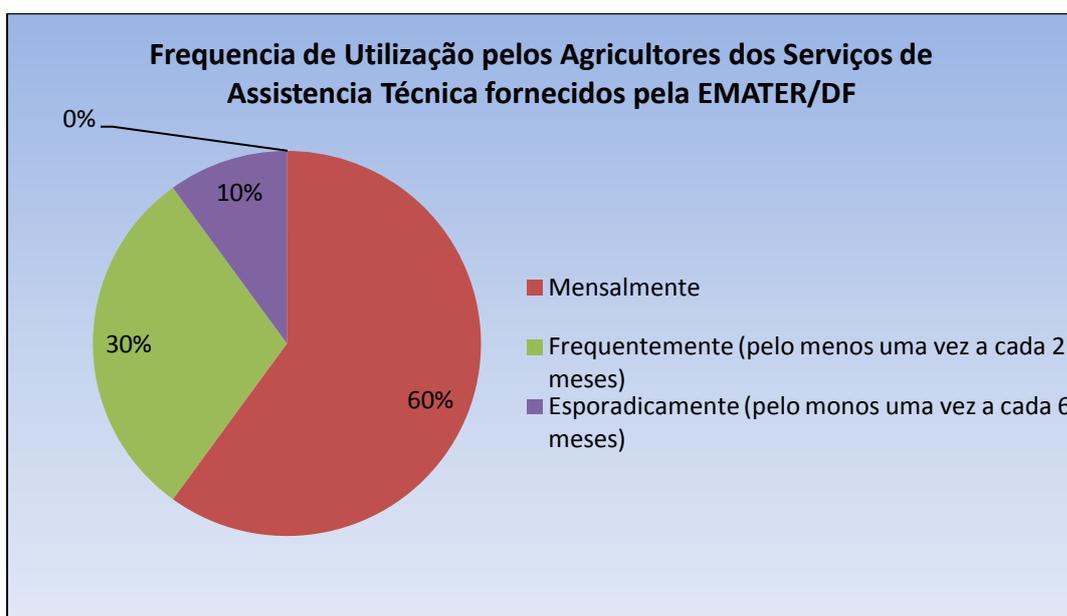
Quanto a concessão de créditos, de acordo com o Entrevistado 1, é preciso que todos os agricultores apresentem averbação de reserva legal²² para conseguir crédito junto aos órgãos de financiamento. Dado os altos números de operações de financiamentos para a região – só do PRONAF foram mais de 500 em 2012 (ENTREVISTADO 1) – pode ser um indicio de que há certo êxito das políticas públicas implementadas nessa comunidade rural que contam com a participação coletiva, com vistas a conscientização sobre a necessidade de preservação do solo e demais recursos

²² Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, que não seja a de preservação permanente, onde não é permitido o corte raso, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Fonte: COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/intervencoes_doc_legal.asp>. Acessado em 04 jan. 2013.

naturais. De acordo com as respostas da maioria dos entrevistados, como, por exemplo, do Entrevistado 3, em que afirma que: “*é preciso pensar em si e na bem estar da comunidade [...] é preciso ter harmonia com o todo*”, pode-se até ir ao limite de afirmar que a terra é, circunstancialmente, propriedade individual, mas, definitivamente, um patrimônio de todos. De certa forma percebe-se no caso em debate que legislação ambiental não se configura como um grande entrave que incompatibiliza os interesses de uma produção rural mais vigorosa – vê-se isso pelo constante crescimento agrícola dessa região, como mostrado anteriormente – com a necessidade de preservação ambiental.

Entre os entrevistados foi unânime a resposta positiva quanto ao papel de importância e ao auxílio da Emater-DF como órgão de grande relevância no auxílio ao desenvolvimento local. “*A ação da Emater (DF) é satisfatória por que é ela quem acompanha mais de perto o que ta surgindo de novo por aí, e é quem repassa aos produtores*” (ENTREVISTADO 3). Como pode ser observado no gráfico 6 abaixo, todos os agricultores entrevistados já foram auxiliados em algum momento nos últimos 12 meses com os serviços da Emater/DF, sendo que desses, 60% declararam utilizar os auxílios prestados por esta mensalmente, 30% declararam que pelo menos uma vez a cada dois meses e apenas 10% declaram que só utilizam a assistência dessa empresa esporadicamente, cerca de 1 vez a cada 6 meses em média.

Gráfico 6 - Média de Utilização dos Serviços de Assistência Técnica.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O auxílio da EMATER/DF, a assistência prestada pela EMBRAPA – com o constante estudo dos solos da região e dos aprimoramentos genéticos de certas espécies muito utilizadas na produção agrícola local – e da UnB – que vem estabelecendo centros de pesquisa e extensão rural na região – são também importantes para o desenvolvimento da região e para a consolidação de bases sólidas para o cultivo de hortifrutigranjeiros na região (ENTREVISTADO 1).

Como associação importante na região para os produtores rurais verificou-se a existência da Associação dos Produtores de Alexandre Gusmão (ASPAG). Esta tem auxiliado, mesmo que de forma incipiente, na maioria dos casos, na sistematização da produção e da comercialização de parcela dos produtos. Sua ação mais efetiva neste sentido, como foi citado pelos produtores, se dá atualmente através de contrato firmado com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE-DF) para o fornecimento de produtos agrícolas da região para as escolas do Distrito Federal, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que obriga que 30% da merenda escolar seja proveniente de produtores familiares da própria região. A associação tem intermediado esse processo desde 2010. Segundo os agricultores essa foi uma importante iniciativa, pois para aqueles que se enquadram nas exigências do programa²³, é uma espécie de “*renda certa e a preços ao produtor rentáveis*” (ENTREVISTADO 2).

Quando questionados se os órgãos governamentais que atuam na região têm exercido papel relevante de ajuda aos agricultores e de que forma isso tem acontecido, as respostas foram que sim na maioria dos casos, mas com ressalvas de que ainda havia muito a ser feito, principalmente no que se referia a infra-estrutura, segurança e maior volume de investimentos que viabilizassem safras maiores e melhores condições aos produtores locais. Todo esse incentivo ao produtor serviria até mesmo para que se evitasse um êxodo maior do que o que já é percebido no local, culminando com a fuga de mão-de-obra para a construção civil (ENTREVISTADO 1; ENTREVISTADO 10).

O que mais chamou a atenção no tocante a esta pergunta foi a resposta do entrevistado 2, que afirmou que é preciso que os órgãos governamentais parem de trabalhar a serviço das grandes empresas em detrimento dos pequenos produtores. Tudo isto por que, segundo este agricultor, que era detentor de uma pequena agroindústria em

²³ Para participar do PNAE, o produtor precisa ter a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP). Estas podem ser por grupo formal: detentor de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica), como, Cooperativas e Associações. Ou grupo informal: detentor de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), como, grupo de agricultores familiares.

sua propriedade que processa polpa de fruta do morango por ele produzido e não comercializado – a polpa era transformada em suco e então era negociado no comércio local e em algumas escolas do Distrito Federal –, sua atividade não interessava a uma grande empresa do ramo de bebidas, que, perdendo espaço no mercado local, forçou junto ao Ministério da Agricultura vários testes junto a sua pequena agroindústria (bem como a de outros produtores locais) na intenção de encontrar irregularidades e impedir que seu produto já processado fosse comercializado, como estava sendo feito. No final das contas, segundo seu relato, suas atividades acabaram suspensas por falta de renovação de alvarás que lhe permitia produzir e comercializar o suco. Assim, e parte de sua pequena agroindústria parou de funcionar e, conseqüentemente, de gerar aumento de renda a esse agricultor e sua família, cessando o efeito multiplicador da agregação de valor à produção, pela agroindustrialização que poderiam se refletir, se implantado com sucesso localmente a outras propriedades, numa efetiva interiorização do processo de desenvolvimento para a região, através das melhorias tecnológicas nas suas respectivas atividades agropecuárias que pudessem permitir melhoria da qualidade dos produtos processados e redução de perdas no processo de comercialização.

De um modo geral podemos afirmar que as propriedades rurais analisadas caracterizam-se por possuírem e explorarem os fatores de produção de maneira diferenciada. O que se percebe é que os produtores rurais nipo-brasileiros tem se empenhado em diversificar sua produção agrícola, “para fugir da competição” (ENTREVISTADO 4) cada vez mais acirrada do mercado e garantir sua reprodução social e de sua família.

No próximo item buscaremos relacionar os números e dados recolhidos por meio da análise da pesquisa de campo realizada com os agricultores familiares nipo-brasileiros da zona rural de Brazlândia, para assim ter-se uma maior compreensão da realidade estudada e do papel do capital social para o atual sucesso local nesta região.

4.4. Capital Social e Desenvolvimento Rural: questões que se relacionam?

Frente a realidade de sucesso observada na zona rural de Brazlândia e a atuação dos agricultores nipo-brasileiros ao longo da história local, é válido questionar, como

última questão levantada inicialmente, se, de alguma forma; existe algum tipo de capital social dentro desta comunidade de agricultores familiares? Se afirmativo, até que ponto isto interferiu nos processos de desenvolvimento da agricultura familiar e do território como um todo? Isto foi realmente importante à nível regional? Visando elucidar tais dúvidas recorreu-se às entrevistas anteriormente apresentadas. Nelas, buscou-se apreender alguns aspectos (tão caros ao que se reconhece como capital social) como a confiança e solidariedade; participação da comunidade em grupos e redes e ação coletiva e cooperação. Tendo isto em vista é que balizaremos a presente análise deste item em busca do que se configura como tal.

No contexto do presente trabalho, a busca por relacionar o desenvolvimento rural local com o capital social dos agentes locais (nipo-brasileiros) tem importância por que:

Com base na teoria do desenvolvimento territorial tem-se estudado a importância da sociedade, das relações sociais e da capacidade de cooperação de seus atores, para o processo de desenvolvimento de um território (SOUZA, 2000). A sociedade civil, por meio da solidariedade, integração social e cooperação local, pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação socioeconômica num território (BOISIER, 2004). É nesse ponto que o capital social se relaciona diretamente com o desenvolvimento territorial. [...] [Contudo] nota-se que a responsabilidade do desenvolvimento não está apenas na sociedade civil, mas também no Estado, sendo necessária a providente articulação entre esses atores para um real desenvolvimento territorial (FERREIRA, 2011, p. 115).

Nesse contexto, como resposta mesma a primeira questão, é que foi possível verificar algumas características de capital social entre os agricultores nipo-brasileiros. Estas podem ser verificadas ao se analisar a participação dos entrevistados em grupos, organizações, associações ou sindicatos – podendo ser uma organização formal ou simplesmente um grupo de pessoas que se reúne regularmente para alguma atividade ou para encontros culturais. De acordo com a pesquisa de campo, foi constatado que todos participavam de algum tipo de associação. Foram apontadas a participação por todos eles, neste sentido, em dois grupos: a associação de produtores e a associação cultural. A associação cultural (*Kaikan*²⁴) e de produtores (ASPAG) foram as opções que mais se destacaram, com respectivamente 100% e 80% de participação dos entrevistados. A

²⁴ O *Kaikan* é uma associação cultural e esportiva nipo-brasileira que reúne membros da colônia japonesa para a promoção de atividades como eventos culturais, curso de línguas e esportes, entre outros, para preservar as tradições japonesas. Esta associação tem funcionado para “discutir os rumos político, econômico, financeiro e cultural da colônia japonesa” (ENTREVISTADO 2).

frequência de participação nesses grupos variou em média entre uma a duas vezes ao mês.

O ingresso nesses grupos, ou seja, como eles começaram a participar de tais associações, se deu de forma voluntária. No caso específico da Associação cultural (o *Kaikan*), a associação a esta se mostrou como uma forma mais que voluntária, natural até, já que segundo os entrevistados essa é uma das maneiras dos nipo-brasileiros manterem sua tradição e seus costumes, mesmo longe da pátria de seus pais ou avós. Mesmo que o questionário previamente elaborado não contemplasse tal questão, notou-se, em linhas gerais (análise motivada pela fala comum dos entrevistados), que a participação nas associações se dava por dois vieses principais: a manutenção da cultura, no caso do *Kaikan* – ponto importante verificado na fala de todos os nipo-brasileiros –, e a facilidade proporcionada para a comercialização dos produtos, no caso da associação de produtores.

Segundo o entrevistado 1, dado a atuação cada vez maior da Associação dos Produtores de Alexandre Gusmão (ASPAG) o número de associados tem crescido. Neste ponto é interessante observar que não somente esta associação tem crescido, mas a própria associação cultural nipo-brasileira (*Kaikan*). Apesar de seu caráter exclusivo à comunidade nipo-brasileira “*ela tem aceitado também brasileiros que gostam e se adaptam aos costumes japoneses*” (ENTREVISTADO 2). Deste dado, em específico, pode-se inferir certa existência de redes de confiança e solidariedade tanto entre os agricultores familiares nipo-brasileiros, como entre esses e os próprios agricultores brasileiros. E, apesar de tudo, estas redes parecem serem fortes no local, apesar da ideologia individualista propagada atualmente, sintetizada na fala do Entrevistado 4:

“Atualmente existe pouca ajuda mútua (entre os agricultores). Não existe muita ajuda por que a sociedade está muito individualista. A própria facilidade com que se consegue as coisas faz isso. Antigamente, pelas condições de dificuldade era mais comum. Acho que o desenvolvimento deixa a desejar o dado humano. [...] A tendência é essa atualmente” (ENTREVISTADO 4).

O que nos remete inferir o contrário desta afirmação do Entrevistado 4 é que, quando questionados sobre uma possível ajuda financeira ou de mão-de-obra em sua lavoura de outros agricultores nipo-brasileiros, se ele o ajudaria ou não, 50% dos entrevistados afirmaram que sim 30% que não e os outros 20% não souberam responder. Verificou-se também que a participação em determinadas ações também

crece quando se tem a percepção dos benefícios diretos em sua comunidade, demonstrando uma visão de retorno em médio e longo prazo. Retomo neste ponto, para elucidar isto, as palavras do Entrevistado 10 que afirma que o agricultor nipo-brasileiro tem uma “*preocupação com a função social perante a comunidade*” (ENTREVISTADO 10). Diante de tudo isso podemos nos remeter a conclusão de que a confiança e a solidariedade presente nos agricultores nipo-brasileiros da região são altas.

Desta feita, retomando aqui as concepções de capital social de cunho mais estruturalista (em que não basta somente a ação única dos membros de determinada comunidade para se alcançar determinado tipo de desenvolvimento, a ação do Estado enquanto fomentador de capital social e conseqüente desenvolvimento rural é essencial), é preciso compreender que nesse processo o Estado também possui certas responsabilidades, exigindo-se desse uma articulação entre com os outros atores para um real desenvolvimento territorial.

Neste sentido, o que se nota, como demonstrado nos capítulos anteriores, é que no Distrito Federal as políticas adotadas no setor rural objetivaram, sempre, pelo menos em teoria, dinamizar o espaço econômico rural local. Este, por sua vez, devido a certas limitações espaciais, de qualidade dos solos e de opções políticas deliberadas no sentido de pleno abastecimento da capital federal por produtos produzidos localmente, conduziram à práticas diferenciadas daquelas que eram adotadas no contexto nacional, em que eram privilegiados o grande capital agrário, e, à agricultura familiar, era negado um lugar de proeminência na estrutura produtiva.

Como se objetivou mostrar em capítulos anteriores, estes produtores familiares do Distrito Federal foram, praticamente o alvo das ações do Estado na construção daquilo que se queria como um tipo de agricultura *moderna e desenvolvida* (tanto social como economicamente), voltada ao mercado local. Interessante neste ponto é que já aqui se apresenta uma superação da visão de atraso a que se tinha do pequeno agricultor e a esperança de que esse fosse realmente capaz de abastecer um mercado promissor como o do Distrito Federal. Como mostra Orsi (2001), e tendo em vista o contexto peculiar de conformação do meio rural do Distrito Federal, atualmente as pequenas e médias propriedades familiares se constituem como os grandes motores econômicos do setor rural do Distrito Federal (ORSI, 2001, p.84).

Cabe ressaltar que as ações estatais para o desenvolvimento do setor agrícola do Distrito Federal ocorreram, dadas as suas características específicas, concomitantemente

com a chegada dos primeiros agricultores, portanto, sempre se fizeram presentes. Destaca-se neste ponto, uma importante faceta da visão de desenvolvimento a partir do papel do Estado como fomentador deste ao aplicar políticas de “caráter [...] de longo prazo” atrelando-a “a fatores sociais, culturais e políticos”, sendo planejadas através de “ações de governo e não simplesmente ações administrativas (de curto prazo)” (FERREIRA, 2011, p. 116).

Neste sentido, foram criadas algumas empresas e órgãos estatais para dar suporte e apoio técnico-científico aos grupos familiares rurais, a exemplo do Departamento de Terras do Distrito Federal (DTA), que foi na realidade o embrião da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), da extinta FZDF (Fundação Zoobotânica do Distrito Federal), ampliando-se ainda com a fundação da EMATER-DF (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) na década de 1970 (TAVARES, 1995).

A partir da atuação desses órgãos ao longo dos anos, o que se nota é que os projetos ditos “desenvolvimentistas” implantados no Distrito Federal se caracterizaram como viabilizadores do desenvolvimento social e da produção em escala familiar no meio rural local. Como se quis mostrar o Estado, no Distrito Federal, participou da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais.

Um exemplo atual disso é o Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural (PROVE), promovido pelo Governo do Distrito Federal,

onde os resultados obtidos se mostraram expressivos e o qualificam como uma política pública que deve ser referência em termos de geração de renda e fixação do pequeno produtor rural no campo. Os responsáveis pelo programa apontam como sua maior conquista a inclusão social e a recuperação da dignidade dos pequenos produtores rurais, até então desmotivados, condenados a atividades precárias de subsistência ou à migração para centros urbanos (SABES et al., 2005).

A implantação de tal política mostra que o estado do Distrito Federal tem assumido um caminho de desenvolvimento que não se pauta apenas nesse viés, mas num desenvolvimento para os agricultores familiares que possibilite meios de ampliação de suas potencialidades, e oportunidades duradouras de inserção no mercado, através da implantação inclusive de pequenas agroindústrias nesses tipos de estabelecimentos. Isso se configura como política de extrema importância, uma vez que, como aponta Sabes (et al, 2005), “o desenvolvimento da agroindústria familiar viabiliza

economicamente o meio rural, refletindo na permanência do homem no campo, principalmente dos filhos que serão absorvidos pelas atividades, inibindo o desejo de deslocarem-se para o meio urbano.” (SABES et al., 2005).

Observa-se através deste tipo de projeto uma nova relação entre agricultores familiares, mercado e Estado, pois ao longo dos anos investiu-se na capacitação em tecnologias de produção, buscando o aumento da produção e da produtividade. Hoje, através de projetos como esse, busca-se a melhoria da produção pautada num desenvolvimento mais justo.

Ao lado de tais ações configurou-se, então, a atuação do Estado como fomentador do desenvolvimento rural ao buscar atrair agricultores *nikkeis* para colonizarem as terras do Distrito Federal, uma vez que, “para os órgãos governamentais, caberia aos agricultores entrar em contato com os japoneses, assimilar o *amor ao trabalho* e o ensinamento técnico dos *nikkeis*, e, assim, ambos se tornariam responsáveis por enriquecer o solo” (MARTINELLO e CARVALHO, 2011, p. 459).

Destarte, nota-se, a partir da análise da pesquisa bibliográfica e dos dados compilados do trabalho de campo, que a comunidade nipo-brasileira de fato funcionou, muitas vezes, no sentido de líder e agregador de comportamentos e, sobretudo, conhecimento aos demais agricultores da região acerca da cultura de hortifrutis. A este respeito podemos observar o depoimento do entrevistado 1, que afirma:

No início, todos aprendemos com eles. [...] Em certo ponto, até a própria Emater aprendeu com eles (japoneses) [...] foi a partir da experiência e das técnicas que eles trouxeram que nos começamos a formular nossas estratégias de ação aqui (Emater/Alexandre Gusmão), no intuito de difundir certas práticas que estavam até então restritas aos japoneses, como, por exemplo, relacionadas ao plantio de morango e goiaba (ENTREVISTADO 1).

Assim, associadas as ações do Estado com o que se esperava dos japoneses – enquanto agentes de “fomento do moderno desenvolvimento”, estes inseridos dentro de uma política nacional que valorizava o agricultor nipônico, como demonstrado em capítulos anteriores – desejava-se a construção, na capital federal, de uma agricultura *moderna*. Desta forma, nesse processo que inclui a busca pelo desenvolvimento rural, também nota-se o fomento de capital social através dos imigrantes nipo-brasileiro, já que estavam apoiados em certa imagem social de extraordinários produtores agrícolas e exemplos morais de bons trabalhadores. Assim, esperava-se que estes imigrantes

levassem, a “crenças e valores culturais e a abertura para novos conhecimentos e técnicas vivenciadas e trocadas pelos [...] produtores rurais [que poderiam] [...] formar uma rede importante de cooperação e expandir o capital social e o desenvolvimento nas comunidades” (MIYAZAKI et al, 2005, p.8).

Destarte, o que se percebe sutilmente é que o Estado, mesmo que indiretamente, fomentou o capital social, mesmo que não propriamente com esse sentido desde o início, já que segundo Motta (2010), “embora não seja um termo novo, [a expressão capital social] ressurgiu mais intensamente nos anos 1990” (MOTTA, 2010).

Nesse sentido a atração de agricultores *nikkei*, representou e, por assim dizer, representa uma tentativa de “participação integrada da comunidade civil [através da liderança ao menos inicial dos agricultores nipo-brasileiros da região] e do Estado [indutor do desenvolvimento local] que [...] [visou conduzir] a um desenvolvimento territorial ativo, não só pelo seu crescimento econômico, mas pela capacidade de interação entre seus vários setores” (FERREIRA, 2011, p. 154).

Assim, percebe-se também que a zona rural de Brazlândia foge à tônica decantada quase que nacionalmente por vários cientistas sociais sobre as dificuldades de interação entre a comunidade civil e o Estado, onde este é visto como algo distante e inacessível. No caso em estudo, o Estado foi um fomentador ativo do desenvolvimento local, buscando sempre uma atuação próxima e acessível através de diversos meios e órgãos.

Então, voltando às questões iniciais, depois da análise dos dados obtidos através do trabalho de campo, é possível vislumbrar, mesmo que vagamente, que a comunidade nipo-brasileira agricultores familiares da zona rural de Brazlândia apresenta algumas características que podem ser identificadas como apontadores do capital social, “já que este não possui um conceito definido” (FERREIRA, 2011, p. 153). Dentre elas pode-se citar, sobretudo, para efeitos do presente trabalho, as relações baseadas em laços de confiança, e a ação cooperativa em busca de melhores resultados em suas atividades. No entanto, é lícito concluir que tais afirmações, em virtude do incipiente trabalho de campo (no sentido de direcionar e apontar claramente para um desvelamento de tais questões), estão baseadas sobre uma base empírica relativamente pouco sólida. Assim, verifica-se que pesquisas posteriores mais consistentes, neste sentido, se mostram necessárias para apontar o nível de capital social entre os agricultores nipo-brasileiros e sua magnitude de importância para a região.

Entende-se que esse processo, o fomento ao capital social, que já se mostra presente na comunidade, “pode ser de grande valia uma vez que é a participação integrada da comunidade civil e do Estado que pode conduzir um desenvolvimento territorial ativo, não só pelo seu crescimento econômico, mas pela capacidade de interação entre seus vários setores” (FERREIRA, 2011, p. 154). Resta saber, portanto, se a partir de relações não tão esclarecidas entre associativismo, normas sociais e instituições políticas é possível, através de uma retroalimentação entre políticas públicas, participação política, confiança e eficácia política e capital social, atingir certas metas, como o desenvolvimento rural em todas as suas potencialidades.

Portanto, verifica-se, de acordo com as pesquisas realizadas no presente trabalho, a existência de certa dose de capital social entre os agricultores nipo-brasileiros, mas o que não ficou claro é se este capital social implícito nesta comunidade representou um fator especial, portanto presente e irradiado por estes ao restante dos agricultores nacionais locais, que servisse como balizador decisivo que norteasse o desenvolvimento rural de relativo sucesso da região. Neste sentido, fica evidente que maiores esforços e estudos adicionais são necessários antes da compreensão deste fenômeno. Espera-se aqui, contudo, que o presente estudo estimule futuras investigações nesta área relativamente nova de análise, qual seja, o capital social dos territórios, tendo como foco em especial a zona rural de Brazlândia-DF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi mostrado no decorrer do trabalho, a imigração japonesa ao Brasil – que teve o Estado como principal agente imigratório – esteve envolta nas mais variadas questões políticas, econômicas, e sociais que apresentaram diversos entrelaçamentos ao longo de sua história, o que, por sua vez, resultou, também, em diferentes aceções sobre esses mesmos imigrantes.

Em terras brasileiras os primeiros japoneses sempre estiveram sob o estigma da desconfiança. Porém, apesar disto, estes imigrantes, com a ajuda de seu governo, naquele período que é tido como de imigração tutelada, onde o Estado japonês, através de vultosos investimentos permitiu aos imigrantes que ascendessem social e economicamente e superassem as marcas iniciais da desconfiança dos brasileiros, apresentando-se perante a sociedade como um grupo que estava contribuindo para o desenvolvimento da nação receptora.

Assim, nota-se que o investimento do capital nacional japonês ajudou na superação de alguns preconceitos e, de acordo com a atividade que passaram a desempenhar com mais relevância e mais força (já que diretamente apoiados financeiramente pelo capital japonês – uma vantagem, portanto, em relação ao colono nacional), na criação da imagem e na valorização dos imigrantes japoneses como portadores de uma agricultura *moderna*, sendo vistos, por parte das classes dirigentes, portanto, como sinônimos de auxiliares na construção de uma agricultura e de um mundo rural entendidos como modernos. Além do mais, esperava-se que estes deveriam servir como exemplos aos colonos nacionais, que ao entrarem em contato com os costumes japoneses assimilariam seu modo de moderno produzir.

Esta imagem atribuída a esse grupo lhes rendeu convites para colonizarem as mais remotas áreas do Brasil, na esperança de que estes instalassem, onde quer que fossem assentados, uma agricultura desenvolvida sob, na maioria dos casos, bases familiares. E assim, nesse contexto de auxiliador da modernização e de “exemplo” que representavam ao colono nacional através do contato étnico e da busca por certa eficiência na produtividade agrícola, acabaram por serem atraídos e fixados no espaço rural do Distrito Federal.

No Distrito Federal estes imigrantes se depararam com as mais variadas situações. Em despeito do forte apoio estatal ao desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades sob bases familiares em que sempre se apoiaram as ações para este setor no Distrito Federal – ao contrário do que acontecia em praticamente todo o restante do país – haviam situações desfavoráveis no que se referia as condições do solo. A terra árida era considerada impossível de ser aproveitada para a lavoura. Porém, a partir do trabalho destes pioneiros e das ações coordenadas do Estado com estes agricultores as inverdades sobre os solos da capital foram lançadas por terra e com isso passou-se a cultivar nesta região em escala satisfatória alguns produtos.

A importância nipo-brasileira, neste sentido, se atrela não somente por que foram os responsáveis por iniciar a agricultura de hortifrutis no Distrito Federal, como também por serem os responsáveis por trazer, inclusive, as primeiras mudas de morango e goiaba, que são atualmente dois produtos de suma importância econômica, portanto, produzidos em grande escala, para a zona rural de Brazlândia.

Cabe ressaltar, que o apoio estatal, que atuou em conjunto com o trabalho dos agricultores pioneiros nipo-brasileiros, se mostrou bastante propício ao desenvolvimento da agricultura na região, uma vez que as políticas públicas voltadas ao setor rural no Distrito Federal sempre buscaram dinamizar este espaço, que tinha na agricultura familiar seu motor econômico.

De certa forma a atuação estatal apontou como meta – apesar dos desvios inerentes de qualquer política pública devido aos interesses em jogo do/no território ao longo do tempo –, enfatizar o desenvolvimento rural e não somente agrícola, assumindo uma postura que pudesse possibilitar meios de ampliação das potencialidades e de oportunidades duradouras de inserção desses agricultores no mercado.

Neste sentido, observa-se que no Distrito Federal houve e ainda há uma espécie de nova relação entre agricultores familiares, mercado e Estado, pois ao longo dos anos investiu-se na capacitação em tecnologias de produção, buscando o aumento da produção e da produtividade. Desde que bem coordenadas, com essas ações busca-se a melhoria da produção pautada num desenvolvimento mais justo. Isso possibilita também o desenvolvimento da agroindústria familiar e viabiliza economicamente o meio rural, refletindo na permanência do homem no campo, principalmente dos filhos que serão absorvidos pelas atividades, inibindo o desejo de deslocarem-se para o meio urbano.

Portanto, o que se nota é que o Estado atuou, via políticas públicas, no fomento do desenvolvimento rural. Neste sentido, suas ações acabaram por fomentar também o capital social ao longo dos anos, sobretudo na região de estudo entre os agricultores locais. Corroboraram neste sentido, ações tais como de incentivo ao associativismo em grupos e associações, criação de diversos órgãos visando a difusão técnica e a capacitação dos agricultores locais, que são, neste sentido, encaradas como fomentadoras do capital social na medida em que pode gerar aumento nos graus de confiança entre os agricultores e entre esses e o Estado gerando interação entre esses vários setores em busca de melhores resultados em suas atividades.

Porém, considerando o caráter pouco profundo que se verificou das pesquisas de campo junto aos agricultores referente à questão do capital social da comunidade nipo-brasileira, se este, historicamente, se configurou como fator relevante para o sucesso atual de toda a região, os resultados da pesquisa indicam, mesmo que sutilmente, que sim, pois os laços de cooperação, confiança e solidariedade verificados indicam a existência de trabalho em redes de agricultores que se configuraram dentro da própria comunidade nipo-brasileira – através de laços de parentesco – mas que atualmente vão além da própria comunidade nipo-brasileira. Atualmente estes laços parecem irradiar-se entre esses e os agricultores nacionais o que permitiu e permite o fortalecimento da agricultura familiar local através da união de pequenos agricultores em instituições de apoio na busca de superação das dificuldades e melhoria da qualidade de vida, além de conseguir outros benefícios como representação política de classe e uma política agrícola que melhor se ajuste aos seus interesses, como verificado.

No entanto, no tocante a esta última questão, talvez mais por causa da incipiente pesquisa de campo, a atuação do Estado no setor agrícola do Distrito Federal se mostrou mais importante que os fatores de desenvolvimento puramente endógeno. O que se conclui é que este, agindo através das políticas públicas (ora acertadamente, ora erradamente), fomentou o desenvolvimento de estruturas que potencializassem o capital social, através de ações locais, que, não obstante, visaram construir um recurso da/para a comunidade, construído pelas suas redes de relações, se constituindo, portanto, como principal agente do desenvolvimento, antes mesmo de qualquer ação de quaisquer grupos – o que não excluiu o papel de destaque importância da comunidade *nikkei* em Brazlândia, apenas o diminuiu relativamente.

Ademais, como se buscou discutir durante o trabalho, a aquisição de capital social está condicionada por fatores culturais, políticos e sociais. Não se pretende aqui limitar a aquisição de capital social somente pela ação do Estado, porém o que se concluiu é que a pesquisa de campo não se mostrou eficiente em apontar o peso dos outros fatores, que não os da ação estatal, de forma clara.

Não obstante, entender sua constituição pode levar à sua utilização como mais um recurso em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades.

Levando-se as constatações deste estudo ao extremo, isso nos faz crer que o desenvolvimento territorial não depende exclusivamente de fatores internos, ou endógenos, mas também das configurações, tanto econômicas quanto políticas, do seu entorno e do meio em que está inserido. Portanto, em concordância com certas correntes teóricas do desenvolvimento territorial, corrobora-se com a idéia de que não se desenvolve um território sozinho, como se estivesse “isolado do todo”, alheio ao que acontece ao seu redor. Esses fatores fogem ao controle dos agentes territoriais, necessitando e justificando, assim, a atuação mais eficiente do Estado – assim como verificado na zona rural de Brazlândia.

Cabe ressaltar, contudo, que a responsabilidade do desenvolvimento não está apenas no Estado ou na sociedade civil, mas em ambos, sendo necessária a providente articulação entre esses atores para um real desenvolvimento territorial. E talvez este seja a chave do sucesso na zona rural de Brazlândia, onde a capacitação social das comunidades locais – alavancadas pelos interesses sociais não só de agricultores nipo-brasileiros, mas também de agricultores brasileiros –, se fez no sentido de que estes atores sociais, liderados inicialmente pelos nipo-brasileiros, juntos atuassem ativamente no desenvolvimento territorial, promovendo-o e cobrando providências das entidades também responsáveis, como o Estado.

À guisa de conclusão, baseado nos apontamentos sobre capital social entre os agricultores de Brazlândia, parece desejável que as políticas públicas que visem a ampliação do capital social regional, através de práticas participativas, como as verificadas para a zona Rural de Brazlândia, mantenham por um longo período o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação política da proposta, com vistas a viabilizar no futuro a continuidade das práticas cívicas e da solidariedade na comunidade. Por todos estes motivos, acredita-se que modelos adequados de atuação governamental e de

formulação e gestão de políticas públicas tornam-se, mais do que nunca, imprescindíveis em um processo de desenvolvimento.

Tendo em vista as limitações encontradas em toda pesquisa, esta não foi diferente. Houve dificuldades quanto a disponibilidade de tempo e de recursos para visitas mais longas e/ou mais constantes, além de outros contratemplos inevitáveis e advindos da própria inexperiência do autor. E, por mais que se esforce em cumprir todos os passos determinados previamente para a conclusão do trabalho, sempre fica a sensação de que algo ainda não foi plenamente contemplado, como, por exemplo, se aprofundar mais em algumas questões, ou buscar maior dedicação a compreensão de alguns conceitos e temas. Mas é nessas limitações da pesquisa que se encontra a força que instiga o pesquisador a emergir cada vez mais em sua busca de respostas, nunca considerando o trabalho acabado.

Tendo a certeza de que este trabalho é uma obra que apenas começa, e que a realidade apresentada nesta pesquisa é parcial (como em todas as pesquisas, diga-se), que se redigiram estas considerações finais – gerais, acreditamos, por que de um trabalho em eterna construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, HUCITEC/UNICAMP /ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992. 275 f.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, vol. 15, nº 1, jan/abr 1998. pp. 137-157. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>> Acessado em: 31 jan. 2012.

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: Economia Aplicada, Nº2, V. IV, 18 f., abr/jun 2000. Disponível em: <<http://www.mendeley.com/research/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural-21/#>> Acessado em: 15 mar. 2012.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – IV. Disponível em: <<http://www.brazlandia.df.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2011a.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – IV. Disponível em: <http://www.brazlandia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=6795>. Acessado em: 25 mar. 2011b.

ALTAFIN, I. . Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar (Brochura de circulação restrita). Brasília: CDS/UnB. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>> Acessado em: 03 fev 2012.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.). Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, nº 14, Pg. 107 – 117, 2003. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Bombardi.htm> Acessado em: 30 jan. 2012.

BRASIL, Antônia Eloísa. Organização socioespacial e transformações socioeconômicas do Núcleo JK, Mata de São João - Camaçari, Bahia. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.posgeo.ufba.br/disserta%20oes/Dissertacao_%20Nucleo%20JK_BA.pdf>. Acessado em: 16 ago. 2012.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Publicada do DOU em 25/07/2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dia 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acessado em: 15 Dez. 2011.

BRAZLÂNDIA. Disponível em: <http://it.wikipedia.org/wiki/File:Distrito_Federal_RA_Brazlandia.svg>. Acesso em: 11 mai. 2011.

CHAVES, Weber José Neiva. Brazlândia, agricultura e identidade: fragarias, da festa do morango e da reificação triunfante da mercadoria ao simulacro e à venda sem charme dos ambulantes. 2011. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9877/1/2011_WeberJoseNeivaChaves.pdf> Acessado em: 07 mar. 2012.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Qualidade Ambiental, Imagem de Cidade e Práticas Socioespaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, L. de C. (Org.). Brasília controvérsias ambientais. Brasília, 2003. p. 157-180.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Síntese de Informações Socioeconômicas. 2010b. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/>>. Acessado em: 26 mai. 2012.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Coletânea de Informações socioeconômicas: Região Administrativa RA IV - Brazlândia. 2007. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000202.pdf>> Acessado em: 25 mar. 2012

COLE, Dorlei Marcos. Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2667/000374627.pdf?sequence=1>> Acessado em: 22 dez. 2012.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brazlândia – PDAD. 2010a. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000557.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

CROVETTO, G. Díaz. Entre a manutenção e a mudança. A produção convencional e a natural entre famílias produtoras nipo-brasileiras na localidade de Brazlândia - DF. 2005, 136 f.. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

COSTA, Graciete Guerra da. As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011. 2011. 513, 165 f. Tese(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2011.

CARVALHO, Fábio Alves de e LACERDA, Marilusa Pinto Coelho. Caracterização da adequação do uso agrícola das terras no Distrito Federal. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 111-117. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.15.25.49/doc/111-117.pdf>>. Acessado em: 22 mai 2012.

DELIBERADOR, L. M. Y.. A influência da cultura japonesa no comportamento dos nisseis da geração de cinquenta e sessenta anos e seu engajamento no trabalho voluntário. In: IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2008, Guarapuava - Paraná. IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, Guarapuava, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0386-1.pdf>>. Acessado em: 02 jun. 2012.

DEMINICIS, Rafael Borges; DEMINICIS, Bruno Borges. De que agricultura familiar estamos falando?. InterSciencePlace, América do Norte, n. 8, a. 2, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/interscienceplace/article/view/86/90>> Acesso em: 28 jan. 2012.

DISTRITO FEDERAL. Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal. Relatório do Diagnóstico – Subproduto 3.2. Volume III. Disponível em: <<http://www.zee-df.com.br/Arquivos%20e%20mapas/Volume%20III-%20Uso%20do%20Solo,%20Juridico-Institucional,%20Art.%20RIDE%20e%20Fundic%20A1rio.pdf>>. Acessado em: 19 mai. 2012a.

DISTRITO FEDERAL. Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal. Relatório do Diagnóstico – Subproduto 3.2. Volume II. Disponível em: <<http://www.zee-df.com.br/Arquivos%20e%20mapas/Volume%20II%20-%20Socioeconomia.pdf>>. Acessado em: 19 mai. 2012b.

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_Federal_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_Federal_(Brasil))> Acessado em: 17 abr. 2012c.

DISTRITO FEDERAL. Anuário Estatístico do Distrito Federal. 2007. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000259.pdf>>. Acessado em: 07 mai. 2012.

EMATER/DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Emater-DF 30 anos: ensinando e aprendendo. Brasília: Emater-DF, 2008. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00001321.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2012.

FALCÃO, Jales Viana. Qualidade do solo e desempenho econômico do cultivo do morango em Brazlândia, Distrito Federal. 2012. xiii, 80 f. : il. Dissertação (Mestrado em Agronomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FERREIRA, Éricka Sales. A agricultura familiar no município de Solânea (PB): o capital social no contexto do desenvolvimento territorial. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FERREIRA, Ricardo Hirata. Migrações internacionais: Brasil ou Japão - O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22112007-145624/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Ferreira_IM.pdf>. Acessado em: 24 mar. 2012

FONSECA, A. A.. Missão Cruis: dois séculos de sonho. Revelação: jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Uniube, Uberaba, v. 268, p. 12, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.revelacaoonline.uniube.br/cultura03/brasil2.html>>. Acessado em: 19 mai. 2012.

FRAGA, Renata de Oliveira.; LEMOS, Linovaldo Miranda. Migração cidade-campo e o capital social: estratégias para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo. III SIDR - Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional. Anais... Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, out 2006. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br/capitalsociaisul/desenvolvimentoregional/Grupo%201/03.pdf>> Acessado em: 15 mar. 2012.

GALANTE, Valdir Antonio; LIMA, Maria Messias F. Agricultura familiar: as contradições teóricas frente ao capitalismo contemporâneo. In: XLVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. Amazônia, mudanças globais e agronegócios: o desenvolvimento em questão, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/438.pdf>> Acessado em: 31 jan. 2012

GALVAO, Claudia Andreoli; BOTELHO FILHO, Flávio Borges; PEREIRA, Violeta de Faria; PIMENTA, Luiz Fernando de Mattos. Análise do papel das instituições na promoção do capital social nos sistemas produtivos locais (SPLS) - Análise a partir de alguns estudos da área rural brasileira. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1053.pdf>> Acessado em: 02 mar. 2012.

GALVÃO, Claudia Andreoli; PEREIRA, Violeta de Faria; PIMENTA, Luiz Fernando de Mattos; DUARTE, Mariângela da Silva. Análise de algumas experiências de

Associações Rurais sobre a ótica do Capital Social: Discussão teórica e algumas evidências empíricas na Área Rural In: Sabourin, E. (org.). Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural. Brasília. Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23,2006. 280 f. p. 65-112, 2006. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2023.pdf>> Acessado em: 22 mar. 2012.

GIESTEIRA, Marcos. Brasília 50 anos. Globo Rural, Brasília, 28 outubro 2010. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT183054-18283,00.html>>. Acessado em: 15 ago. 2012.

GIRALDIN, Odair. “Fazendo guerra; criando imagens; estabelecendo identidades. A ocupação do Centro-Oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII” in História Revista. Vol.6. Goiânia: UFG, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10568/7031>>. Acessado em: 26 mai. 2012.

GREINER, Christine. Os estudos japoneses no Brasil: as artes, o corpo, as visadas poéticas e a construção de novos campos de conhecimento. In: MOTA, Fátima Alcídia Costa; Associação Nipo-Brasileira de Goiás. Meia volta ao mundo: imigração japonesa em Goiás. Goiânia: ANBG, 2008, p. 150-154.

GUILHOTO, J. J. M. ; ICHIHARA, S. M. ; SILVEIRA, F. G. ; AZZONI, C. R. . Agricultura Familiar: contribuindo para a riqueza nacional. Marco Social (Rio de Janeiro), v. 9, p. 20-25, 2007. Disponível em: <http://mpr.ub.uni-muenchen.de/31510/1/Agricultura_Familiar_contribuindo_para_a_riqueza_nacional_b_.pdf>. Acessado em: 21 fev. 2012.

HANDA, Francisco. Historia do Japão. In: SATO, Francisco Noriyuki, et al: História do Japão em Mangá. São Paulo, Associação Cultural e Esportiva Saúde, 1995. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/html/historiadojapao.html>> Acessado em: 27 nov. 2011.

IBGE. Brasil, 500 anos de povoamento. IBGE: Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>> Acessado em: 17 dez. 2011

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=3&i=P&c=608>>. Acessado em: 03 mai. 2012

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca do IBGE - Documentação Territorial do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/luziania.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. Brasília: Cadernos

de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>>. Acessado em: 30 ago. 2012.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Trad. A.M.N. Tijiwa. Campinas: Ed. da Unicamp, 336p. V. 1, 1993.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). Rev. Saúde Pública, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>> Acessado em 19 dez. 2011.

LYRA, Joani S. Capibaribe. Associativismo e inovações tecnológicas nos Núcleos Rurais do Distrito Federal: A sustentabilidade no cerrado. Brasília, 1997, 109 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

MARQUES, Eliana de Oliveira. O PRONAF no município de Tocantins-MG: Um estudo a partir das motivações dos agricultores familiares para contratar recursos do programa. 2009. 120 f. Dissertação (Pós-Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2009/Eliana%20de%20Oliveira%20Marques.pdf>> Acessado em: 26 jan. 2012.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf> Acessado em: 28 jan. 2012.

MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de. Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada. História Unisinos, v. 15, n. 3, p. 453-465, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.13/613>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MARTINS, E. S. Petrografia, mineralogia e geomorfologia de rególitos lateríticos no Distrito Federal. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade de Brasília. 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/posg/dout/tese026/>>. Acessado em: 03 mai. 2012

MELLO, Clélia. Tozai, Tozai: os dekasseguis nos movimentos diaspóricos japônês e brasileiro Apresentação de Trabalho/Simpósio no Congresso Fazendo Gênero 9, 2010, Florianópolis UFSC. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298611_ARQUIVO_cleliamello_fazendogenero1.pdf> Acessado em 03-02-2012

MIYAZAKI, Juliane; NAZZARI, R. K.; TEODORO, Paulo Alberto Vilas Boas; RAIZEL, Tiago; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; NAZZARI, Mirian Terezinha; GAFFURI, Juliana; SCHMIDT, Rosana. Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná. In: IV Seminário do Centro de Ciências Sociais

Aplicadas, 2005, Cascavel. Anais do IV Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2005. v. I. p. 1-8.

MOTA, Fátima Alcídia Costa; Associação Nipo-Brasileira de Goiás. Meia volta ao mundo: imigração japonesa em Goiás. Goiânia: ANBG, 2008. 238 p.

MOTTA, Vania. C. . Desenvolvimento, Educação e Questão social: empresários e banqueiros como organizadores da cultura.. In: Colóquio Nacional Marx e o marxismo: teoria e prática, 2011, Niterói - Rio de Janeiro. Colóquio Nacional Marx e o marxismo: teoria e prática, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC171F.pdf>>. Acessado em: 09 dez. 2012.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext>. Acessado em: 14 ago. 2012.

NIPPOBRASÍLIA. Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil. Disponível em: <<http://www.nippobrasilia.com.br/centenario>>. Acessado em: 27 fev. 2012.

NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. Revista Caminhos de Geografia. v. 6, n. 19, p. 90-101. Outubro de 2006. Uberlândia, PPGG/IG/UFU. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15491/8770>>. Acessado em: 18 dez. 2012

OLALDE, Alicia R.; PORTUGAL, Cadja Araújo. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá. XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf>> Acessado em: 31 jan. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Brasil dos imigrantes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 74 P. (DESCOBRINDO O BRASIL) ISBN 8571105774.

OLIVEIRA, Eliane de; DUARTE, Laura Maria G. Economia camponesa a agricultura familiar: evolução do uso da biodiversidade do Cerrado. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - Mudanças Ambientais Globais, 2008. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/encontro_anppas/ivenanppas/ARQUIVOS/GT5-213-136-20080503123731.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2012.

ORSI, Sérgio Dias. Desafios institucionais para inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal. Orientador: John Wilkinson. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; 202f. Dissertação. (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento e Agricultura). Outubro 2001. Disponível em:

<<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/pdf/dissertsergioorsi.pdf>>. Acessado em: 19 mai. 2012.

PASSADOR, C. S.; BERDU, J. A importância do capital social no cenário rural: apontamentos sobre a produção da seda na América Latina. Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/ Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional, Cuiabá, MT, Brasil. Jul. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05O275.pdf>> Acessado em: 31 jan. 2012.

PAULON, Wagner. Emigração Japonesa No Brasil. WebArtigos, Sociedade e Cultura. 2008.

Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/emigracao-japonesa-no-brasil/6116/>> Acessado em: 27-11-2011

PAVIANI, Aldo. Geografia Urbana do Distrito Federal: Evolução e Tendências. In Espaço & Geografia. Vol.10, nº 1, 1:22, 2007. 22 p. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9572/1/ARTIGO_GeografiaUrbanaDistritoFederal.pdf>. Acessado em: 19 mai. 2012.

PEREIRA, Sebastião Eustáquio; FIGUEIREDO, Adelaide dos Santos; LOUREIRO, Paulo R. A.. Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal. Rev. Econ. Sociol. Rural [online], Brasília, vol.44, n.4, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032006000400008&script=sci_arttext>. Acessado em: 01 jun. 2012.

PETRONE, M. Thereza Schorer,. O imigrante e a pequena propriedade: 1824-1930. São Paulo: Brasiliense, 1982. 89 p.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura familiar e reprodução social. In: Revista de Ciências Sociais Sociedade e Cultura, Goiânia - GO, V.3, nº 1-2, p. 185-216, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70312129010.pdf>> Acessado em: 01 fev. 2012

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992. 274 p.

REATTO, Adriana; SPERA, S. T.; CORREIA, João Roberto; MARTINS, Eder de Sousa; BLOISE, Gabriela de Lima Freitas; SILVA, A. V.. Levantamento semidetalhado dos solos na bacia do Olaria, DF, Escala 1:30.000. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000 (Boletim de pesquisa). Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/564735/1/bolpd15.pdf>>. Acessado em: 30 mai. 2012.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. Revista Análise Econômica da UFRGS, v. 9, n. 16, set. 1991. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/viewFile/10380/6087>>. Acessado em: 16 dez. 2011.

RUANO, E. S. R. O cultivo da papoula na Colômbia: um estudo de caso sobre os agricultores familiares do município de Silvia (Cauca). Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008, 133 p. Dissertação de Mestrado.

SABES, Jair Júnior Sanches; PASSADOR, João Luiz; FERREIRA, Márcia Regina; ZANATTA, Odacir Antônio. Capital social e desenvolvimento rural sustentável: uma abordagem sistêmica da verticalização da agricultura familiar. In: XII Simpósio de Engenharia de Produção (SIMPEP), 2005, Bauru, São Paulo, Brasil. Anais. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2005.

SAITO, T. À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo. In: SAITO, H e MAEYAMA, T. Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973. p. 189-200.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América. 2ª ed. 2000, São Paulo, Edusp, p. 201-238.

SATO, Francisco Noriyuki. História da Imigração Japonesa no Brasil - Banzai!. São Paulo: NSP Hakkosha Editora, 2008. 176 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acessado em: 01 fev. 2012.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: E.F. WOORTMANN (org.). Significados da terra. Brasília, UnB, 2004. p. 69-150.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito, In: Bóris Fausto (org.). Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo, Edusp, 2ª Ed. 2000.

SOUZA, Liliana Vignoli de Salvo. Turismo e comunidade: a experiência de implantação de um projeto de turismo sustentável em Brazlândia – DF. 2003. 127 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SOUZA, Marcos Pereira de. O setor exploratório migratório com enfoque em agências de viagens em Goiânia. 2004. 69 f. Monografia (Especialização para Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado).

TAVARES, Joaquim Alfredo da Silva. Brasília agrícola: Sua historia. Brasília: Gráfica Santa Clara, 1995. 95 p.

TAVARES, Hernani. M. Análise do Programa Creditralho nas propriedades familiares do Distrito Federal. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina

Veterinária, Universidade de Brasília, 2010, 91p. Dissertação de Mestrado. Disponível em:<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5991/1/2010_HernaniMarquesTavare s.pdf>. Acessado em: 24 mai. 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas-MS, V. 2, n.º 2, ano 2, Set. 2005. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>> Acessado em: 08 fev. 2012

THEODORO, Márcio. Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. Revista: Inclusão Social, Brasília, v. 3, n.1, p.79-89, out./mar. 2007/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_NicodemosPA_1.pdf> Acessado em: 19-12-2011.

TOSCANO, Luiz Fernando. Agricultura familiar e seu grande desafio. Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003, p. 02. Disponível em: <www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>. Acessado em: 30 jan. de 2012.

VIANA, L. G.; STOLF, R. Desenvolvimento da agricultura orgânica no município de mata de São João-Bahia e o Núcleo JK. Sociedade e Desenvolvimento Rural, on line, v.4, n.2, p. 103-115, 2010. Disponível em: <[http://www.cca.ufscar.br/drnpa/hprubismar_ARTIGOS/95._Desenvolvimento_da_agricultura_organica_no_municipio_de_Mata_de_Sao_Joao-Bahia_\(Stolf,R\).pdf](http://www.cca.ufscar.br/drnpa/hprubismar_ARTIGOS/95._Desenvolvimento_da_agricultura_organica_no_municipio_de_Mata_de_Sao_Joao-Bahia_(Stolf,R).pdf)>. Acessado em: 16 ago. 2012.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu. Anais... São Paulo: ANPOCS, 1996. Disponível em: <<http://www.projetomafc.org/bibliografia/pdf/raizes%20historicas%20campesinato.pdf>> Acessado em: 30 jan. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Aula inaugural proferida na abertura do ano letivo do PDA/UFRRJ/2004, Rio de Janeiro/RJ, 2004 (Aula Inaugural). Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>> Acessado em: 29 fev. 2012.

WOORTMANN, Ellen F.. Herdeiro, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. 1. ed. Brasília/São Paulo: EDUnB/Hucitec, 1995. v. 1. 336p..

WOORTMANN, Ellen F. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade. Série Antropologia (UNB), 1995. 183:1-18.

WOORTMANN, Ellen F.. A Imagem do Japão e dos Japoneses: a visão de Brasília. In: Instituto Iberoamericano. (Org.). La Imagen de los Latinoamericanos sobre el Japon y los Japoneses. La Imagen de los Latinoamericanos sobre el Japon y los Japoneses. 1ed.Tóquio: Universidad Sofia, 1996, v. 1, p. 21-26.

WOORTMANN, Ellen F. Ein gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org). Significados da terra. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 23-68.

ANEXOS

Anexo A – Roteiro Entrevista Semi-Estruturada EMATER/DF.

- 1- Quais os produtos agrícolas os DF pode ser considerado auto-suficiente (em termos de produção e consumo)?

- 2- Quantos famílias ou quantos japoneses existem atualmente no núcleo rural de Brazlândia (ALEX. GUSMAO e BRAZLANDIA)?

- 3- Qual a importância desse grupo para o início das atividades agrícolas em Brazlândia? E atualmente?

- 4- Existem questões culturais que os ajudaram a, de certa forma, serem bem sucedidos em relação a produção agrícola em Brazlândia?

- 5- Que aspetos podem-se destacar desde a chegada da comunidade japonesa à Brazlândia? Pode-se citar a dedicação aos estudos e ao trabalho como fator de sucesso?

- 6- Quais foram as mudanças provocadas pela presença da comunidade japonesa relacionadas à cultivos em Brazlândia?

- 7- As estratégias dos atores locais (todos os agricultores) têm sido promovidas, de alguma maneira, a partir das estratégias utilizadas pela comunidade japonesa?

- 8- Qual a sua opinião sobre a importância, ao longo da historia, dos japoneses em Brazlândia?

- 9- Os japoneses possuíam/possuem algumas características de cooperação, técnica ou outras diferentes dos brasileiros que em algum momento foram copiadas e difundidas pelos agricultores por darem certo?

- 10- Por que os japoneses são considerados tão importantes para o desenvolvimento agrícola da região (lembrados inclusive com publicações da própria EMATER)?

- 11- Esses japoneses estão totalmente integrados culturalmente a vida comunitária, sem estigmas ou diferenciações? Houve essa diferenciação no DF?

12- A maioria da população considerada de origem japonesa esta empregada no campo, na atividade agrícola?

13- A produção agrícola em Brazlândia pode ser caracterizada de maneira geral como, em relação ao padrão tecnológico utilizado (insumos, maquinário, produtividade) [apresentam elevada capacidade de inovação]?

14- A quantas anda o processo de regularização das propriedades rurais?

15- Como se dão os empréstimos aos produtores que não possuem título de posse da terra?

Anexo B – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Agricultores Familiares Nipo-Brasileiros Envolvidos na Cadeia de Produção Agrícola de Brazlândia.

1. Qual a sua atividade (se define como agricultor?)?
2. História do Agricultor (origem, descendência, etc).
3. Qual a motivação em vir para o DF?
4. Como está formada a sua família?
5. Há quantos anos é agricultor? Tem terra própria? Qual o tamanho da sua propriedade?
6. Qual a sua escolaridade?
7. Como são financiados os gastos da família?
8. Em sua opinião, como os agricultores da região conseguiram construir bases tão sólidas para o cultivo de hortifrutis em uma área tão desfavorável do ponto de vista climático e edáfico?
9. Em sua opinião, quais são as motivações e as limitações para os agricultores da região?
10. Quais culturas são plantadas durante o ano?
11. Planeja ter novas culturas? Algo que possa ou pareça ser mais rentável?
12. Como é financiada sua produção agrícola?
13. A família participa de todas etapas do cultivo? Contrata mão de obra externa?
14. Quem compra os produtos que você produz?
15. A rentabilidade da produção é boa?
16. Participa dos projetos promovidos pela Emater-DF? Há quanto tempo?
17. Utiliza as linhas de crédito concedidas pelo PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar)?
18. Quais foram as inovações na produção da região nos últimos anos?
19. Qual é a sua opinião sobre a Emater-DF (fomentadora de pesquisas na região)?
20. A ação da Emater-DF é essencial para o bom desempenho da produção?
21. Qual o papel da ARCAG (Associação Rural e Cultural Alexandre Gusmão)?
22. Há algum tipo de auxílio especial dessa associação aos agricultores (financiamentos para compra de maquinários, acesso à informação, tecnologia, inovação e serviços de extensão agrária, outros)?
23. Em sua opinião cooperativas junto com a Emater-DF tem ajudado os agricultores? De que forma?

24. Todos os produtos produzidos em sua propriedade são vendidos com a ajuda da Associação?
25. Há algum seguro ou ajuda contra alguns imprevistos que possam inviabilizar a produção?
26. Há algum tipo de reunião entre os agricultores ou mesmo na própria associação para discutir tipos e modelos de gestão que visão dar suporte à atividade rural em busca da redução dos riscos e de melhores resultados na produção e nos lucros?
27. Em sua opinião a ARCAG e os órgãos governamentais que atuam na região tem exercido papel relevante de ajuda aos agricultores? De que forma?
28. Qual a sua percepção sobre uma possível ajuda de outros agricultores nipo-brasileiros (ou não) caso você precisasse de algum tipo de ajuda financeira ou de mão-de-obra em sua lavoura?
29. O governo e outros órgãos que representam os agricultores têm demonstrado interesse na continuidade do projeto? Como?
30. Existe alguma queixa sobre a forma como é conduzida os projetos para a região? Quais as suas sugestões para melhorar?